

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo fornecer subsídios para entender a origem, a instalação, a evolução e as mudanças ocorridas no ensino de uma das oito escolas profissionais mais antigas do estado de São Paulo - a *Escola Profissional Mixta de Sorocaba* – durante o período de 1929-1942. Este trabalho não pretendeu estudar exaustivamente a instituição, limitando-se a priorizar dois aspectos: (a) identificar a origem do alunado da instituição, através do cruzamento dos bairros informados pelos alunos com uma planta da cidade, e, o perfil ocupacional dos responsáveis pelos alunos, obtido com a análise das profissões declaradas quando da efetivação da matrícula; e (b) caracterizar os cursos realizados no período escolhido, características essas encontradas a partir da grade curricular, e, suas adequações às necessidades empresariais existentes, elaboradas com base na análise do quadro empresarial da cidade.

Sobre a escola existem alguns trabalhos monográficos, sendo o primeiro escrito por Afonso Celso de Oliveira, *Tudo Começou na Escola Profissional*; outros dois referem-se ao projeto de instalação de Centros de Memória nas oito escolas profissionais mais antigas do Estado de São Paulo, projeto esse organizado por Carmen Sylvia Vidigal Moraes e Julia Falivene Alves, resultando nas publicações *Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: Uma História em Imagens (Álbum Fotográfico)*, e *Contribuição à pesquisa do ensino técnico no Estado de São Paulo: inventário de fontes documentais*; outro encontrado diz respeito ao projeto de pesquisa de mestrado, *Ensino profissionalizante feminino – história da primeira escola pública profissionalizante mista em Sorocaba: Escola Profissional “Cel Fernando Prestes”*, desenvolvido por Viviane Marques Rocha Sbrana; e, o último, desenvolvido por João dos Reis Silva Junior e Celso João Ferretti, correspondente ao Relatório Técnico e Científico Final apresentado à FAPESP, processo 03/01563-7, sobre *Competências e Prática Social: o trabalho como organizador e estruturador das reformas educacionais brasileiras no Ensino Médio e na Educação Profissional de Nível Técnico e sua concretização nas instituições escolares nos primeiros anos do século XXI*. Assim sendo, este trabalho, apoiando-se em alguns autores que escreveram sobre a história de Sorocaba e outros que escreveram sobre a educação brasileira na citada área, pretende suprir lacunas de informação, contribuindo para o avanço dos estudos nesta área e nesta cidade.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram efetuadas consultas periódicas aos arquivos históricos existentes no acervo disponibilizado pelo Centro de Memória da instituição. Conforme descrito em Moraes e Alves (2002), o acervo foi preparado com a localização e higienização dos documentos, e, durante esse processo, foram confeccionadas pastas para o acondicionamento dos documentos em suporte papel, sendo que cada pasta deveria acondicionar somente um documento, desde que este possuísse no máximo 20 páginas. A identificação das pastas se dá através de um campo central, identificado por um retângulo feito a lápis onde estão assinalados os seguintes itens: assunto do documento; autor; data completa ou possíveis datas contempladas pelo documento; e, algumas observações como: se há duplicata, se faltam folhas, se não há nitidez para leitura, etc. Na parte superior direita da pasta, convencionou-se indicar a inscrição da notação, ou seja, da identidade que o documento passaria a ter a partir da organização do organograma da escola. Em outra fase, já com parte da documentação higienizada e organizada em séries estabelecidas a partir da elaboração de um primeiro arranjo dos documentos da instituição, através da análise dos vários organogramas das escolas, as notações começaram a ser atribuídas aos documentos. Esclarecem Moraes e Alves (2002, p. 38) que “atualmente, não se fala mais arquivo morto, mas sim, arquivo permanente ou histórico, tipos documentais, séries, organograma, descarte, etc.”.

Com o estabelecimento das séries documentais e o término de confecção das pastas de papel neutro, foi iniciada a notação dos documentos. Essa notação ou identidade foi elaborada através da criação de siglas, e registrada a lápis, no canto superior direito, em cada folha do documento. Nesse sentido, o acervo está identificado com as seguintes notações: Fundo; Série; Subsérie/dossiê; Número do documento dentro da série ou subsérie; Número de pastas do documento, caso possuísse mais de 20 folhas ou duplicatas; e, número de páginas que o documento contém. Ou seja, FP → fundo: Fernando Prestes; SA → Série: Secretaria Acadêmica; PA → Subsérie: Prontuários de Alunos; 01 → Número do Documento: 01; 01 (12) → Número de Pastas: 01 e Número de Páginas: 12. Notação: FP/SA/PA/01/12. Em nota de rodapé, na mesma página, as autoras esclarecem, também, que

esta nomenclatura identifica a massa documental relacionada neste instrumento de pesquisa. A ela foram associadas informações sobre o aspecto material (formato e medida) e sobre o conteúdo (breve síntese das informações contidas nos documentos), bem como sobre as datas-limite de cada tipo documental.

Depois de a série ou subsérie ter recebido a notação, os documentos foram acomodados em caixas e cada caixa recebeu uma etiqueta onde constavam as seguintes informações: fundo ao qual pertence; série; subsérie/dossiê; número de documentos existentes na caixa; e, o número total de folhas (MORAES; ALVES, 2002).

As análises em diários oficiais forneceram informações sobre os decretos que permitiram a instalação e as mudanças de denominações e de endereços da instituição; em livros de registros de matrículas (anexo A) foram encontrados dados referentes à data de nascimento do aluno, ao curso em que está ingressando, à profissão e nacionalidade do responsável, ao endereço de residência, ao turno do curso escolhido. Os boletins (anexo B) contêm os dados dos alunos, notas, faltas, disciplinas, número e data de matrícula, que permitiram elaborar a grade curricular dos cursos. Dados sobre a data da diplomação, o curso concluído e a média final foram extraídos dos livros dos diplomados. Esses documentos permitiram traçar alguns perfis, identificados através da elaboração de alguns dos quadros constantes deste trabalho, dentre eles, o da idade de ingresso dos alunos, dos cursos demandados e aqueles com menor procura, o ocupacional, da nacionalidade dos responsáveis pelos alunos, e da origem social do alunado. A pesquisa, nos livros de visitas dos inspetores e dos movimentos mensais, pode contribuir para identificar o pensamento dos gestores da escola, visto que os dados constantes desses documentos são enviados aos organismos estaduais responsáveis pela instituição e pelo ensino nela praticado. Informações sobre os professores com as respectivas datas e formas de contratação, bem como as disciplinas por eles ministradas, foram extraídas dos mapas de movimentos e constam do anexo J.

Jornais da época, que forneceram algumas informações e curiosidades, anais da Câmara de Vereadores, almanaques e livros históricos, podem retratar os esforços empreendidos pelos políticos, alguns favoráveis e outros contrários, à instalação da instituição. Estes documentos foram pesquisados, entre outros locais, na Biblioteca Pública Municipal, na Biblioteca Pública Infantil Municipal, no Museu Histórico de Sorocaba, no Instituto Histórico e Geográfico de Sorocaba, e no Gabinete de Leitura Sorocabano. Para esse tipo de pesquisa, Jacques Le Goff, em *Documento/Monumento*, ressalta o dever principal do historiador:

a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica no passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

E, relacionando história e memória, Le Goff (1979, p. 81), assevera a importância da recuperação da memória coletiva:

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

Para efeitos da identificação da origem dos alunos, a cidade de Sorocaba foi analisada em função de cinco regiões, regiões essas que até os anos de 1950-1960 eram a principal referência dos moradores e dos visitantes: “Centro”, “Além Linha”, “Além Ponte”, “Cerrado”, “Pinheiros/Lageado”. Para aqueles alunos matriculados que não identificaram o endereço de procedência adotou-se a nomenclatura “Sem Declaração”. O anexo C – planta da cidade – fornece os cinco principais bairros da cidade, citados acima; o anexo D – ruas antigas e bairros correspondentes – relaciona o nome das ruas antigas existentes com os bairros indicados no mapa. A partir deste anexo e do endereço do aluno, existente no Livro Registro de Matrículas, buscou-se a correspondência com o endereço atual, e, então, o bairro ao qual o endereço pertence. Tal correspondência foi encontrada no Almanaque de Sorocaba do ano de 1950. Com relação aos alunos oriundos de outras cidades, a origem está sendo identificada pelo nome da cidade onde residiam, e, a identificação da nacionalidade dos pais pelo nome do país de origem, dados esses existentes, também, no Livro Registro de Matrículas.

Visando agrupar situações similares, nos quadros elaborados, as profissões deixadas em branco ou não declaradas, os aposentados e os falecidos foram considerados, como “Sem Declaração”; Procurador ou Fiscal da Coletoria, como “Funcionário Público”; Chefe de Trem, Maquinista, Telegrafista e outros profissionais ligados ao ramo ferroviário como “Ferroviário”; músico e artista de teatro, como “Artista”. Este agrupamento foi efetuado apenas com as profissões descritas neste parágrafo.

Neste trabalho, o termo ensino profissional refere-se ao ensino destinado à preparação profissional dos trabalhadores, dividindo-se em *industrial* ou *técnico*. Segundo a Lei Orgânica do Ensino Industrial, *ensino industrial*, fornecido no primeiro ciclo, correspondia às modalidades dos cursos ordinários, podendo ser industriais, de mestría, artesanais e cursos de aprendizagem, e, todos eles objetivando o ensino de um ofício; *ensino técnico*, ministrado no segundo ciclo, correspondia aos cursos técnicos, e, pedagógicos; os cursos técnicos eram destinados ao ensino de técnicas

próprias ao exercício de funções na indústria; os cursos pedagógicos visavam à formação de pessoal docente e administrativo peculiares ao ensino industrial. Ainda no âmbito do ensino profissional, existiam os cursos *extraordinários* que englobavam os de qualificação ou continuação, aperfeiçoamento ou de especialização profissional; e, os cursos *avulsos* ou de *ilustração profissional*. O termo instrução popular diz respeito ao sistema educacional que teria como meta atingir a grande maioria da população do país pelo ensino primário e profissional; ensino público é o ensino prestado pelos órgãos públicos e ensino privado ou particular é o ensino prestado por qualquer instituição de direito privado, ainda que subsidiado pelo poder público.

No âmbito do ensino profissional, Carmen Sylvia Vidigal Moraes é uma das autoras que retratam bem o momento histórico vivido nas primeiras décadas do século XX: a origem dos trabalhadores e suas relações com as exigências dos patrões; as necessidades dos trabalhadores e as condições existentes para o trabalho; o controle da produção e a reprodução do trabalhador, entre outros, são assuntos, por ela, bastante debatidos. Outros autores que tratam dessa mesma forma de ensino também foram consultados e contribuíram para este trabalho: Luiz Antônio Cunha, em “*O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*”, analisa os papéis dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro: respectivamente, oficina e escola, e, laboratório de reformas; em “*O ensino industrial-manufatureiro no Brasil – origem e desenvolvimento*”, problematiza a questão da dualidade de ensino, a posição dos pioneiros da Educação Nova, o surgimento do SENAI enquanto iniciativa pública com controle privado; Bárbara Weinstein, em “*(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*”, trata do curso de ferroviários e dos nascimentos do SENAI e do SESI e da necessidade de suas existências; Simon Schwartzman em “*Tempos de Capanema*” explora a “Lei Orgânica do Ensino Industrial”; Maria Alice Rosa Ribeiro em “*Condições de trabalho na indústria têxtil paulista: 1870-1930*”, fornece as características da indústria têxtil algodoeira, a atuação do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo, e as condições de trabalho nas fábricas paulistas; em “*Qualificação da força de trabalho: a experiência das escolas profissionais do Estado de São Paulo (1911 – 1942)*”, aponta os momentos que marcam o conteúdo diferenciado da qualificação.

A periodização estipulada – 1929-1942 - abrange desde o início de funcionamento da instituição e se estende até o surgimento, e a equiparação da instituição, de uma nova organização para o ensino profissional no país, organização essa promovida pelo Decreto-Lei Federal número 4.073, de 30/01/1942, que promulgou a “Lei Orgânica do Ensino Industrial”. Entende-se, a partir da

leitura do artigo 59, parágrafo 8, da citada lei, a qual estipula que “só poderão funcionar sob a denominação de escola *técnica* ou escola *industrial* os estabelecimentos de ensino industrial mantidos pela União e os que tiverem sido reconhecidos ou a ele equiparados”, que a escola atingiu esse reconhecimento a partir de 13 de Janeiro de 1943, pelo Decreto Federal nº 11.315, e, pelo Decreto-lei estadual nº 15.040 de 19 de Setembro de 1945, correspondente ao enquadramento à Lei Orgânica do Ensino Industrial, quando passou a chamar-se Escola *Industrial* Cel Fernando Prestes. Pode-se afirmar, pelo pouco tempo decorrido entre a promulgação da lei e a alteração de denominação, que a instituição já vinha, anteriormente, sendo preparada para essa nova forma de organização. A transformação da instituição para escola técnica ocorreu somente em 24 de Dezembro de 1951, através da Lei número 1.429. Buscou-se entender, também, que trabalhador estava sendo formado pela instituição, destacando-se, entre as tendências existentes no ensino profissional praticado na época, a ação moralizadora, e o ensino para a formação do empregado especializado ou semi-especializado, distinguindo-se estes em função da hierarquização dos postos de trabalho e do tempo necessário para o preparo do operariado.

Com o intuito de entender melhor essa nova forma de organização do ensino industrial, é interessante observar que a citada lei, segundo Schwartzman (1984), trazia como uma de suas principais características a imposição de uniformidade a este tipo de ensino em todo o país, uniformidade objetivada através da autorização de funcionamento ou suspensão das escolas e cursos, do acompanhamento e da orientação pedagógica efetuados pelo Ministério da Educação. A lei buscava atender, simultaneamente, aos interesses do trabalhador, realizando sua preparação profissional e sua formação humana; das empresas, nutrindo-as, segundo suas necessidades, de suficiente e adequada mão-de-obra; e da nação, promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura.

O trabalho está estruturado em dois capítulos e conclusão. O primeiro capítulo apresenta, em duas dimensões, aspectos do ensino profissional na primeira metade do século XX. A primeira dimensão fornece subsídios bibliográficos sobre a história do ensino profissional; na segunda dimensão são retratadas considerações sobre a urbanização da cidade e a inserção da escola nesse contexto, de modo a compreender minimamente a situação da cidade de Sorocaba, seu desenvolvimento industrial e sua situação econômica e política. No segundo capítulo apresenta-se a caracterização dos cursos oferecidos, com informações referentes ao turno, à quantidade de alunos, à maior, à menor e à média de idade, e à quantidade de egressos; discutem-se, ainda, os cursos que

permaneceram durante todo o período analisado e aqueles que foram descontinuados ou incorporados por outros. São discutidos, também, os resultados referentes à origem do alunado e o perfil ocupacional dos responsáveis pelos alunos. Em conclusão analisam-se os resultados apresentados.

CAPÍTULO 1 ASPECTOS DO ENSINO PROFISSIONAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Subsídios bibliográficos

Segundo Moraes (1990, p. 5), “no final do Império, a atuação dos ‘particulares’ no campo educacional veio a se constituir numa proposta específica para a educação, diferenciando-se e contrapondo-se àquela executada pelo Estado Monárquico. Os agentes responsáveis pelas inúmeras realizações na área do ensino pertencem majoritariamente aos setores economicamente empreendedores identificados com o grande capital cafeeiro e, embora suas preferências políticas não convirjam para a mesma opção partidária, é indiscutível que o seu grupo mais organizado e combativo, portador das críticas e das propostas mais consistentes ao regime monárquico, confluiu para a militância no Partido Republicano.” Continuando, Moraes (p. 6), afirma que “a proposta de uma ‘nova’ educação, por esses grupos, estava articulada ao projeto de modernização das relações sociais, indispensável para garantir e ampliar o movimento produtivo do capital.” Ainda, em Moraes, “uma vez proclamada a República, contornadas as divergências internas expressas nas dissidências partidárias e superadas as oposições localizadas principalmente no setor militar, o Estado Republicano implementará oficialmente, em São Paulo, as medidas educacionais propostas no programa partidário. A partir daí, é possível afirmar que existe identidade de propósitos e complementaridade na atuação dos particulares e do Estado no campo do ensino. A significativa participação da iniciativa privada no campo da educação, com o aumento considerável de escolas criadas nos diferentes níveis de ensino e, especificamente, no campo da instrução popular, foi acompanhada pela persistente atuação dos governos republicanos paulistas. Embora de composição social mais diversificada, esses ‘particulares’ atuantes no campo educacional nas primeiras décadas do século eram elementos também identificados, na sua maioria, com o grande capital cafeeiro.”

Moraes afirma também que outra questão importante diz respeito ao aparecimento, a partir da metade do século XIX caminhando para o seu final, de clubes e associações culturais, bem como, de “associações beneméritas organizadas por particulares para manter escolas sem visar lucro. Tais sociedades eram compostas basicamente por grandes fazendeiros e intelectuais – professores, jornalistas, advogados – entre os quais se misturavam conservadores, republicanos e liberais. Invariavelmente, porém, na liderança dos empreendimentos, estavam republicanos. Esse é o caso,

por exemplo, do Colégio Culto à Ciência, de Campinas, estabelecimento ‘inteiramente leigo de ensino positivo e científico’, para a educação de nível secundário dos filhos dos fazendeiros; ou, ainda, das ‘escolas para o povo’, como o Instituto Novo Mundo de Itu, do Instituto Anna Rosa e da Sociedade Propagadora da Instrução Popular.” (p. 32). Em Sorocaba, em 1896, no dia 15 de Novembro, inaugura-se a Escola Noturna da Loja Maçônica Perseverança III (PIII). A escola funcionaria, diariamente, exceto nos dias de trabalho da Loja, na sala do prédio da mesma. Era dirigida por um professor membro da Loja e as aulas seriam de 2 horas e meia. Eram membros da Loja João Clímaco de Camargo Pires e Amaro Egídio (ALEIXO IRMÃO, 1994, p. 121-122). O capitão João Clímaco de Camargo Pires havia sido eleito, como 1º Secretário da Câmara Municipal da cidade. Um outro colégio, o *Liceu Sorocabano*, é descrito por Aleixo Irmão (1994, p. 174), utilizando-se da edição de 26 de Maio de 1901 do jornal *O 15 de Novembro*, que “vai ser reaberto nesta cidade o Liceu que aqui sustentou por algum tempo a municipalidade. Será mantido pela Loja Maçônica Perseverança III.” E indicava os professores: Arthur Gomes, João Padilha, J R Carvalho Braga, J M França Junior, Amaro Egídio de Oliveira, José A Antunes e Joaquim Silva, “que gratuitamente prestarão seus serviços à nova instituição.” Indicava, também, as disciplinas: Português e Latim, Francês e Inglês, Aritmética e Geometria, Álgebra e Trigonometria, História, Elementos de Ciências Naturais (História Natural, Física e Química), Escrituração Mercantil, Geografia e Cosmografia, Educação Moral e Cívica, compreendendo o estudo das Constituições Estadual e Federal, e conhecimentos práticos do Direito Pátrio. No final de 1902 o Liceu Sorocabano completou um ano de existência. Segundo Aleixo Irmão (1994, p. 193-194),

Esse estabelecimento de ensino secundário é criação da PIII; por isso todos os professores eram maçons da loja, trabalhando gratuitamente. Funcionou nas instalações das Escolas Noturnas, no período diurno. Sem ajuda oficial, contando apenas com o idealismo daqueles homens, sob o comando de Arthur Gomes.

Entre outras associações culturais e de lazer existentes em Sorocaba, no final do século XIX, pode-se destacar o Clube União, fundado em 1895, sendo seu primeiro presidente Manoel José da Fonseca, proprietário da fábrica de tecidos Nossa Senhora da Ponte; o Clube Aimorés, fundado em 1896, que tinha entre os membros da diretoria João Câncio de Azevedo Sampaio, Isaltino Rodrigues da Costa, Augusto Schereppel, João Padilha e José Ferreira; o Gabinete de Leitura Sorocabano, em 1895, possuía entre seus diretores, Francisco de Souza Pereira, Augusto Silveira França, José Bella, Major Joaquim Junior, João Câncio de Azevedo Sampaio; os diretores e mordomos da Santa Casa, em 1899, entre outros, eram João Câncio de Azevedo Sampaio, Luiz Nogueira Martins, João

Padilha de Camargo, Manoel José da Fonseca, Calixto de Paula Souza, Francisco de Souza Pereira. Essas pessoas também participavam da política local atuando no Diretório Republicano, que, em 1897, contava com José Loureiro de Almeida, João Lycio Gomes e Silva, Augusto da Silveira França, João Padilha de Camargo, João Câncio de Azevedo Sampaio; na Câmara Municipal, em 1897, estavam o Dr. Calixto de Almeida Fogaça, Cap. João Clímaco de Camargo Pires, tenente Augusto Schereppel; Intendente: Augusto da Silveira França; Escrivão de Polícia: Otto Wey; Delegado de Polícia: João Câncio de Azevedo Sampaio; na diretoria do partido Republicano, em 1899, estavam Luiz Nogueira Martins; João Lycio Gomes e Silva, Manoel Leite Moraes; entre os componentes do Fórum e da polícia, em 1899, estavam, major João Lycio Gomes e Silva, José Bella, João Bella, cap. João Câncio de Azevedo Sampaio, Artur Gomes, Otto Wey, João Padilha de Camargo; e, na Câmara Municipal, em 1899, estavam, entre outros, Luiz Nogueira Martins, Elias Lopes Monteiro, Dr. Álvaro Soares. Em 1898 existiam, na cidade, três bandas: Lira Sorocabana, Sete de Setembro e Quinze de Novembro. Existia, ainda, o jornal *O 15 de Novembro*, situacionista, sob a direção de João José da Silva. Seu opositor era a *Voz do Povo*, de Manoel F. de Oliveira (ALEIXO IRMÃO, 1994).

Nota-se pela atuação dos membros participantes das instituições citadas que acontece, também em Sorocaba, situação semelhante àquela descrita acima, por Moraes, parecendo tratar-se de um modelo que deveria ser implementado em locais previamente estabelecidos e com objetivo muito bem delineado, ou seja, escolas de nível secundário que funcionavam no período diurno para a minoria e outras, diurnas e noturnas, para os filhos dos trabalhadores.

Ao analisar a participação dos grupos envolvidos em idéias novas que surgiam, Azevedo (1996, p. 636) assim se posiciona:

As elites culturais, políticas e administrativas, constituídas, em sua maior parte, de bacharéis e doutores, marcavam o estilo de nossa cultura, cujas tradições se condensavam, como em núcleos de resistência às idéias inovadoras, no patriciado rural e na burguesia urbana. As novas idéias, as teorias importadas e as reformas mais audaciosas fundiam-se ou se dissolviam ao calor da família, que era a instituição social mais estável e conservadora da sociedade em formação, como das velhas escolas destinadas a fabricar profissionais, donde saíam as elites dominantes e em torno das quais gravitavam as aspirações da juventude e se agrupavam os núcleos de interesses das classes sociais mais elevadas.

Com relação à transição do regime de produção escravocrata para o manufatureiro, continua Azevedo (p. 636),

Nem a estrutura industrial que apenas começava a edificar-se em algumas regiões, como Rio de Janeiro e São Paulo, podia elevar ao primeiro plano das preocupações políticas, na organização dos sistemas escolares, as diversas culturas técnicas que visam por ordem na economia da nação, pela prática da orientação profissional e da aprendizagem racional e pela adaptação dos homens ao material e às tarefas industriais.

Completando que, no entanto (p. 636),

não faltaram medidas isoladas, públicas e particulares, no domínio do ensino técnico e profissional, em que São Paulo foi também o Estado abridor de caminhos, mas sem bastante convicção e impulso para prosseguir na obra de que apenas, por essa época, se lançaram os fundamentos. O Liceu de Artes e Ofícios que, embora criado no Império, em 1873, se consolidou para entrar na sua fase mais fecunda depois de 1895, com a administração Ramos de Azevedo; a Escola de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba (1901); a Escola de Comércio Álvares Penteado (1902) e as duas primeiras escolas profissionais, masculinas e femininas, instaladas em São Paulo em 1911, são outras tantas iniciativas que prometiam multiplicar-se e impor com o tempo a organização de um plano de conjunto e de mais larga envergadura, com uma unidade de orientação. Mas elas permaneceram no Estado, durante largos anos, como instituições dispersas e solitárias.

Entende-se, portanto, que no final do século XIX e início do século XX, no âmbito nacional, existe pouco apreço pelo ensino profissional, situação esta explicada, talvez, pela parca legislação trabalhista vigente na época, e pelo grande contingente disponível de mão-de-obra, tanto estrangeiro quanto infantil, trabalhando nas fábricas.

Com o advento do capitalismo e fim do modelo escravocrata de produção, novos contingentes de mão-de-obra, preferencialmente especializados, deveriam ser formados. Neste sentido, nasce, em 1873, a Sociedade Propagadora da Instrução Popular, e, dez anos mais tarde, em 1883, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, sendo este mantido por aquela. Segundo Moraes (1990, p. 46), “a instituição criada pela ‘Propagadora’ não mais se apresenta como medida de assistência social aos pobres, aos menores órfãos, abandonados ou expostos, mas como uma empresa de iniciativa privada destinada a cumprir dois objetivos simultâneos e complementares: atender às demandas de um mercado de trabalho em constituição, qualificando e encaminhando cidadãos livres às diversas profissões, o que – por sua vez – só poderia ser realizado na medida da

sujeição do povo aos princípios da moral social. A instrução popular é vista como ‘a vacina civilizadora, o sagrado dever higiênico de que pende diretamente o destino das coletividades humanas’.” Um dos grandes incentivadores para a criação daquelas instituições foi o liberal Carlos Leôncio de Carvalho (MORAES, 1990).

Com relação ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, é interessante observar que entre os membros de sua diretoria, e mais especificamente no conselho diretor do ano de 1887 consta Manoel Lopes de Oliveira (MORAES, 1990, p. 63). Manoel Lopes de Oliveira é citado por Bonadio (2004), em 1863, como “maior fortuna do município” de Sorocaba. Moraes (1990, p. 98) cita, na década de 1880, mais precisamente em 1882, a presença de “F. de Paula Mayrink, banqueiro no Rio de Janeiro” como diretor da Companhia Carris de Ferro de São Paulo, e que muitos dos acionistas dessa companhia eram acionistas do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Francisco de Paula Mayrink foi citado por Bonadio como o fornecedor de recursos para George Oeterer e Frank Speers, em 24 de Outubro de 1890, fundarem a empresa “Santa Rosália” em Sorocaba. Evidencia-se, assim, que diversos membros da elite sorocabana tiveram participação na nascente indústria ferroviária e nas instituições que visavam a qualificação dos cidadãos através da instrução popular.

Outro aspecto instigante relacionado com a escolarização dos grandes centros urbanos, durante a República Velha (1889-1930), diz respeito à posição produtiva e econômica ocupada pelos estados brasileiros. Segundo Love (1977, p. 53-54), São Paulo, naquela época, já ocupava uma posição de comando, e, por ocasião do primeiro censo econômico em 1920, “respondia por nada mais de dois sétimos da produção agrícola e industrial do Brasil, isto é, mais que o dobro da produção da unidade que vinha em segundo lugar, Minas Gerais.”

Em meados da década de 1920, continua Love (p. 53-54), Santos, o principal porto do estado, “exportava três vezes a quantidade embarcada para o estrangeiro pelo Rio de Janeiro, o segundo porto em importância.”

Com relação aos produtos, inicialmente foram as exportações de café que deram a São Paulo a sua prosperidade. Assim, ainda segundo Love (p. 53-54), “em 1907, a metade do café do mundo era cultivada em São Paulo (e três quartas partes em todo o Brasil). Por volta de 1920, o Estado também era o primeiro do país em produção industrial.”

A expansão não era apenas econômica, era também populacional. São Paulo, em 1890, escreve Love (1977, p. 55), ainda era

a terceira entre os estados, mas passou a Bahia por volta de 1900. Ultrapassou Minas Gerais na década de 1930, e tem sido o Estado mais populoso em todos os recenseamentos decenais desde 1940, ocasião em que seus habitantes montavam a 7.180.000.

Este crescimento demográfico se deveu, inclusive, à imigração estrangeira, completa Love, pois, “na República Velha, a metade dos imigrantes da Nação se estabeleceu em São Paulo”, muitos deles permanecendo nas áreas urbanas. Escrevendo sobre a imigração ocorrida nas duas últimas décadas do século XIX, Azevedo (1996, p. 608) destaca que, em 1881, “a província de São Paulo instala os serviços de imigração, subvencionando a entrada de imigrantes; em 1888, em que se extinguiu o trabalho escravo, dão entrada no país 133.253 imigrantes, dos quais 91.826 para a província de São Paulo, desenvolvendo-se, no decênio de 1888-98, o surto tomado pela imigração européia nas províncias meridionais.” Prosseguindo com o relato sobre o fluxo imigratório, Azevedo, nas páginas 631-632, escreve que “enquanto pelos outros estados da União se repartiam em 1891 e em 1895, respectivamente, 108.072 e 27.620 imigrantes, canalizavam-se só para o Estado de São Paulo 108.688 estrangeiros, em 1891 e 139.998, em 1895, ou seja, nesse ano, uma corrente imigratória de volume cinco vezes maior do que a que se dispersou por outros estados.” Ainda sobre o mesmo assunto, no período compreendido entre os anos de 1901-1920, segundo Cardoso (1977, p. 22), a imigração total no país, foi de 1.469.095 pessoas, ficando, destas, para o Estado de São Paulo, a quantia de 857.149. “Entre 1890 e 1900, o crescimento da capital do Estado excedeu o do Rio de Janeiro em termos absolutos”, e, em “1920 ela já tinha mais de meio milhão de habitantes, e, em 1940, mais de 1,3 milhões.”

Para propósitos políticos, informa Love (1977, p. 55), “uma característica significativa da população de São Paulo era o índice de alfabetização, visto que, somente as pessoas alfabetizadas podiam votar.”

E, infelizmente, em 1890, a taxa de São Paulo, segundo Love (1977, p. 55), “estava abaixo da média nacional, mercê, em parte, da sua grande população escrava no fim do Império.”

Nesse sentido, Love (1977, p. 55), comenta que

uma população grande e relativamente alfabetizada representava um ingrediente necessário à produção de grandes eleitorados estaduais. O número de eleitores em cada Estado era essencial ao processo político, visto que o presidente se elegia pelo voto popular direto, e, em muitos sentidos, o poder executivo controlava os outros dois poderes do governo, podendo até intervir militarmente nos Estados mais fracos.

E é sob a ótica do crescimento populacional urbano, aliada às questões sociais e as motivações políticas e econômicas, que Carvalho (2000) escreve, referindo-se à década de 1910-20, sobre o pensamento dos reformadores, entre os quais se destacam Lourenço Filho e Fernando de Azevedo: “Na nova lógica, o analfabetismo é alçado ao estatuto de marca da inaptidão do país para o progresso. Erradicá-lo é a nova prioridade na hierarquia das providências da reforma educacional.”

Love (1977, p. 56) descreve a pequena recuperação conseguida, pelos paulistas, com o índice de alfabetização. Assim,

na primeira eleição Presidencial direta em 1894, Minas Gerais e São Paulo forneceram uma proporção quase idêntica de votos (8,8% cada um). Depois de 1906, o Rio Grande do Sul também se tornou importante Estado eleitoral, e os três Estados, às vezes, eram responsáveis por metade da votação nacional. Minas figurou em primeiro lugar durante toda a República Velha, mas, por volta de 1930, São Paulo e Minas quase se igualaram de novo (19,3% e 19,5% respectivamente). Nas eleições seguintes, realizadas para eleger a assembléia constituinte em 1933, o total dos votos paulistas, pela primeira vez, foi superior aos mineiros, 22,1% e 21,2%. Nas eleições para o Congresso em 1934 (as últimas eleições nacionais simultâneas até 1945), a vantagem de São Paulo aumentou ligeiramente – 20,9% para 19,7%, vindo o Rio Grande do Sul em terceiro lugar (11%).

Segundo Cardoso (1977, p. 19-20), no último decênio do século XIX, já na República, a taxa média global de crescimento da população foi de 2,2%, enquanto as cidades com mais de 50.000 habitantes cresciam a 6,8%, e aquelas com mais de 100.000 cresciam a 6,9%. Assim, ainda segundo Cardoso, ocorreu um processo de afunilamento, pois, as grandes cidades passaram a concentrar mais população “sem que a base da pirâmide urbana se ampliasse na mesma proporção.” Em 1920 existiam duas Capitais dos Estados do Brasil com população entre 10.000 e 25.000 habitantes, totalizando 43.000 pessoas (Cardoso, 1977, p. 21), enquanto Sorocaba possuía, em 1922, 44.635, conforme demonstrado no quadro 1. Segundo Santos (1930), a população urbana de Sorocaba atingia a cifra dos 30.000 habitantes; em 1920, segundo Santos (1999), a população urbana e rural

estavam equitativamente distribuídas: 50,04% e 49,96%. Mais tarde, em 1934, continua Santos, registra-se crescimento demográfico urbano (57,94%) em detrimento da população rural (42,06%). Em 1940 e 1947 esse processo de crescimento urbano continua atingindo, respectivamente, os índices de 68,60% e 75,92%. “É um crescimento considerável quando comparado ao de outras cidades paulistas industrializadas que apresentaram taxa de urbanização de apenas 40%.” (SANTOS, 1999, p. 106). É importante ressaltar, também, que, em 1929, Sorocaba era o segundo maior centro industrial do Estado, estando atrás somente da Capital; e, em 1950, segundo Santos (1999), a cidade está em 5º lugar entre os municípios mais populosos do Estado de São Paulo, atrás das cidades de São Paulo (2.198.096), Santos (203.562), Campinas (152.547) e Santo André (127.032), estando Sorocaba com 93.928 habitantes.

QUADRO 1
População Sorocabana de 1872 a 1947

Ano	População
1872	12.959
1886	20.160
1890	17.008
1912	33.949
1916	25.914
1922	44.635
1923	45.916
1925	52.708
1929	55.000
1934	66.918
1940	70.835
1947	88.962

Fonte: Santos (1930, p. 36-37), Almeida (2002 p. 326), Santos (1999, p. 105). Quadro Preparado pelo autor.

Com relação às escolas profissionais de âmbito federal, a Proposição 195, de 1906, da Câmara dos Deputados, discutida na seção do dia 22 de dezembro daquele ano, é saudada por Fonseca (1961, v. 1, p. 158), “como um marco na história do ensino industrial no Brasil, uma vez que representa, na República, o primeiro documento oficial habilitando, com recursos financeiros, o poder público a iniciar, entre nós, as escolas profissionais de âmbito federal.” Nesse sentido, é

interessante observar a trilha construída pelos interessados em oficializar o ensino industrial. Ainda, segundo Fonseca, página 160, “Afonso Pena, em 15 de novembro de 1906 ao assumir a Presidência da República, dissera em seu Manifesto”: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis.”

Em 17 de dezembro de 1906, dias antes da sessão em que se discutiu a Proposição 195, segundo Fonseca (1961, v. 1, p. 158), o Senado recebia do Diretor e Secretário Geral de um congresso de Instrução que se realizava na época, um ofício acompanhado de um

projeto formulado de acordo com as idéias expendidas em suas reuniões. O projeto propunha a promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, por parte do Governo da União, nos Estados e na Capital do País, mediante um entendimento pelo qual os governos estaduais se obrigariam a pagar a terça parte das respectivas despesas.

A importância do ensino industrial aos industriais, segundo Fonseca (1961, v. 1, p. 160), superior inclusive ao ensino das letras, fica evidente no artigo 30 do projeto apresentado, em que proibia, “por parte do Governo, de fundar novos ginásios e faculdades antes de ter criado os institutos profissionais cujo funcionamento previa o projeto.”

O Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, assinado por Nilo Peçanha, instituiu escolas de aprendizes artífices em todas as unidades federadas, criando, assim, a rede federal do ensino industrial. Segundo Schwartzman (1984, p. 232), “pensadas como instituições beneficentes, as Escolas de Aprendizes e Artífices deveriam proporcionar assistência médico-dentária e ferramentas para seus alunos, e promover a eventual venda de seus trabalhos.” Eram 19 escolas, uma para cada Estado, exceto o Rio Grande do Sul, onde já existia o Instituto Parobé, anexo à Escola de Engenharia Local, e que ficou sendo subvencionado pelo Governo Federal. Em 1910 as 19 escolas já haviam sido instaladas e possuíam um total de 1.248 alunos efetivos. (SCHWARTZMAN, 1984).

A atitude de Nilo Peçanha, segundo Fonseca, não deve ser causa de espanto, pois ele “já trazia o espírito preparado para a solução do problema do ensino próprio à formação do operariado nacional, pois três anos antes, em 1906, quando Presidente do Estado do Rio criara pelo decreto 787, de 11 de setembro, quatro escolas profissionais naquela unidade federativa, situando-as em Campos,

Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras para o ensino de ofícios e a última destinada à aprendizagem agrícola.” (FONSECA, 1961, v. 1, p. 162).

Nos anos seguintes o Decreto nº 7.566 sofreria diversas modificações, “destacando-se o trabalho da ‘comissão de remodelação’ criada em 1921 pelo ministro Ildefonso Simões Lopes, sob a direção de João Lauderitz.” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 232). Em 1923 é criada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, em substituição à antiga Comissão de Remodelação; em 1927 é criada a lei Fidelis Reis, de número 5.241, de 22 de agosto, que “tornava obrigatório o ensino profissional em todos os estabelecimentos de ensino primário e secundário, mas que não chega a ser implementada.” (idem, ibidem). Em 1934 a inspeção é transformada em Superintendência do Ensino Industrial, que pela “primeira vez previa a colaboração das associações industriais com as escolas profissionais”; finalmente, “a reforma do Ministério da Educação e Saúde, de 13 de janeiro de 1937, coloca essa atividade sob a responsabilidade de sua Divisão do Ensino Industrial do Departamento Nacional da Educação.” (idem, ibidem).

A Constituição de 1937, no artigo 129, mantém, em linhas gerais, a antiga designação do ensino industrial:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a este dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos municípios e dos indivíduos ou associações profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinados aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

Segundo Schwartzman (1984, p. 232), “a partir daí as antigas escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em liceus industriais, e um amplo programa de edificações é iniciado, com um orçamento de dez mil contos estabelecido especificamente para este fim em 1938. Em 1939 já havia cerca de sete mil alunos nestes estabelecimentos em todo o país.” Observa-se que na Escola Profissional Secundária Mista “*Cel. Fernando Prestes*”, de Sorocaba, estavam matriculados naquele mesmo ano de 1939, 716 alunos e alunas, o que representa 10% do total citado pelo historiador, demonstrando a importância da instituição para esse modelo de ensino.

Sobre o artigo 129 da Constituição de 1937, segundo Cunha (2007, p. 35-36), “não se sabe ainda como esse dispositivo apareceu na Constituição, já que ela foi elaborada por juristas sem prévia experiência educacional, a não ser no ensino regular, não profissional. Todavia, não me parece fora de propósito supor sua inspiração remota no projeto de lei apresentado pelo deputado Graco Cardoso à Câmara, em 1927, um dos diversos que viam no ensino profissional uma espécie de panacéia para os mais diversos problemas sociais, econômicos e culturais.” Ainda segundo Cunha, na página 36, o artigo 22 desse projeto dizia:

Os diretores de fábricas, explorações ou empresas industriais ficam obrigados a encaminhar aos cursos profissionais ou de aperfeiçoamento os menores, analfabetos ou não, colocados como aprendizes nos diferentes estabelecimentos, sob pena de multa que pelo Executivo será fixada. O projeto não foi aprovado.

O que se sabe é que a comunidade internacional, segundo Fonseca (1961, v. 1, p. 488),

iria influir bastante na organização da Lei Orgânica do Ensino Industrial e no aparecimento do SENAI. Desde a sessão de 1937, ficara resolvido pelo Bureau Internacional do Trabalho (BIT) incluir na pauta dos assuntos a discutir na reunião seguinte, que seria a de 1938, a questão do ensino técnico e profissional e a aprendizagem, separando, assim, os dois conceitos. No final daquela reunião de 1938, estipulara-se que o BIT consultasse os governos dos países membros da Sociedade das Nações, a respeito daqueles problemas, para o que foi preparado um questionário que a eles seria remetido, a fim de ser respondido na Sessão de 1939. O Governo brasileiro, com o intuito de estudar e emitir parecer relativamente aos quesitos apresentados, nomeou, em fins de 1938, uma comissão especial. E quando, a 8 de junho de 1939, tinha início a XXV Conferência Internacional do Trabalho, à qual compareceram 345 pessoas representando 46 países, já os representantes do Brasil, Francisco Montojos e Oscar Saraiva, puderam integrar a Comissão do Ensino Técnico, para a qual nosso país havia sido eleito, já estando perfeitamente a par do relatório distribuído aos governos, e pelo qual ficava evidenciado o fato de já estarem incorporadas às nossas leis algumas das recomendações feitas e outras em vias de o serem.

Outro aspecto interessante referente à comunidade internacional está relacionado à Rodolpho Fuchs. Segundo Weinstein (2000, p. 107), Fuchs, “muito próximo do ministro Capanema, era um guia intelectual que iluminava as decisões sobre a formação profissional no governo Vargas, principalmente antes da formação da comissão interministerial.” Ainda segundo Weinstein (2000, p. 108), Fuchs, com financiamento do governo brasileiro, havia participado no

Congresso Internacional de Educação Profissional, que teve lugar na Alemanha, em julho de 1938. Ao voltar ele apresentou um relatório intitulado Educação Profissional na Alemanha, que era uma franca apologia do sistema de educação profissional alemão, instituído sob o governo nazista. O sistema alemão, com sua formação obrigatória para todas as pessoas do sexo masculino que não freqüentassem a escola secundária, e com suas seis a oito horas de aula semanais, inspiraram de modo direto as propostas de Fuchs. Fuchs admirava abertamente a forma como os alemães usavam as escolas profissionais para incutir disciplina, comparando-as favoravelmente ao Exército Alemão e à Juventude Hitlerista, como veículos de socialização. E ele enaltecia o sistema de orientação profissional em que os consultores dos patrões encaminhavam os jovens para ocupações que atendiam às necessidades do mercado de trabalho.

Retomando a análise do artigo 129 da Constituição de 1937, segundo Cunha (2007, p. 36), o “Ministério da Educação, através da Divisão do Ensino Industrial, elaborou, em 1938, um projeto de regulamentação desse dispositivo constitucional. Estipulava-se a criação de escolas de aprendizes industriais mantidas e dirigidas pelos sindicatos dos empregadores e pelos estabelecimentos industriais. As escolas teriam oficinas próprias destinadas à prática dos aprendizes, isto é, dos trabalhadores maiores de 14 e menores de 18 anos. Os cursos durariam de 8 a 16 horas semanais, em horário coincidente com o período de trabalho, remunerando-se a atividade produtiva do menor. Cada empresa industrial teria a obrigação de empregar um número de trabalhadores menores igual ou superior a 10% do efetivo dos operários. Ao Estado caberia a tarefa de manter escola de aprendizes onde os sindicatos e as indústrias não fossem capazes de fazê-lo. Os Ministérios da Educação e do Trabalho fiscalizariam as empresas e aplicariam as sanções às infratoras.” O Ministério da Educação, além desse projeto relativo ao aprendizado dos menores que trabalhavam, segundo Cunha (2007, p. 36), “elaborou outro, referente aos menores não trabalhadores, de 11 a 14 anos de idade, sob a responsabilidade dos sindicatos dos empregados. Projetava-se a criação de escolas pré-vocacionais destinadas aos filhos ou irmãos de operários sindicalizados que idealmente houvessem terminado o curso primário com 11 anos, e não tivessem atingido, ainda, a idade mínima para ingresso na força de trabalho. As escolas seriam mantidas com recursos do imposto sindical, geridos conjuntamente por representantes dos sindicatos e dos Ministérios da Educação e do Trabalho.” Sorocaba, em 1927, portanto 10 anos antes, já era bastante conhecida pela sua indústria na qual se empregavam 15.000 operários, apresentava-se também como grande fornecedora de laranjas, inclusive para exportação, contando com mais de duzentos fruticultores representando quase dois milhões de árvores. (BONADIO, 2004, p. 233). A região surge como local apropriado

para atender os anseios dos políticos locais que poderiam, através da instalação da escola profissional, simultaneamente, demonstrar ao povo suas preocupações com a educação fornecendo cursos apropriados à economia local, e, aos industriais mão-de-obra preparada segundo princípios que atenderiam os próprios empregadores. Cinco anos mais tarde, em 1932, estatística elaborada pela polícia considerando apenas as cinco principais fábricas de tecidos, as fábricas de enxadas, de arreios e a Oficina da Sorocabana, indicava um total de 7.250 trabalhadores, sendo 4.654 (64%) do sexo masculino, 2.340 (32%) maiores e 759 (10%) estrangeiros. (ALMEIDA, 2002, p. 398). Percebe-se por esta amostra que um grande contingente de trabalhadores era formado por mulheres e menores, sendo estes, os menores trabalhadores, o objetivo do artigo 129 da Constituição de 1937.

A Confederação Nacional da Indústria e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, presididas, respectivamente, por Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, receberam o primeiro projeto ainda em 1938. Segundo Cunha (2007, p. 36-37), os empresários “se manifestaram contrários, devido às despesas que as empresas teriam que arcar com o pagamento dos salários dos aprendizes e dos mestres, com os gastos de instalação e de operação das oficinas.”

Comentando a decisão tomada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Cunha (2007, p. 36-37) assevera que

os líderes industriais não perceberam o quanto o anteprojeto atenderia aos seus próprios interesses a médio e a longo prazo, ou priorizaram o lucro imediato – de um modo ou de outro, nada de contribuir financeiramente para a formação profissional da força de trabalho que eles próprios empregavam. É provável que a formação recente do capital industrial ainda não tivesse propiciado aos industriais uma visão dos seus interesses coletivos um pouco além do curto prazo. Por outro lado, a situação dos industriais de crescente dependência diante dos favores governamentais, em termos fiscais, alfandegários e creditícios, não encorajava uma resistência ativa ao projeto. Assim, aquelas entidades optaram pela resistência passiva, não respondendo à consulta ministerial.

Diante dessa resistência, segundo Schwartzman (1984, p. 235), em 2 de maio de 1939 Getúlio Vargas assina o Decreto-lei nº 1.238

obrigando as empresas de mais de 500 operários a construírem refeitórios para seus trabalhadores, e como que de passo, no artigo 4, dispõem que elas deverão também manter “cursos de aperfeiçoamento profissional”, para adultos e menores, de acordo com o regulamento cuja elaboração ficará a cargo dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde. É um decreto oriundo do Ministério do Trabalho, e dele resulta um conflito de bastidores, entre os ministérios, que culmina com o Decreto nº 6.029, de 26 de Julho de 1940, que regulamenta os cursos profissionais conforme a ótica do primeiro.

A origem do conflito de bastidores, segundo Cunha (2007, p. 39), está na pretensão do

Ministério da Educação de controlar todo o ensino industrial, inclusive a aprendizagem, e a orientação da Presidência da República, partidária do seu controle pelas entidades patronais via Ministério do Trabalho. O fato de os projetos da “lei” orgânica e do SENAI terem sido levados pelo Ministro Gustavo Capanema ao Presidente no mesmo dia (5 de Janeiro) e assinados em dias diferentes, o decreto-lei de criação do SENAI (22 de Janeiro) antes da “lei” orgânica (30 de Janeiro), é resultado da mediação de Vargas na solução desse conflito.

Segundo Weinstein (2000, p. 106-107), “a estranha trajetória do Decreto-lei nº 1.238 permite-nos uma visão reveladora do processo ‘legislativo’ durante o Estado Novo.” E, prosseguindo, analisa a posição dos sindicatos escrevendo que

difícilmente se poderia considerar esse decreto como uma resposta à pressão dos sindicatos, uma vez que os últimos anos da década de 1930 foram um período em que a militância sindical atingiu o seu ponto mais baixo. As ações repressivas de Vargas contra o movimento operário não eliminavam o desejo de manter seu carisma e sua imagem populista. Na verdade, a campanha de Vargas contra os “subversivos” fazia com que fosse mais necessário demonstrar sua dedicação ao trabalhador brasileiro “patriota”. Com esse fim, o decreto-lei nº 1238, que foi promulgado logo em seguida a uma promessa feita num primeiro de maio, poderia ser apresentado por Vargas e por seus ministros como uma ação do Estado para compelir o capital a cumprir suas obrigações para com o trabalho. Além disso, a criação de oportunidades de formação profissional para os trabalhadores e seus filhos, de forma que o Brasil não mais precisasse recorrer à mão-de-obra estrangeira, complementava uma mais ampla visão nacionalista/populista que almejava um padrão de vida mais alto e um desenvolvimento nacional autônomo.

Weinstein (2000, p. 107), recorre a um artigo publicado posteriormente no jornal dos metalúrgicos de São Paulo em que o sindicato elogia Vargas por sua preocupação com o ensino profissional: “hoje, principalmente devido à proteção do Chefe da Nação, há por toda parte

mecânicos competentes, que aprenderam a trabalhar no Brasil e que nada ficam devendo aos melhores mecânicos de outros países.”

Com o Decreto-Lei 1.238, ainda segundo Cunha (2007, p.37), pretendia-se assegurar aos trabalhadores, fora do lar, condições mais favoráveis e higiênicas para a sua alimentação e propiciar-lhes, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento profissional. Desta forma, as empresas com mais de “500 empregados (de todos os setores econômicos) ficavam obrigadas a reservar locais para a refeição dos trabalhadores e a promoverem o aperfeiçoamento profissional não só dos menores, como no projeto rejeitado, mas, também, dos adultos.”

Devido ao conflito, uma comissão interministerial foi formada, e, segundo Weinstein (2000, p. 109),

reuniu-se pela primeira vez em Maio de 1939, imediatamente depois da publicação do Decreto-lei 1238. O comitê inicial de seis membros era composta por Rodolpho Fuchs, Joaquim Faria Góes Filho, e Lycério Schreiner, todos nomeados pelo ministro da Educação, Gustavo Capanema, e Saul de Gusmão, Gilberto Crockett de Sá e Edison Pitombo Cavalcanti, indicados pelo ministro do Trabalho Falcão. Embora a comissão não incluisse industriais (nem operários, por falar nisso), uma de suas primeiras providências foi informar-se das opiniões dos industriais sobre o citado decreto, por meio de questionários encaminhados às suas federações. Além disso, a comissão também convidou muitos industriais destacados para participar de suas reuniões semanais e externar suas opiniões sobre o assunto e dedicou toda uma sessão à apresentação de um relatório elaborado pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) sobre o problema da formação profissional para a indústria.

Conforme Antonacci (1993 apud Ferretti; Silva Jr., 2006, p. 57), o IDORT é

fruto da experiência acumulada, no decorrer da década de 1920, por vários grupos envolvidos com questões da organização científica do trabalho, num momento da redefinição das práticas da dominação social. Dessa forma assegurando o crescimento desses grupos ligados ao estudo e aplicação dos postulados da administração científica, o IDORT foi, em 1931, o portador das mais modernas exigências da racionalização, configurando-se na matriz de vários elos que foram compondo a nova mentalidade e a nova ordem social.

Segundo Weinstein (2000, p. 109), quatro temas intrigavam a comissão:

quem deveria supervisionar e administrar a educação profissional? Os cursos deveriam ficar restritos às fábricas com mais de 500 operários? Que parcela da força de trabalho exigiria formação extensiva e sistemática? E quem deveria financiar tais cursos? Quanto à primeira questão, todos os membros concordavam com a opinião de Fuchs de que o treinamento profissional deveria se dar primordialmente na fábrica, cabendo ao Estado supervisionar os aspectos educacionais do programa. Com respeito à segunda questão, a comissão logo concluiu que não fazia sentido limitar esses cursos às fábricas com mais de 500 empregados.

A FIESP, as federações operárias estaduais e a CNI, liderada por Euvaldo Lodi, criticaram essa determinação alegando que, conforme Weinstein (2000, p. 109),

a cláusula dos mais de 500 operários iria impedir o acesso da grande maioria dos trabalhadores brasileiros à formação profissional. Além disso, os industriais alegaram que poucas dessas fábricas eram do ramo têxtil, que requer apenas uma pequena proporção de operários especializados. Para defender seus argumentos, a FIESP convidou a comissão a uma reunião com a federação e a visitar algumas grandes fábricas de São Paulo.

Esse debate originou o surgimento de uma nova questão: quantos operários, e de que setores, necessitavam de uma formação profissional prolongada. Segundo Weinstein (2000, p. 110), na reunião na sede da FIESP, “Roberto Mange apresentou as primeiras conclusões de um estudo do IDORT segundo o qual apenas 15% da força de trabalho da indústria precisava dessa formação.”

Poucos meses depois Faria Góes apresentou um relatório corroborando as conclusões do IDORT. Nesse relatório enfatizava repetidas vezes, segundo Weinstein (2000, p. 111),

o papel cada vez maior dos operários “semi-especializados” nas indústrias; esse “braço atento”, para usar a expressão de Mange, em geral necessitava apenas de umas poucas semanas de treinamento para dominar uma tarefa repetitiva, ao contrário do que acontecia com o operário especializado (ou “o braço pensante”). Ele afirmava que “a máquina, se trouxe grande complexidade, assegurou paradoxalmente grande simplificação”. Em apoio ao seu argumento, Faria Góes observou que, nas fábricas da Ford, 70% dos operários passavam a dominar as habilidades requeridas em trinta dias ou menos.

As noções de especialização ou semi-especialização eram fundamentadas, por operários e patrões, “numa multiplicidade de elementos que incluíam a situação do mercado de trabalho, as

reivindicações da categoria, e os papéis masculino e feminino, assim como o grau de dificuldade para aprender determinado ofício.” (WEINSTEIN, 2000, p. 111). Nesse sentido, continua a autora,

O programa vocacional que estava sendo desenvolvido pela comissão interministerial delegava a função de classificar as funções em especializadas e não-especializadas a especialistas em educação cujas decisões se baseariam em definições estritas de aprendizagem e demanda industrial.

Críticas foram feitas por parte das organizações operárias com a tendência de adequar a educação dos filhos e filhas dos operários às demandas do mercado de trabalho industrial. Segundo Weinstein (2000, p. 113), “o maior acesso à educação profissional deve ter sido uma inovação bem vinda para muitos operários brasileiros, mas outros perceberam as limitações da instrução que lhes era oferecida.”

Industriais, na figura de Simonsen, apresentaram através da FIESP, em memorando enviado à comissão interministerial, críticas fortes aos responsáveis pelo Decreto-lei nº 1238. Nesse memorando, segundo a autora (p. 113), “não bastava implementar o Decreto-lei nº 1238 de forma adequada; a incômoda lei deveria ser revogada.”

A reação dos empresários, segundo Cunha (2007, p. 37), passou, então

da forma passiva para a forma ativa, recusando-se a cumprir as determinações do decreto. Diante disso, o próprio Presidente da República, Getúlio Vargas, lhes teria dito que ou eles aceitavam assumir a formação profissional prevista pela Constituição, incluindo o custo financeiro, ou o governo manteria a forma definida pelo último decreto. Poderia haver até mesmo a atribuição da gestão de todo o sistema aos sindicatos dos trabalhadores.

A comissão interministerial, porém, mostrando-se receptiva às críticas de Simonsen em nome da FIESP, apresentou, aos ministros Capanema e Falcão, as “conclusões e sugestões” que incorporavam quase todas as recomendações e pontos de vista de Simonsen. Dentre elas destacam-se a revogação sumária da distinção entre grandes e pequenas indústrias; que os programas fossem financiados por patrões, empregados e governo; endossou a opinião de Mange, corroborada por Simonsen, “de que apenas 15% da força de trabalho da indústria exercia funções que exigiam um período de formação mais longo. A maioria dos operários da indústria, observou a comissão, eram

meros ‘manipuladores’, trabalhadores não especializados ou semi-especializados que executavam tarefas repetitivas e de fácil assimilação.” (WEINSTEIN, 2000, p. 113-114).

Mesmo existindo a diferenciação entre operários especializados e semi-especializados e esta diferenciação servisse para estabelecer os parâmetros da aprendizagem, ela também levantava algumas questões: o que fazer com os 85% da força de trabalho que não iria receber uma formação profissional, e outra, apontada pelos próprios industriais, que indicava o preparo geral insuficiente dos trabalhadores. Diante destas questões, segundo Weinstein (2000, p. 114),

A comissão se viu na contingência, de certa forma paradoxal, de criar um plano de educação profissional para um setor industrial cada vez mais sofisticado e mecanizado, numa sociedade onde a média dos trabalhadores urbanos tinha menos de dois anos de escolaridade, contra uma média de oito ou nove anos nos Estados Unidos e na Alemanha.

Em seu relatório de 1939, a comissão indica, como educação preliminar necessária para preparar bons operários especializados ou semi-especializados, que, segundo Weinstein (2000, p. 114), “não se pode esperar mais que uma formação primária, e a partir daí a criação, na idade adequada, de hábitos de higiene, de trabalho, de disciplina, de cooperação, de economia”, afirmando ainda que “ler, escrever e aritmética básica seriam instrumentos úteis a esses operários.” Com relação a quem deveria fornecer esse tipo de instrução, prossegue a autora,

a comissão adotava o ponto de vista de Simonsen de que essa responsabilidade cabia essencialmente ao governo. Os patrões deveriam proporcionar uma instrução manual mínima necessária para a execução de tarefas semi-especializadas, de preferência usando “métodos psicotécnicos” para acelerar o processo. Afora isso, os patrões deveriam ser estimulados a oferecer, quando muito, cursos de alfabetização e programas de treinamento para voluntários.

Para os 15% que entrariam na categoria de operários especializados, a comissão recomendava, segundo Weinstein (2000, p. 114-115), duas alternativas:

que os aprendizes estudassem nas “escolas profissionais” existentes e completassem sua educação com um estágio de seis meses numa indústria; a outra implicava uma seleção racional de pessoas com curso primário completo, que entrariam na fábrica como aprendizes. Onde houvesse concentração de fábricas que exigissem capacitação profissional similar, deveria ser criado um centro de aprendizagem comum para atender às empresas da região. Finalmente, a comissão apontava a necessidade da criação de conselhos regionais para supervisionar estágios e cursos profissionais, com a participação de representantes do governo, da indústria e dos sindicatos.

Apesar de estar se formando consenso entre a comissão, os industriais, e com aval do ministro do Trabalho, sobre como deveria ser a educação profissional, o conflito entre os ministérios persistia. Em Julho de 1940, segundo Weinstein (2000, p. 115-116), Simonsen escreve a Capanema

expressando seu apoio às mais recentes propostas relativas à educação profissional, mas sugerindo algumas modificações que iriam aperfeiçoar o intercâmbio entre as indústrias e os centros de treinamento. As sugestões de Simonsen tendiam a aumentar o controle administrativo dos industriais, reduzir a influência dos funcionários federais e eliminar a participação dos representantes dos operários. Além disso, ele propôs que os patrões assumissem total responsabilidade pelo financiamento do novo programa de treinamento, ainda que a decisão representasse uma “grande despesa” para a classe dos industriais.

No mesmo Julho, conforme Weinstein (2000, p. 115), Capanema reclama com Vargas sobre as novas diretrizes do ensino profissional alegando “ser difícil aceitar um programa de educação profissional em que seu ministro iria ter um papel marginal e que iria tratar da educação dos operários em função da demanda industrial” e exigia “um controle federal direto do novo sistema de aprendizagem.”

A mudança de posição de Simonsen e dos industriais, que haviam criticado o Decreto-lei nº 1238, pode ser entendida, escreve Weinstein (2000, p. 116), em função do reconhecimento de Simonsen da necessidade de

algum tipo de legislação que promovesse a expansão da formação profissional, dada a situação internacional e a preocupação do próprio Vargas com a questão. Nessas circunstâncias, era preferível, para os industriais, assumir a responsabilidade pela formação de uma força de trabalho especializada e procurar aumentar o controle sobre o processo. Isso lhes permitiria também fazer frente a contrapropostas como as que estavam sendo estudadas no ministério da Educação, que preconizavam a supervisão direta do governo, educação profissional obrigatória para grande parcela da força de trabalho juvenil, e, mesmo a intervenção do governo no mercado de trabalho, obrigando as empresas à contratação de operários especializados. Além disso, caberia aos industriais todo o mérito pelo desenvolvimento de um programa de interesse social e econômico. Como alguns cientistas políticos observaram há pouco tempo, “Simonsen conseguiu transformar, astutamente, a obrigatoriedade iminente em trunfo político”.

Os empresários, sem melhor alternativa, segundo Cunha (2003, p. 37), através da CNI e FIESP

consentiram e assumiram como criação sua o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, que resultou do Decreto-lei 4.048, de 22 de Janeiro de 1942. Houve, decerto, pelo menos uma concessão importante por parte do governo: a estrutura federativa do SENAI, em tudo contrária ao centralismo do Estado Novo.

A criação do SENAI, entretanto, só aconteceria após outras importantes intervenções. Impaciente para ver algum progresso palpável nessa área, segundo Weinstein (2000), e mostrando-se receptivo ao argumento do ministro do Trabalho de que os projetos sugeridos por Capanema seriam muito dispendiosos para o governo central, Vargas criou outra comissão cuja tarefa seria desenvolver um programa de educação industrial. Segundo Weinstein (2000, p. 115),

essa comissão de três membros, constituída em meados de 1941, era composta por Roberto Simonsen, presidente da FIESP; Euvaldo Lodi, presidente da CNI; e, Valentim Bouças, secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Além disso, a comissão contava com a consultoria de três especialistas, organizados formalmente, na área da educação profissional: João Luderitz, Mange e Faria de Góes.

O relatório preliminar foi entregue, segundo Weinstein (2000, p. 116-117), pela “comissão dos patrões” ao ministro Capanema em Setembro de 1941. Simonsen

imediatamente situou a missão da comissão no contexto dos objetivos do Estado Novo, preconizando o desenvolvimento industrial acelerado do Brasil e afirmando que a “rápida melhoria da economia nacional e o fortalecimento de nossa segurança só podem ser obtidos pela maior industrialização do país”.

Simonsen afirmava ainda que “esse processo de industrialização exigiria não apenas o aperfeiçoamento da força de trabalho existente, mas também o treinamento de novos técnicos, profissionais e operários qualificados”, e, que “os sindicatos patronais e as federações regionais reconhecidos pelo regime Vargas eram as organizações ideais para financiar e administrar um novo programa de formação de profissionais para a indústria”. Ainda, segundo a autora,

de acordo com Simonsen, dos cerca de um milhão e duzentos mil operários do Brasil, 90 mil eram técnicos e supervisores, 200 mil eram operários especializados e 670 mil eram trabalhadores semi-especializados. Para atender às necessidades crescentes da indústria e melhorar a qualidade da força de trabalho, ele calculava que a cada ano seria necessário dar formação profissional a aproximadamente 15% do número de trabalhadores dessas três categorias.

Simonsen, prossegue Weinstein (2000, p. 117), advertia que,

dado o rápido crescimento da indústria, o déficit de operários especializados ainda continuaria nos anos seguintes. Caberia à indústria dar formação profissional a um terço desses novos operários e promover o aperfeiçoamento de uma proporção indefinida da força de trabalho existente. Para isso, a comissão propunha a criação do Serviço Nacional de Seleção, Aperfeiçoamento e Formação de Industriários (SENAFI). O objetivo do SENAFI seria formar operários para funções relativamente especializadas e definidas na indústria. O relatório referia-se ao Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional – CFESP - como modelo de um programa de formação rápido, sistemático e capaz de atender às necessidades específicas dos patrões.

Segundo Weinstein (2000, p. 117-118), “quase todas as conclusões desse relatório lograram ser incorporadas à proposta do Decreto-lei apresentada pela comissão em Dezembro de 1941. Capanema, mais uma vez, levantou inúmeras objeções às propostas da comissão.” As críticas de Capanema de nada adiantaram. Segundo a autora, “era evidente que Vargas não partilhava das restrições de seu ministro da Educação ao novo programa, uma vez que ele o assinou com rapidez incomum. Em 22 de Janeiro de 1942, Vargas e os ministros da Educação e do Trabalho promulgaram o Decreto-lei nº 4048, criando o SENAI. Oito dias depois, Vargas assinou também o Decreto-lei nº 4073, a Lei Orgânica da Educação Industrial, que definia as várias funções do Estado na educação profissional e refletia o desejo de Capanema de promover um envolvimento cada vez maior do governo nessa área.” (WEINSTEIN, 2000, p. 118).

Assim, apesar de todas as tentativas do Ministério da Educação, o decreto nº 6.029 de julho de 1940, segundo Schwartzman (1984, p. 238-239),

não seria modificado; ela daria lugar, no entanto, já em 1942, a dois decretos quase simultâneos, um que criava o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI, conforme as aspirações da indústria e do Ministério do Trabalho; e outro que definia a Lei Orgânica do Ensino Industrial, oriundo das idéias e propósitos da área da Educação. A partir daí, os dois teriam que conviver. Na fórmula encontrada pelo Ministro, o SENAI se encarregaria da “formação profissional dos aprendizes”, e seria tão-somente uma peça, delegada à Federação Nacional das Indústrias, do amplo painel profissional estabelecido pela lei orgânica.

Noutro aspecto, segundo Cunha (2007, p. 37), vale a pena focalizar um fato sócio-político importante:

o suporte da consciência de uma classe social pode estar fora dessa classe. No caso do SENAI, vimos como os industriais não só foram os elementos ativos em sua criação, como, também, resistiram todo o tempo à instituição da aprendizagem sistemática associando escola e trabalho, assim como à remuneração dos aprendizes. Apesar disso ser do seu próprio interesse, foi preciso que o Estado, utilizando um poder arbitrário, típico do regime autoritário, os obrigasse a assumir a instituição. Constatada a funcionalidade do SENAI para os interesses dos industriais, eles reescreveram a história, de modo a colocar-se como os autores da idéia.

É possível hipotetizar que o consentimento dos empresários pode ter ocorrido em função do financiamento do Senai ter se dado sob a forma de um fundo parafiscal e não propriamente com recursos do setor privado. Segundo Moraes (2000, p. 83),

O Senai é, desde a sua fundação, financiado com recursos públicos: contribuição parafiscal de 1% sobre o total da folha de pagamento mensal das empresas, vinculadas por lei à instituição. Empresas com mais de 500 empregados recolhem um adicional de 0,2% sobre a folha de pagamentos diretamente ao Departamento Nacional do Senai.

Originalmente o Decreto-lei Federal de nº 4.048, de 22 de Janeiro de 1942, previa em seu artigo 4º, §1º, “o valor de dois mil reis, por empregado e por mês”, e, no artigo 6º previa para “os estabelecimentos que tiverem mais de quinhentos empregados, será acrescida de vinte por cento.” Posteriormente o artigo 4º, §1º foi alterado pelo Decreto-lei 6.246, de 5 de Fevereiro de 1944, passando a contribuição a ser na base de “um por cento sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos os seus empregados.”

O Ministério da Educação, através de Capanema¹, destaca a situação vivida pelo Ensino Industrial nas primeiras décadas do século XX, escrevendo que

não dispõem ainda o nosso país de uma legislação nacional do ensino industrial, sendo esta modalidade de ensino dada pelos poderes públicos, e por particulares, sem uniformidade de conceituação e de diretrizes, sem métodos e processos pedagógicos precisos, sem nenhum sistema de normas de organização e de regime, mas com tantas definições e preceitos quantos grupos de estabelecimentos, ou quantos estabelecimentos.

¹ Gustavo Capanema, Ministro da Educação, em exposição ao Presidente da República, dos motivos do projeto da “Lei Orgânica do Ensino Industrial”, em 05/01/1942.

Entre outras ações, “Capanema defendia a criação de um órgão burocrático federal para administrar o sistema de ensino industrial em todo país, e uma participação significativa do governo em seus custos.” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 238). Ao analisar a situação do ensino industrial no país, Azevedo (1996, p. 638), esclarece que as

Escolas de aprendizes artífices e os patronatos agrícolas, dependentes do Ministério da Agricultura, como a Escola Superior de Agricultura fundada em 1910 no Rio de Janeiro, foram as mais importantes senão as únicas criações do governo federal que não soube, também ele, desenvolver e articular a obra iniciada, a partir de 1910, em quase todos os estados da União.

Mais tarde, continua Azevedo (1996, p. 638), criaram-se a Escola Agrícola, de Viçosa, o Instituto Eletrotécnico, de Itajubá, a Escola Doméstica de Natal, no Rio Grande do Norte, e, se se acrescentarem

algumas dezenas de escolas comerciais, quase todas de iniciativa privada, ter-se-á o quadro do ensino técnico-profissional, deficiente e precário, sem articulações com o sistema educativo, no seu conjunto, e sem ligação com as indústrias.

Lembrando, também, do Instituto Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul, Azevedo (1996, p. 638), escreve que “nenhum esforço se realizou para resolver o problema das relações entre o ensino profissional, tratado isoladamente, e os outros ensinos, nem para estabelecer um contato mais íntimo das escolas industriais com os meios profissionais interessados, nem ainda para conjugar racionalmente ciência e técnica e ensinar o lugar de cada indústria no conjunto da vida econômica, o *processus* das diferentes produções e sua dependência mútua, e a tecnologia geral donde derivam todas as tecnologias particulares.” E, na mesma página, diagnostica:

A dispersão dessas e outras instituições que surgem, isoladas, e não chegam a enquadrar-se em nenhum sistema, provém, sobretudo, do caráter fragmentário das iniciativas e reformas e da completa ausência de uma política de educação.

Nesse sentido e retomando o que foi dito, conforme Schwartzman (1984), a Lei Orgânica do Ensino Industrial é uma “grande declaração de intenções, acompanhada de um amplo painel da organização à qual o ensino industrial se deveria ajustar.” Assim, uma das características principais é a “uniformidade que trata de impor a este tipo de ensino em todo o país”, uniformidade objetivada através da autorização de funcionamento ou suspensão das escolas e cursos, do acompanhamento e

da orientação pedagógica efetuados pelo Ministério da Educação (artigo 59, parágrafos de 1 a 8). Com relação às intenções, a lei busca atender, simultaneamente, conforme o artigo 3º, aos interesses do trabalhador, “realizando sua preparação profissional e sua formação humana” (item 1); das empresas, “nutrindo-as, segundo suas necessidades crescentes e mutáveis, de suficiente e adequada mão-de-obra” (item 2); e da nação, “promovendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura” (item 3). A lei fornece, no seu artigo 5º, princípios fundamentais ao ensino industrial, como o de salvaguardar a adaptabilidade futura dos trabalhadores, “para o que se evitará, na formação profissional, a especialização prematura ou excessiva” (item 2); procura “acentuar e elevar o valor humano do trabalhador” incluindo disciplinas de cultura geral e práticas educativas (item 3); procura, também, dar tratamento quase igualitário para homens e mulheres, vedando a estas “trabalho que, sob o ponto de vista da saúde, não lhes seja adequado” (item 5). Com relação à organização, o artigo 6º diz que o “ensino industrial será ministrado em dois ciclos.” O primeiro ciclo destinado ao ensino industrial básico, adequado a “um ofício cujo exercício requeira a mais longa formação profissional”; de mestria, cuja finalidade é “a formação profissional necessária ao exercício da função de mestre”; artesanal, destinado ao “ensino de um ofício em período de duração reduzida”; e os de aprendizagem, destinados “a ensinar, metodicamente, aos aprendizes dos estabelecimentos industriais, em período variável, e sob regime de horário reduzido, o seu ofício” (parágrafo 1º, itens 1, 2 e 3). O segundo ciclo, dedicado aos ensinos técnico e pedagógico, sendo, o primeiro “destinado ao ensino de técnicas próprias ao exercício de funções de caráter específico na indústria”, e, o segundo para a “formação de pessoal docente e administrativo peculiares ao ensino industrial” (artigo 10, parágrafos 1º e 2º). A lei procura, ainda, “eliminar o estigma histórico que fazia do ensino industrial algo voltado somente aos pobres e marginais.” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 239). Porém, mesmo com o esforço igualitário dos governantes, a escola profissional não conseguiu eliminar o estigma histórico que a perseguia. Segundo Nosella e Buffa (1998, p. 125), a modernização do trabalho “permitiu alguma evolução das escolas profissionais, da fase assistencialista para a fase técnica. Nem por isso as escolas profissionais – inclusive a de São Carlos – teriam superado a diferença que as inferiorizavam.” E acrescenta, “nossa tese é que a escola profissional, apesar de alguma evolução, jamais ultrapassou a esfera das artes mecânicas e, portanto não se liberou de seu caráter assistencialista e utilitário.”

Analisando a Lei Orgânica do Ensino Industrial, Cunha (2007, p. 37-38) escreve que a mesma trouxe “como principal inovação o deslocamento de todo o ensino profissional para o grau médio. O ensino primário passou a ter, então, conteúdo exclusivamente geral.”

A Lei Orgânica do Ensino Industrial, no artigo 18, item II, estipula que “os cursos de formação profissional do primeiro ciclo estarão articulados com o ensino primário, e os cursos técnicos, com o ensino secundário de primeiro ciclo, de modo que possibilite um recrutamento bem orientado.” Esse deslocamento teve como objetivo principal, prossegue Cunha (2007, p. 37-38), o de “permitir que a própria escola primária selecionasse os alunos portadores de *ethos* pedagógico mais compatível com o prosseguimento dos estudos.”

Assim, conclui Cunha (p. 38),

As escolas de aprendizes artífices recrutavam os alunos provavelmente menos preparados e dispostos a prosseguir a escolarização, devido a sua origem social/cultural. Depois dessa medida, mesmo que o ensino industrial recrutasse os piores dentre os concluintes do ensino primário urbano, seu potencial de aprendizagem seria, certamente, muito superior ao dos “desvalidos” da situação anterior. Isso só foi possível, no entanto, após o crescimento da rede de escolas primárias mantidas, principalmente, pelos estados e municípios.

Cunha afirma, também, que

mais tarde, foi introduzida uma modificação na “lei” orgânica que reforçou essa concepção de aprendizagem com formação parcial. Permitia-se ao concluintes dos cursos de aprendizagem, de dois anos de duração, no mínimo, a matrícula na segunda série do curso básico industrial (do ofício correspondente), mediante a prestação de exames vestibulares.

Ainda segundo Cunha (2007), a lei orgânica em sua formulação original previa a possibilidade de articulação entre o curso de aprendizagem e o restante do sistema de ensino. O aprendiz que terminasse o curso e desejasse continuar seus estudos, mesmo que fosse no âmbito do ensino industrial, deveria candidatar-se à admissão na primeira série do curso básico. A permissão de ingresso deles na 2ª série foi saudada pelos educadores da época como medida de grande alcance em termos de democratização de ensino, pois “abriria as portas da universidade aos simples aprendizes.” (FONSECA, 1961, v. 1, p. 292).

Com relação ao Estado de São Paulo, segundo Moraes (1990, p. 217),

entre 1911 e 1934, o ensino profissional permaneceu subordinado à Diretoria-Geral da Instrução Pública, órgão da Secretaria do Interior do Estado de São Paulo até 1931, quando então é criada a Secretaria da Educação e Saúde do Estado. Em 1934, organiza-se uma nova instância, diretamente vinculada ao Secretário da Educação e exclusivamente destinada à administração do ensino profissional: a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica. Até esta época, a coordenação do ensino profissional foi exercida pelo Diretor da Escola Masculina da Capital, o professor normalista Aprígio Gonzaga, cargo que exerceu – portanto – durante 23 anos.

Sobre o Decreto número 6.604, de 13/08/1934, que organizara a Superintendência, em nota de rodapé, na página 217, Moraes (1990) afirma que

formaliza-se, assim, a nível administrativo, a dualidade que caracteriza a organização do ensino: o nível secundário, acadêmico, ficava subordinado à Diretoria-Geral da Instrução Pública, enquanto o ensino profissional se vinculava à Superintendência.

Fernando de Azevedo (1996, p. 640), ao escrever sobre a dualidade que caracteriza a organização do ensino, destaca que

se examinarmos a organização vertical dos sistemas escolares, da União e dos Estados, será fácil verificar, em cada um deles, uma dualidade de sistemas, sobrepostos, constituindo dois mundos que se mantinham separados desde o Império, e entre os quais a República não procurou lançar as pontes de ligação: o ensino primário, normal e técnico-profissional, de um lado, e o ensino superior, de outro, ou por outras palavras, o sistema de educação popular e o de formação de elites.

E, através do Decreto número 6.604, de 13/08/1934, o estado de São Paulo mantinha “a dualidade que caracteriza a organização do ensino.” (MORAES, 1990, p. 217).

Especificamente sobre a Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, é importante salientar que as anotações efetuadas nos boletins, para os cursos *noturnos*, no período analisado, somente faziam referência às disciplinas denominadas *Teoria, Oficina ou Prática*. Nesse sentido, as avaliações eram sempre aplicadas à Oficina ou a Prática, nunca à Teoria. Com relação aos cursos *diurnos*, até 1936, pode-se constatar avaliações efetuadas, na seção masculina, para as disciplinas *Português, Matemática, Desenho e Plástica, além da Oficina ou Prática*; na seção feminina, foram encontradas avaliações para *Português, Matemática, Puericultura e Higiene, Desenho e Oficina*. Em 1935, para

o curso *Ferrovário*, surge a disciplina *Ginástica*; em 1936, aparece, para a seção feminina, *Economia Doméstica*; a partir de 1937, é incorporada às demais, para as duas seções, a disciplina *Geografia e História*. Assim, corroboram-se as afirmações efetuadas anteriormente, pelos historiadores, onde as disciplinas de cunho geral tinham pouco ou nenhum valor, mormente para os cursos noturnos; e, para os cursos diurnos, algumas tímidas alterações efetivamente se iniciaram a partir de 1937.

Segundo Laurindo (1962), os Decretos-Leis nº 2.118-B e 2.118-A, ambos de 28/09/1911, organizaram e regulamentaram, respectivamente, as Escolas Profissionais da Capital (institutos denominados “Escola Profissional Masculina” e “Escola Profissional Feminina”) e as denominadas “Escola de Artes e Ofícios” de Amparo e Jacareí, de acordo com as leis nº 1.214, de 24/10/1910, e 1245, de 30/12/1910. Para ser admitido no curso o aluno deveria ter a idade de 12 anos completos, ter o curso das Escolas Primárias ou conhecimentos equivalentes, ser vacinado e não sofrer de moléstias contagiosas. Inicialmente os cursos dessas escolas tinham três anos de duração, com aulas predominantemente práticas, ministradas nas oficinas, e, apenas as disciplinas de Matemática e Noções de Desenho tinham cunho de cultura geral. As seções das escolas masculinas eram as seguintes:

Capital	Amparo	Jacareí
Matemática	Matemática	Matemática
Desenho	Desenho	Desenho
Mecânicos (ferreiros, fundidores, ajustadores)	Mecânicos (ferreiros e ajustadores)	Carpinteiros e Marceneiros
Pintores	Pintores	Tecelões
Pedreiros	Carpinteiros e Marceneiros	Segeiros
Tecelões	Carreiros	
Latoeiros	Eletricistas	
Choferes		

As seções da escola feminina contemplavam: Desenho, Datilografia, Corte e Feitio de vestidos e roupas para senhoras e crianças, Corte e Feitio de roupas brancas, Bordados e Rendas, Flores e Chapéus, Arte Culinária e Economia Doméstica.

Segundo Laurindo (1962), “o desenvolvimento industrial impunha outras exigências ao operariado: não bastava unicamente o trabalho mecanicista.” Entende-se, pela afirmação do autor, que as disciplinas dos diversos cursos estavam voltadas essencialmente para o ensino prático. Nesse sentido, ainda segundo o autor, o Decreto nº 1.711, de 27/12/1919, introduziu, nas escolas profissionais, o ensino de Português, Geografia, História Pátria e de Instrução Moral e Cívica. A

falta de mestres especializados para a tarefa de ensinar a trabalhar era um problema grave que as escolas enfrentavam. Tampouco existiam instituições que preparassem aqueles mestres. Com o objetivo de aproveitar os melhores alunos, dando-lhes uma especialização mais completa, os Decretos nºs 4853, de 27 de Janeiro e, 4929, de 11 de Março, ambos de 1931, reorganizaram, respectivamente, as duas Escolas Profissionais, Masculina e Feminina, da Capital. Assim, foram criados os dois primeiros cursos destinados à formação de mestres para o ensino profissional. Eram os cursos de Aperfeiçoamento para Mestres e Aperfeiçoamento para Mestras, instalados nas Escolas Profissionais, Masculina e Feminina, da Capital. O curso tinha a duração de dois anos ficando os alunos, após a conclusão dos dois anos, sujeitos a estágios de seis meses. Para o curso de Aperfeiçoamento para Mestres eram ministradas, entre outras, as disciplinas de Português, Inglês, Matemática Aplicada às Profissões, Contabilidade, Organização de Oficinas e Direção do Trabalho; para o curso de Aperfeiçoamento para Mestras eram ministradas, entre outras, as disciplinas de Português, Francês, Matemática Aplicada às Profissões, Escrituração Comercial, Economia Doméstica e Direção de Oficinas. (LAURINDO, 1962).

O Decreto nº 5.884, de 21/04/1933, instituiu o Código de Educação, implantando por Fernando de Azevedo, organizou a educação pública no Estado de São Paulo. Segundo Moraes (1990, p. 228), no “período que antecede o golpe de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1937, os reformadores empreenderam uma série de medidas que vinham concretizar seu projeto educacional: as escolas profissionais são equiparadas às acadêmicas, recebendo a denominação de Escolas Profissionais Secundárias; são instalados os cursos vocacionais, uma espécie de estágio preliminar de um ano, para os candidatos às escolas profissionais secundárias.” Segundo Laurindo (1962), com o objetivo de elevar o nível intelectual e técnico-profissional dos alunos, exigência imposta pelo acelerado ritmo de desenvolvimento das indústrias, o Código de Educação aumentou o ciclo escolar de três para quatro anos, inserindo, no primeiro ano, o curso Vocacional. Aumentou, também, as aulas teóricas. Faziam parte as seguintes disciplinas no currículo das escolas profissionais secundárias masculinas: Português, Geografia, História do Brasil, Desenho Técnico, Matemática, Noções de Física Mecânica e de Eletricidade, Tecnologia, Plástica, Educação Física, Canto Orfeônico e Hinos Patrióticos. Segundo Moraes (1990, p. 228), nas escolas profissionais femininas, as disciplinas eram as seguintes: Português, Matemática, Geografia e História do Brasil, Desenho Profissional e Plástica. Além disso, introduz o curso de Economia Doméstica.” Estas escolas passaram a denominar-se “Escolas Profissionais Secundárias”, diferenciando-se das mais antigas, denominadas “Escolas Profissionais Primárias”, e que tinham ciclo escolar de dois anos. A

instituição de Sorocaba, inicialmente denominada Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, enquadrando-se apenas por três anos como escola profissional primária, visto que, a partir de 1932 tem sua denominação alterada para Escola Profissional Secundária Mista de Sorocaba. Essa alteração de nome pouca ou nenhuma diferença fez em relação às disciplinas que seriam ministradas: a mudança só seria iniciada a partir de 1936, com a disciplina *Economia Doméstica*, e em 1937, com a disciplina *Geografia e História*. Estas alterações se conservaram até 1942 quando o Decreto-Lei federal nº 4.073, de 30/01/1942, promulgou a “Lei Orgânica do Ensino Industrial”, estabelecendo nova organização para esse tipo de ensino, no país (Laurindo, 1962). Assim, a “Lei Orgânica do Ensino Industrial”, em seu artigo 59 estabelece as condições para que as instituições possam ministrar esse tipo de modalidade de ensino, bem como os motivos para a cassação ou suspensão de cursos, além de indicar que o Ministério da Educação forneceria orientação pedagógica.

A partir do Decreto nº 5.884, de 21/04/1933, que instituiu o Código de Educação, vários outros surgiram, como o 6.537, o 6.566 e o 6.604. O Decreto nº 6.537, de 04/07/1934, estabelecia um sistema de cooperação entre as Diretorias das Estradas de Ferro do Estado, o Governo, municipalidades e empresas particulares. Nesse sentido, foram criados núcleos de ensino profissional, escolas com o objetivo de permitir o funcionamento de Cursos de Ferroviários, em localidades onde não existissem escolas profissionais. O núcleo de ensino profissional destinava-se, ainda, a auxiliar o ensino profissional de outras atividades industriais ou agrícolas, promovido pelas Prefeituras Municipais ou empresas particulares. Em diversas escolas profissionais do estado, foram criados e funcionaram, também, cursos de ferroviários. No início da década de 1930, desenvolve-se uma experiência significativa, segundo Ferretti e Silva JR (2006, p. 19),

envolvendo a Escola Profissional Mista de Sorocaba, a Estrada de Ferro Sorocabana e o IDORT. Técnicos do IDORT vinham desenvolvendo estudos e experiências em torno da idéia de “conjuntos profissionais”, que surgiriam a partir da junção de diversas profissões consideradas “vulgares” de um determinado ramo industrial. Constituída a partir de um meio termo entre o tradicional “ofício individual” e dos pressupostos da organização do trabalho taylorista, surgiu a idéia dos “conjuntos profissionais”, que envolvia uma série de atividades ligadas a uma determinada base industrial. Em 1931, a partir de um “conjunto profissional”, se desenvolveu a experiência no Curso de Ferroviários da Sorocabana, que em razão de seus resultados, considerados excelentes por seus promotores, passou a ampliar sua esfera de ação, ampliando seu alcance para as demais ferrovias do Estado de São Paulo, utilizando-se para isso do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional.

O Curso de Ferroviários da Sorocabana, mantido pela Estrada de Ferro, teve início em 1931; o Núcleo de Ensino Profissional entrou em funcionamento em 1935; ambos funcionaram junto à Escola Profissional Mista de Sorocaba (FERRETTI; SILVA JR, 2006).

Com Relação ao curso de ferroviários, segundo Weinstein (2000, p. 96), “desde a época em que fundou seu curso de Mecânica no Liceu de Artes e Ofícios, Roberto Mange vinha mantendo estreito contato com empresas ferroviárias de São Paulo, as maiores empregadoras de mecânicos qualificados para serviços de operação e de manutenção. Posteriormente, Gaspar Ricardo Junior, diretor da Estrada de Ferro Sorocabana e defensor entusiasta da racionalização, convidou Mange para colaborar mais ativamente em sua firma.” O engenheiro Roberto Mange, professor de desenho de máquinas na Escola Politécnica de São Paulo, crítico severo da forma como os aprendizes aprendiam seus ofícios, e Gaspar Ricardo Junior foram membros fundadores do IDORT. Segundo Weinstein (2000), Mange viajou, em 1929 para a Alemanha, para inteirar-se dos últimos avanços no treinamento de aprendizes para o trabalho em ferrovias. Voltou em 1930 e fundou o Serviço de Ensino e Seleção Profissional (SESP) da Sorocabana. Os métodos de aprendizagem, através de etapas progressivas, utilizados nos cursos promovidos pelo SESP, aliados ao uso da psicotécnica, que utilizava “princípios da ciência psicológica e da psicometria”, conforme descrito por Salvadori (2007, p. 2), para a seleção e orientação dos aprendizes, tornaram-se a vitrine dos projetos de Mange. Com os resultados obtidos pelas experiências realizadas com alunos do SESP, e amplamente divulgados, inclusive pela Revista do IDORT, em poucos anos “muitas outras ferrovias procuraram participar do programa de formação profissional de Roberto Mange, o que levou à formação em 1934, do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP).” (Weinstein, 2000, p. 98). Considera-se, entretanto, segundo Salvadori (2007, p. 3), que é

No interior desse projeto autoritário de modernidade – cuja implantação, contudo, não ocorre sem resistências – que devem ser pensadas as propostas de educação profissional em geral e de formação do ferroviário em particular.

Analisar as práticas desses Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), conforme Salvadori (2007, p. 3), implica em

Considerar as especificidades desta escola que, embora se diferenciasse das demais, de “ensino” regular, chamava para si procedimentos que estavam vinculados claramente à educação naquele período: organização de classes homogêneas, seleção de alunos, orientação vocacional, seriação, exames, crença no papel regenerador da educação, vinculação entre escola, educação, higiene e saúde como vetores para a construção da nação e, em especial, a inclusão dos conhecimentos produzidos pela psicologia experimental então considerados alicerces de uma pedagogia científica.

Simultaneamente, continua a autora (p. 3),

Os Centros eram também fábricas nas quais os alunos, enquanto aprendiam, produziam peças que eram efetivamente utilizadas na ferrovia e nas quais os símbolos do trabalho fabril eram bastante evidentes: as máquinas, os uniformes de trabalho, os logotipos das companhias, a distribuição dos espaços, entre outros. E, ainda, estudar tais centros ajuda a pensar sobre os significados sociais atribuídos à juventude ou, antes disso, o modo como essa categoria foi pensada e construída naquele período, particularmente com a influência dos saberes médico, biológico e psicológico.

Nesse sentido, conclui a autora na página 4,

O que se observa é a valorização do diagnóstico do especialista – o médico, o psicólogo e o engenheiro – nos processos de recrutamento de futuros alunos em detrimento da vontade do sujeito, da sua escolha, o que significa pensar em estratégias de poder muito próprias da modernidade que, pautadas por um padrão iluminista de ciência e de racionalidade, justificam-se e ganham legitimidade. Assim, o princípio dessa nova formação era o apagamento da condição do trabalhador ferroviário em relação ao seu pertencimento a um grupo e um esforço por dar-lhe uma nova identidade que, construída a partir do ingresso nos CFESP, vincula-se mais a atributos e qualidades individuais – dimensão do tórax, habilidades motoras, acuidade visual, rapidez de gestos, aspectos do desenvolvimento mental e emotivo, desenvoltura no tratamento com as séries metódicas – do que por uma experiência social compartilhada. Esta “sujeição do sujeito” buscava operar desde os processos de escolha dos futuros alunos até os cursos de aperfeiçoamento mantidos pela instituição.

A criação do curso de Ferroviários aconteceu, como já citado, através do Decreto estadual número 6.537 de 04 de Julho de 1934 e, no mesmo ano, conforme Weinstein (2000, p. 98), “o novo interventor de São Paulo, Salles Oliveira, colocou o CFESP sob os auspícios do Estado.” Horácio da Silveira justificava, segundo a autora, que “essa iniciativa conjunta do poder público e da iniciativa

privada, recebendo financiamento de ambos os setores, constituía um modelo para a futura expansão da educação profissional, considerando-se que o governo estadual, por si só, não poderia proporcionar formação profissional para todos aqueles que dela necessitavam.” O curso, segundo Laurindo (1961), foi extinto pelo Decreto nº 18.087, de 20/04/1948.

Outro Decreto, baixado pelo Governo do Estado em 13/07/1934, de nº 6.566, estabelecia, entre outras medidas e diretrizes, a *equiparação* das escolas municipais às estaduais, desde que aquelas se enquadrassem às normas estabelecidas pelo decreto, que em linhas gerais, estabelecia a obrigatoriedade de adotar os mesmos programas e a mesma orientação das escolas estaduais, se sujeitassem à fiscalização e inspeção pela Diretoria de Ensino², e possuíssem instalações necessárias para o regular funcionamento dos cursos teóricos ou práticos. Em 13/08/1934, pelo Decreto nº 6.604, era criada a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, diretamente subordinada à Secretaria da Educação e Saúde Pública. Ainda em 1934, pelo Decreto Federal nº 24.558, era transformada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, do Ministério da Educação, em Superintendência do Ensino Profissional. (LAURINDO, 1962).

Desta forma, a organização do ensino profissional paulista, entre os anos de 1934 e 1942, estava assim constituída:

Escolas e Cursos subordinados à Superintendência	Escolas em regime de cooperação
➤ Escola Profissional Primária	➤ Núcleo do Ensino Profissional
➤ Escola Profissional Secundária	➤ Cursos de Ferroviários
➤ Escola Noturna de Aprendizado e Aperfeiçoamento Profissional	➤ Escola Técnica Profissional, anexa ao Instituto Profissional Masculino, da Capital.
➤ Escola Profissional Agrícola Industrial	➤ Escola Profissional Municipal
➤ Curso Pré-Vocacional	➤ Aprendizado Agrícola e Industrial
➤ Curso Vocacional	➤ Curso para Formação e Seleção de Operários de Serviços Marítimos e Portuários, anexo ao Instituto “D. Escolástica Rosa”, de Santos.
➤ Curso de Aperfeiçoamento para Mestres	
➤ Curso de Educação Doméstica	
➤ Curso de Formação de Mestras de Educação Doméstica e Auxiliares em Alimentação	

² O ensino profissional, naquela ocasião, estava subordinado à Diretoria Geral do Ensino.

As escolas profissionais *primárias*, cujos cursos tinham dois anos de duração, destinavam-se à preparação elementar de jovens de ambos os sexos, maiores de 12 anos, para o exercício de profissões de base manual e mecânica, e para a continuação dos cursos nas escolas profissionais secundárias. As escolas profissionais *primárias* femininas, em 1934, comportavam os seguintes cursos: a) Artes Domésticas e Puericultura, b) Corte e Confecções, c) Bordados, d) Flores e Chapéus, e) Luvária e Coleteria, f) Estenografia, Mecanografia e Correspondência Comercial. Para as escolas *primárias* masculinas, em 1934: a) Tornearia, b) Entalhação, Tapeçaria e Empalhação, c) Pintura e Decoração, d) Laticínios, e) Estenografia, Mecanografia e Correspondência Comercial, f) Instalações Elétricas e Aparelhos de Rádio, g) Douração e Niquelação, h) Fiação e Tecelagem, i) Artes Gráficas, Serralharia, j) Marcenaria e Entalhação. Os cursos eram ministrados com disciplinas de Cultura Geral e de Preparação Profissional. As disciplinas de Cultura Geral eram Português, Geografia e Matemática Elementar. Este tipo de curso também permitia a anexação de cursos noturnos.

As escolas profissionais de nível *secundário* tinham cursos com três anos de duração, e destinavam-se à formação de trabalhadores mediante a aquisição de técnicas profissionais baseadas na cultura propedêutica necessária à exata compreensão social das profissões, na sua natureza, no seu valor e no seu significado. Masculinas, Femininas ou Mistas, recebiam alunos maiores de 13 anos, selecionados nos cursos vocacionais ou oriundos das escolas profissionais primárias. O ensino compreendia duas partes: de cultura geral e de preparação profissional. No âmbito de cultura geral, em 1934, as seguintes disciplinas estavam distribuídas pelas séries dos cursos: a) Português, b) História do Brasil, c) Geografia, d) Aritmética, e) Geometria, f) Noções de Álgebra e Trigonometria, g) Higiene e Puericultura, h) Economia Doméstica, i) Plástica aplicada às profissões e j) Desenho Profissional. Na área de preparação profissional, os seguintes cursos para as secções *masculinas* e de acordo com as necessidades locais, em 1934: a) Fundição, b) Ferraria e Caldeiraria, c) Ajustagem e Serralharia, d) Torneagem e Frezagem, e) Marcenaria, f) Tornearia, g) Entalhação, h) Ebanisteria artística, i) Eletrotécnico, j) Ferroviário, k) Laticínios, l) Tecelagem, m) Artes Gráficas, n) Segeria, o) Selaria, p) Trançagem, r) Construções Navais, etc. Para as secções femininas, os principais cursos, em 1934, eram: a) Corte e Confecções, b) Roupas Brancas, Rendas e Bordados, c) Pintura, d) Educação Doméstica. (LAURINDO, 1962).

Pode-se perceber que mesmo tendo sido significativas as mudanças ocorridas no sistema educacional do Estado de São Paulo, a inovação que mais repercutiu no treinamento dos operários

surgiu no setor privado através dos cursos ferroviários. Neste aspecto, durante o período analisado pelo trabalho em tela foram registradas 1.352 matrículas – 866 para o curso de “Ferroviários” e 486 para o curso de “Aperfeiçoamento EFS” - correspondendo a 25% do universo de matrículas da seção masculina. Quando são consideradas as matrículas dos cursos de “Mecânica” e “Ferraria e Fundição”, também fornecedores de mão-de-obra para a ferrovia, o índice sobe para 47%. Os cursos de “Ferroviários” e de “Aperfeiçoamento EFS” foram oferecidos a partir de 1931.

Apontamentos sobre a urbanização de Sorocaba

A criação da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, hoje denominada Escola Técnica Estadual Fernando Prestes, insere-se num período de intensas transformações que aconteceram, tanto em Sorocaba quanto na capital do Estado, nos anos anteriores e que se seguiram à abolição e ao advento republicano, transformações essas motivadoras de um expressivo processo urbanizador que se iniciara em meados do século XIX, mais precisamente nos anos 50 e 60, quando “o tropeirismo viveu seu período de glória. Entravam, anualmente, aproximadamente 50 mil muares. Juntamente com esse crescimento na venda de animais, as atividades urbanas foram sendo incrementadas. Centenas de novos equipamentos como comércio, manufaturas, serviços públicos, privado, ruas, etc., instalaram-se no espaço urbano, modificando e acrescentando a ele novos significados.” (STRAFORINI, 2001). As atividades urbanas, necessárias em função da feira de muares, tornaram-se a base da economia sorocabana, atraindo muitos comerciantes, manufatureiros, profissionais liberais, pequenos industriais, bem como atividades artísticas, culturais e de lazer. Segundo Almeida (2002), exportava-se pano de algodão para todos os municípios vizinhos e para a comarca de Curitiba, arreios feitos, tranças e redes em grande quantidade para as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ainda, segundo Almeida, existiam, em 1850, sete fazendas de café, proporcionando a venda de uma pequena parte para Curitiba. Entre os plantadores de café cita-se o Barão de Mogi-Mirim, proprietário do prédio que, em 1930, receberia as instalações da seção feminina da Escola Profissional. Além do algodão e do café, Sorocaba contava, ainda em 1850, com dez donos de engenho de açúcar. Em 1863, segundo Bonadio (2002), destaca-se como plantador de algodão Manoel Lopes de Oliveira, “maior fortuna do município.”

O comércio de tecidos, área geradora de maior lucro, explorado por importantes personalidades da sociedade, proporcionava a acumulação de capital e permitiu, juntamente com

outros fatores, o capital agroexportador algodoeiro existente durante curto período de tempo, e, a construção da primeira fábrica de tecidos da cidade. Escreve Baddini (2002, p. 269) que

Não foi por acaso que o mesmo grupo que instalou a Companhia Sorocabana em 1870 organizou, no ano seguinte, uma sociedade anônima denominada “Indústria Sorocabana” para a criação de grande fábrica de tecidos.

A continuidade do processo urbanizador se dá, também, com a criação, através de Luís Mateus Maylasky, da Companhia Sorocabana, que “só se converteu em realidade a partir do instante em que seus dirigentes passaram a apresentá-la como uma via de ligação – tornada indispensável pela Guerra do Paraguai (1864/1870) – entre a Fábrica de Ferro São João Ipanema e a capital paulista.” (BONADIO, 2004, p. 129). A Companhia Sorocabana recebeu autorização para funcionar através do Decreto nº 4729 de 24 de Maio de 1871, “com o propósito de construir uma via férrea a partir da fábrica de Ipanema à cidade de São Paulo, passando por Sorocaba e São Roque, e não um ramal de Itu a Sorocaba.” (GASPAR, 2003, p. 35). As construções da fábrica e da Estrada de Ferro Sorocabana impulsionaram a vida urbana existente, demandando, conseqüentemente, novas profissões e um novo modelo de trabalhador. No final do século XIX, Sorocaba já se destacava com um grande pólo industrial, contando com um número de unidades empresariais maior que a Capital: cinco fábricas de móveis, três de chapéus, uma de calçados, a de extração de calcários e granitos em Itupararanga, três de fiação e tecelagem – Nossa Senhora da Ponte, Santa Rosália e Santa Maria – e a estamperia de Votorantim.

Assim, segundo Rolnik (1988, p. 16),

a cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho, se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantidade de produtos para além das necessidades de consumo imediato. O excedente é, ao mesmo tempo, a possibilidade de existência da cidade – na medida em que seus moradores são consumidores e não produtores agrícolas – e seu resultado – na medida em que é a partir da cidade que a produção agrícola é impulsionada. Ali são concebidas e administradas as grandes obras de drenagem e irrigação que incrementam a produtividade da terra; ali se produzem as novas tecnologias do trabalho e da guerra. Enfim, é na cidade, e através da escrita, que se registra a acumulação de riquezas, de conhecimentos.

Em relação aos melhoramentos públicos e saneamento básico, escreve Silva (2000), que “devido as duas epidemias de febre amarela (1897 e 1900) a população sorocabana passou a exigir

redes de esgotos e água encanada no lugar das latrinas de fossas e dos “pipeiros” (carroceiros vendedores de água retirada do Rio Sorocaba).” Informa Almeida (2002), que a 1º de Maio de 1902 é que jorrou, no velho chafariz da praça da Matriz, a água do manancial de Cubatão; até 1903, foram-se completando as ligações domiciliares de água e esgotos. Entre 1908 e 1909 foi construída a adutora do Itupararanga; em 1908, os serviços de água e esgoto chegaram ao bairro Além-Ponte. Segundo Almeida (2002), “o primeiro calçamento das ruas de Sorocaba foi com pedras não lavradas, irregulares, tal como ainda se vê, p. ex. em Ouro Preto.” E, que, “a calçada da Rua da Ponte foi principiada em 1815, e em 1832 ainda estava em obras.” Escreve, também, que o primeiro paralelepípedo foi assentado na prefeitura em 1921.

Os irmãos João e Vicente Lacerda recebem, em 1895, a concessão de luz e força elétrica, adquirindo o material necessário na Inglaterra. Eles montaram a usina com um motor a lenha e um gerador, não conseguindo a voltagem necessária. A cidade foi iluminada pela primeira vez em Setembro de 1900; porém, indicando, como motivo, a deficiência nos serviços prestados, em Dezembro do mesmo ano, a Câmara retirou a concessão dos irmãos Lacerda. Em 1901 A J Byington recebeu o espólio dos Lacerda e imediatamente melhorou a luz, que apagava à uma hora da madrugada. Em 1902 Byington obtém o privilégio da usina hidroelétrica, vendendo-o, em 1905, aos Lichtenfels Sênior e Junior, que, canalizando a água diretamente do rio, sem represá-la, constroem uma usina no salto do Rio Sorocaba. Em 1911, a Light, aqui denominada “São Paulo Eletric”, compra os privilégios e a usina, esta com força de 2000 cavalos. Em 1912 a Light possui 2000 operários, entre eles hindus, trabalhando na construção da represa e da usina de Itupararanga. (ALMEIDA, 2002). Segundo Silva (2000), a represa “viria a funcionar em 26/5/1914, gerando energia e protestos, pelos altos custos do aluguel particular (medidores 3\$000 por mês, jóia 10\$000 mais o consumo).”

A “São Paulo Eletric” representada, aparentemente, por Roberto Rankim, em 1912 obtém o privilégio para a linha dos bondes, e, em 1915, passa essa concessão à Light, sendo a primeira linha inaugurada em 31/12/1915. “Ficou a cargo dessa companhia até 1951 quando o Governo Municipal assumiu. Em Fevereiro de 1959, o serviço de bondes foi extinto.” (SILVA, 2000, p. 79). Um pouco antes, 1907, Bernardo Lichtenfels Junior comprou, em São Paulo, um carro, que foi trazido para Sorocaba de trem, tornando-se o primeiro proprietário e condutor da cidade. Surgem os primeiros carros de aluguel em fins de 1911 e começo de 1912. “Em 1913, são tantos, que a 1º de Julho o prefeito baixou um ato regularizando o trânsito.” Em Setembro de 1915 desceu em Sorocaba o

primeiro aviador, fazendo, até 1916, os primeiros vôos. As primeiras comunicações telefônicas, serviço explorado por Antonio Pereira Inácio, com São Paulo, acontecem em 1912, existindo, porém, em 1911, comunicações telefônicas da cidade com a represa. (ALMEIDA, 2002).

Em relação aos hospitais e organizações ligadas à área da saúde, Sorocaba, em 1925, contava, entre outros, com a Santa Casa de Misericórdia, com o manicômio “Dr. Luiz Vergueiro”, e, percebe-se que entre seus diretores sempre figuravam personalidades ligadas à política local, aos clubes sociais e a maçonaria, ou pessoas a elas ligadas. Mesmo quando eram obras de filantropia e amparo social, como o Asilo Santo Agostinho, a Vila de São Lázaro, o Asilo São Vicente de Paulo; ou, entidades culturais, como o Gabinete de Leitura Sorocabano; ou órgãos da imprensa, como a Radio Sociedade de Sorocaba, ou o Jornal Cruzeiro do Sul, lá estavam elas compondo a diretoria dessas entidades. Frequentemente participavam, entre outros, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, Renato Mascarenhas, Frank Speers, João Câncio Pereira, João Ferreira da Silva, Cap. João Clímaco de Camargo Pires, Péricles Pilar³.

Com relação às escolas e colégios, em 1914, existiam 20 escolas, sendo: 3 particulares, 5 municipais, 12 estaduais; 3 também com períodos noturnos; 3 com classes masculinas, femininas e mistas; 4 com classes masculinas e femininas; 8 somente com classes mistas; 1 com classes masculinas e mistas (WERNECK, 2006). Em 1929, o número total de estabelecimentos escolares existentes era de 43 escolas, sendo 38 masculinas, femininas ou mistas; 5 grupos escolares; 1 Ginásio; 1 Escola Profissional; 1 escola normal; 4 escolas noturnas reunidas, e várias particulares⁴.

Em 15/11/1896, inaugurou-se a Escola Noturna da P III (Escolas Noturnas Masculinas de Alfabetização). Segundo Aleixo Irmão (1994, p. 137-138), as matrículas seriam preferencialmente concedidas aos empregados e operários que trouxessem o cartão das fábricas onde trabalhavam. A escola funcionaria das 19 – 21h, na Rua do Comércio, no prédio da Loja. Os exames foram realizados em 07/12/1896 e o início das aulas aconteceu em 15/02/1897. A Loja também se responsabilizou, a partir de 20/05/1901, pelo Liceu Sorocabano, estabelecimento de curso secundário mantido durante certo tempo pela municipalidade e que havia encerrado as atividades (idem, p. 173-174). Em 12/02/1904 é extinto o Liceu Sorocabano, passando a Escola Noturna a ter

³ Para mais detalhes verificar Garcia(2006).

⁴ Sorocaba, A cidade de Sorocaba em 1929, tópico “Higiene Escolar”, páginas 271, 274 e 276, digitalizadas no Projeto Memória (<http://memoria.fua.org.br/>) e disponibilizada em www.cruzeironet.com.br - acessada em 31/03/2006.

duas sessões, ocupando a vaga deixada pelo Liceu. A Loja PIII passou a receber auxílio do município (idem, p. 214). A partir de 07/1919 começou a funcionar a terceira Escola Noturna. Em 1920 funcionavam três salas com média de 35 alunos matriculados por sala. Em 1926 o Governo do Estado não destinou verba para as Escolas da PIII, tendo a Loja recorrido à Câmara Municipal. A Câmara votou e autorizou o pedido, pedido este que não foi atendido pela Prefeitura Municipal devido às divergências políticas (idem, p. 495-496). Em Novembro de 1929 as três salas funcionavam com uma média de matrículas de 27 alunos por sala.

Sorocaba, em 1925, era administrada pelo prefeito Cap. João Clímaco de Camargo Pires; na presidência da Câmara dos Vereadores o Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro; eram vereadores Cel. João Evangelista Fogaça, Cap. José Antunes Soares, Cap. Francisco Euclides da Silva, Honório de Almeida Barros, Cap. Jugurtha Neves, Cap. João Nóbrega de Almeida; Secretário e Arquivista Francisco de Camargo César⁵. O Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro foi, também, Deputado Estadual pelo 4º Distrito (WERNECK, 2006). O Cap. João Clímaco de Camargo Pires e o Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro participaram, também, da Grande Comissão pró-Diocese, cujo objetivo era o de instalar a diocese em Sorocaba⁶. O Partido Republicano tinha entre seus membros participantes do diretório de Sorocaba: José de Barros - Presidente, Dr. Luiz Pereira de Campos Vergueiro - Secretário, Augusto César do Nascimento Filho, Elias Lopes de Oliveira, Dr. João de Almeida Tavares, Bellarmino Gonçalves Rosa, Joaquim Eugênio Monteiro de Barros, João Evangelista Fogaça, Manoel Ferreira Leão, Francisco Euclides da Silva⁷. Neste sentido é interessante observar que, segundo Moraes (1990), Luiz Pereira de Campos Vergueiro havia participado do Grande Oriente do Estado de São Paulo, juntamente com membros do Partido Democrático, entre eles Marrey Junior e Almeida Prado Junior, partido esse que daria sustentação à Aliança Liberal.

Segundo Almeida (2002, p. 369), em 1901 houve, em São Paulo, a primeira dissidência relacionada ao PRP, com reflexos na política Sorocabana. Luiz Nogueira Martins, que desde 1897 comandava a política local, sofre oposição dos Pires (Benedito Antonio Pires e seu filho Nhonhô Pires) que fundam para isso o jornal “Cruzeiro do Sul”, enquanto que “O 15 de Novembro” defendia

⁵ Jornal Cruzeiro do Sul, edição de 01/01/1925, número 5478, página 17, digitalizada no Projeto Memória (<http://memoria.fua.org.br/>) e disponibilizada em www.cruzeironet.com.br - acessada em 27/03/2006.

⁶ Jornal Cruzeiro do Sul, edição de 01/01/1925, número 5478, página 04, digitalizada no Projeto Memória (<http://memoria.fua.org.br/>) e disponibilizada em www.cruzeironet.com.br - acessada em 03/04/2006.

⁷ Jornal Cruzeiro do Sul, edição de 26/02/1920, número 4103, página 01, digitalizada no Projeto Memória (<http://memoria.fua.org.br/>) e disponibilizada em www.cruzeironet.com.br - acessada em 03/04/2006.

o grupo de Nogueira Martins. De 1901 até 1906, com o apoio de Francisco Loureiro, Nogueira Martins continua comandando a política local. Em 1906, Nogueira Martins perde o apoio de Loureiro, porém, recebe as adesões dos Pires e de Luis Pereira de Campos Vergueiro, então promotor. Residindo em São Paulo, Nogueira Martins transfere a direção do partido, em Sorocaba, para Vergueiro, Pires, José de Barros e outros. Vergueiro passa, então, a comandar a política local até 1926. Em 1911, Vergueiro é eleito deputado. A oposição local, desde 1906, filiou-se ao hermismo, havendo, em 1910, a passeata hermista que culminou vitimando três operários. Em 1911 foi assassinado o Dr. Joaquim Marques Ferreira Braga, quando, desgostoso, Francisco Loureiro se retira para o Guarujá, enfraquecendo completamente a oposição local. A oposição só voltaria a ocupar o poder em 1927, época em que seu diretório foi reconhecido pelo presidente Julio Prestes. Vergueiro havia administrado Sorocaba em 1926 e 27, quando, em 27, assume a cadeira de Senador. Os membros da “oposição” eram os mesmos que conviviam com Vergueiro, participando das diretorias, nas entidades filantrópicas, culturais da imprensa falada e escrita, e mesmo na Santa Casa. Nesse sentido eram membros do diretório do PRP em Sorocaba, reconhecido por Julio Prestes, João Padilha de Camargo, presidente; Gustavo Scherepel – vice; João Ferreira da Silva – 1º secretário e presidente da Câmara Municipal; Renato Mascarenhas – 2º Secretário; e, entre outros, como membro, João Machado de Araújo que seria o futuro Prefeito da cidade. (ALEIXO IRMÃO, p. 535-552).

Segundo Straforini (2001), a partir de 1870, as atividades mercantis urbanas apresentaram crescimento em alguns setores e se estabilizaram em outros, mesmo tendo ocorrido grande queda no volume de negócios efetuados através da feira de muares. No setor de comércio destacava-se a presença significativa de bares/botequins e armazéns de secos e molhados, resultado da própria dinâmica de uma sociedade que se organiza a espera das feiras. Os estabelecimentos comerciais, na sua grande maioria, eram pequenos e médios e, seus proprietários não pertenciam às classes mais abastadas. Diferentemente dos demais estabelecimentos, as lojas de tecidos eram as que mais davam lucros, sendo que, muitos dos proprietários eram importantes personalidades na sociedade, acumulando riqueza, possibilitando emprestar dinheiro a terceiros, tornando mais rendosos seus negócios, e, inclusive investindo capital na indústria. As oficinas compunham um dos mais importantes papéis no quadro produtivo, produzindo mercadorias voltadas para o mercado interno, dos tropeiros e, para todos os que procuravam na feira de Sorocaba, produtos mais baratos. Enquanto houve feira na cidade, destacou-se a manufatura têxtil, os curtidos de couro, os lombilheiros, ferreiros, sapateiros e ourives. A manufatura têxtil em Sorocaba era exercida nas

chácaras, fazendas e sítios, por homens livres e escravos, para consumo da família e venda das sobras. Os lombilheiros usavam couro cru para determinados objetos e arreios. Havia também os serigoteiros que trabalhavam em suas casas. Os ferreiros produziam argolas, freios, correntes de ferro e outros acessórios. Os sapateiros destacavam-se dentre aqueles que possuíam oficinas. Estes não apenas consertavam, mas, principalmente, confeccionavam sapatos. Existiam ainda os ourives que produziam para os tropeiros mais abastados acessórios como argolas, correntes, guizos, chapas para selas, estribos, cavalos de relho, fivelas e copos, tudo em prata. Destacava-se, ainda, a indústria da cal. Estas se localizavam nos bairros da cidade, não havendo nenhuma na área urbana. “Outras categorias profissionais identificadas em época de feira de animais eram os artistas, os tocadores de instrumentos musicais, os retratistas e os relojoeiros.” (BADDINI, 2002, p. 245).

Segundo Bonadio (2004), durante o auge do ciclo do tropeirismo, são abertas as ruas Santa Clara, do Conselho (Ubaldo do Amaral), Coronel Cavalheiros, Santa Cruz, Cesário Mota, Sete de Setembro, dos Prazeres (13 de Maio), Professor Toledo, Moreira César, largo da Independência (praça Nove de Julho), Direita (Bulevar Braguinha) e do Hospital (Dr. Álvaro Soares). Com a abertura das atuais ruas Comendador Oeterer e Hermelino Matarazzo inicia-se a ocupação do futuro bairro do Além Linha, e, com o surgimento das ruas de São Paulo (hoje, uma avenida), dos Morros (Coronel Nogueira Padilha) e Rui Barbosa, o povoamento do Além Ponte. Conforme Almeida (2002, p. 267), os “gaúchos deixavam as suas tropas na vasta campanha que deu o nome a Campo Largo ou nos campos do Tinga (Itinga).” Iniciava-se, assim, o povoamento do Cerrado.

A arquitetura, os componentes de construção, as modas e costumes também se alteravam. “A rótulas de madeira - acabaram-se com as taipas de pilão. De 1875 em diante, e um pouco antes, são as primeiras casas de tijolo e cal. Não eram muitas porque os pobres faziam ranchos no arrabalde [...]” (ALMEIDA, 2002, p. 337). Ainda, segundo Almeida (2002), surgem mantilhas, xales, chapéus, estes específicos para várias ocasiões, inclusive para luto.

Em 1850, segundo Almeida (2002), exportava-se pano de algodão para todos os municípios vizinhos e para a comarca de Curitiba, arreios feitos, tranças e redes em grande quantidade para as províncias do Rio e Minas, e algum fumo para Curitiba. Existiam, também, em 1850 sete fazendas de café, proporcionando a venda de uma pequena parte para Curitiba. As fazendas de café situavam-se na serra de São Francisco, no Caguaçu, e em Pirapora. Eram fazendeiros de café: Joaquim de Souza Ferreira; Manuel Ribeiro de Arruda, este na serra de São Francisco; capitão Antonio Soares

de Barros, no Caguaçu; João Rodrigues Cordeiro; Barão de Mogi-Mirim e José Ferreira Braga, estes dois últimos em Pirapora. Além do algodão e do café, Sorocaba contava, ainda em 1850, com dez donos de engenho de açúcar: João Bernardino Vieira Barbosa, no Jundiacanga; Vicente Ferreira dos Santos Silva, que herdou do alferes José Luiz Antunes Vieira, em Iperó ou vizinhanças do Campo Largo; João Pires de Arruda, nos Morros; José Loureiro de Almeida, em Pirapora; João Ferreira de Almeida; Joaquim de Souza Ferreira, na Boa Vista; Dona Ângela de Madureira e Souza, na Fazenda São Francisco; e Francisco Lopes de Oliveira.

Em 1863, segundo Bonadio (2004), destaca-se como plantador de algodão Manoel Lopes de Oliveira, “maior fortuna do município”; Francisco Gonçalves de Oliveira Machado, prestigioso chefe político local também iniciara o plantio de algodão. É interessante observar que, em 1881, Manoel Lopes de Oliveira é um dos nove membros eleitos para participar da Comissão Permanente do Partido Republicano, participando, inclusive, do quadro diretor da Sociedade Propagadora da Instrução Popular, instituição que também teria mantido o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo⁸. Entre os membros da diretoria do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, e mais especificamente no conselho diretor do ano de 1887, consta Manoel Lopes de Oliveira (MORAES, 1990). Em 1896, Manoel Lopes de Oliveira e Asdrúbal do Nascimento são eleitos, pela Assembléia dos sócios, para o Conselho Superior do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo⁹.

A década de 1865-1875 foi importante para a história industrial de Sorocaba. A transformação mais típica notada desde 1864 foi a invasão das chaminés e do barulho dos motores a vapor, dentro da cidade e em toda esta década. Eram as máquinas de beneficiar algodão. Na Inglaterra, cujas fábricas necessitavam de algodão por causa da guerra civil nos Estados Unidos, o algodão “de Santos” fez sucesso (ALMEIDA, 2002). Porém, foi com a inauguração, em 1882, da Fábrica de Tecidos Nossa Senhora da Ponte, de Manoel José da Fonseca, também proprietário de uma grande loja de comércio de tecidos, que a industrialização tomou impulso. A iniciativa valorizou o mercado urbano, e a existência de uma estação da ferrovia na cidade permitia acelerar o escoamento da produção.

A ferrovia era o grande símbolo de progresso, representando um modelo racional de vida urbana, estimulando iniciativas ousadas de setores urbanos no caminho da industrialização, como a

⁸ Moraes, 1990, página 63, nota de rodapé nº 164.

⁹ Moraes, 1990, página 97, nota de rodapé nº 72.

instalação da sociedade anônima denominada “Indústria Sorocabana” para a criação da fábrica de tecidos. Segundo Werneck (2006), em 1911 tornou-se sócio da Fábrica Nossa Senhora da Ponte o capitalista carioca Joaquim Soares Fernandes.

Em 24 de outubro de 1890, George Oeterer e Frank Speers - seu genro - fundam a empresa “Santa Rosália”, com recursos garantidos por Francisco de Paula Mayrink (BONADIO, 2004). Moraes (1990, p. 98) cita, na década de 1880, mais precisamente em 1882, a presença de “F. de Paula Mayrink, banqueiro no Rio de Janeiro” como diretor da Companhia Carris de Ferro de São Paulo, e que muitos dos acionistas dessa companhia eram acionistas do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

Em 1892 foi organizada a Fábrica “Santa Maria”. Tinha como diretores o inglês Alexandre Marchisio ex-gerente da fábrica de Manoel José da Fonseca, Joaquim Silvério Junior, Francisco de Souza Pereira, Gabriel Dias de Oliveira e José Loureiro Junior. A produção foi iniciada em 1896, mas a empresa pouco progrediu. Foi comprada por Hermann Burchard que morre pouco depois. Em 1903, o inglês John Kenworthy chega a Sorocaba e compra a Fábrica de Fiação e Tecelagem “Santa Maria” em sociedade com o filho Alberto, e os genros Francisco de Sales Gomes, Bento Pires de Campos e Alcebiades Campos. Constrói, entre 1908 e 1909 a Fábrica “São Paulo”; entre 1910 e 1913 constrói a Fábrica “Santo Antonio”; em 1909 constituiu-se a Companhia Nacional de Estamparia – Fábrica Kenworthy (BONADIO, 2004).

A construção das fábricas, inclusive de tecidos, é reflexo direto da mudança do perfil produtivo da cidade. Com relação à produção agrícola, segundo Santos (1999, p. 109), Sorocaba produzia, em 1904, algo em torno de 25.000 arrobas de café, produto este que praticamente deixou de existir em 1920; o algodão fez caminho inverso: em 1904-05, 50.000 arrobas; em 1920, aproximadamente 120.000 arrobas, e, em 1937, 180.000 arrobas. As áreas cultivadas que, em 1904-05, representavam 5% do total, em 1920 atingiram mais de 40% do total, reduzindo para 20% em 1940. Mesmo quando se considera o tamanho das propriedades agrícolas, percebe-se significativa alteração: em 1904-05 existiam 25% com até 50 alqueires, mais de 55% entre 51 e 500 alqueires, e, acima de 15% com mais de 500 alqueires; em 1940 existiam acima de 50% do total, propriedades com até 50 alqueires, acima de 35% propriedades de 51 a 500 alqueires, e, 10% acima de 500 alqueires (SANTOS, 1999, p. 108).

Em 1914, segundo Bonadio (2004), o parque industrial de Sorocaba estava bastante desenvolvido, contendo 6 fábricas de cerveja com destaque para a Fábrica de Cerveja Ítalo-Brasileira de Luiz Baddini; 3 fábricas de macarrão; 4 de sabão, 4 de arreios, 3 de flores artificiais, 1 de louças, 3 de carroças, 1 de cadeiras, 1 de explosivos, 1 de gelo, 1 de ladrilhos, 1 de camas de ferro, 1 de caixas de papelão; 14 olarias, 5 tipografias, 2 serrarias, 18 fornos de cal, 6 moinhos de fubá e torrefação de café, 2 engenhos e fábricas de aguardente, 2 fábricas de calçados, 2 fábricas de chapéus, sendo uma de Francisco de Souza Pereira e outra de João Evangelista Fogaça; 1 Fábrica de óleo pertencente a Antonio Pereira Inácio; 1 fábrica de malhas, de José de Cunto; 6 estamparias, fiação e tecelagem; Usina geradora de eletricidade; ferrovia; jazidas de mármore e ardósia em Votorantim (WERNECK, 2006). “O setor têxtil surge no bojo de um processo de acumulação de capital e encontra já desenvolvida a mecanização dos processos produtivos.” (RIBEIRO, 1988, p. 187). O Banco União, que comprou a Fábrica Votorantim e as terras, tinha, em 1890, entre seus diretores o Senador Lacerda Franco e o Cel. João Batista de Mello Oliveira. Em 1913, Alfredo Maia e o Senador Lacerda Franco aparecem como diretores da Cia. Paulista de Estradas de Ferro (MORAES, 1990). Alfredo Maia foi quem cognominou Sorocaba como a “Manchester Paulista” (WERNECK, 2006). Em 1913 eram diretores do Banco União os senhores Asdrúbal Augusto do Nascimento, Dr. Carlos de Campos, Dr. Francisco da Cunha Bueno (WERNECK, 2006). Asdrúbal do Nascimento juntamente com Manoel Lopes de Oliveira, como citado anteriormente, participaram do Conselho Superior do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Em 1924 existia em Sorocaba o Banco de Sorocaba, constando entre seus diretores Frank J. Speers – Presidente; Hélio Monzoni – Gerente; O. Malheiros – Gerente; R. Oliveira – Gerente¹⁰.

Tendo como precursores, nos anos de 1850, o alemão Simão Venceslau Razzl, fundador da primeira fábrica de chapéus, e o húngaro Antonio Rogick que a adquiriu, a fábrica pioneira foi vendida, em 1883, para o médico inglês João Henrique Adams, genro do Barão de Mogi-Mirim, e para o capitalista Francisco de Souza Pereira. Em data posterior, Coats Vilela, antigo viajante da fábrica, torna-se um dos sócios. Como Vilela desentendeu-se com Adams, Francisco de Souza Pereira compra a parte do médico. Em 1901 Vilela também se retira, ficando a propriedade apenas com Francisco de Souza Pereira. Ele e seus sucessores a mantém em funcionamento até 1932. Uma segunda fábrica de chapéus, em 1870, é montada na cidade. Seu fundador foi Teodoro Kaisal, antigo

¹⁰ Jornal Cruzeiro do Sul, edição de 01/01/1925, número 5478, página 16, digitalizada no Projeto Memória (<http://memoria.fua.org.br/>) e disponibilizada em www.cruzeironet.com.br - acessada em 27/03/2006.

gerente de Rogick. Percebe-se, dessa forma, que a atividade chapeleira também era uma atividade importante (BONADIO, 2004).

Entre 1883 e 1887 novas fábricas, de pequeno e médio porte, foram organizadas na cidade, destinadas à produção de bens de consumo como calçados, chapéus, louças, colchões, massas, licores, vinho, cerveja, café em pó. “A participação de estrangeiros foi fundamental na instalação desses estabelecimentos, pois traziam técnicas e experiências que os moradores da cidade não possuíam, além de capital disponível para novos empreendimentos.” (BADDINI, 2002, p. 270).

Na década de 1880, “como reflexo de uma cidade que se moderniza, instalaram-se escritórios de advocacia e consultórios médicos, para atender uma população cada vez mais afeita a um modo de vida próprio dos grandes centros.” (BADDINI, 2002, p. 244). Ainda nessa década, conforme a mesma autora, o que se observa, é a visita de especialistas, entre outros, como “Callista”, “moléstias de senhoras”, “ocullista”, “especialista em hérnia e papo”, preferindo esses médicos, assim como os dentistas, o primeiro semestre do ano para virem à cidade. “Nessa mesma época, as lojas multiplicaram-se, maiores e mais sortidas, acompanhando o ritmo de uma população que crescia e tornava-se mais exigente. Abriam-se novos hotéis, restaurantes e charutarias para atender uma categoria diferenciada de visitantes, que cobrava a oferta de serviços especializados.” (idem, p. 272).

Iniciando-se no final do século XIX e avançando para o início do novo século, surgem muitas entidades com o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores e também dos imigrantes: Sociedade Beneficente e Protetora dos Chapeleiros, em 1890; Societé Operaria Italiana Umberto I, em 1885; Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro e Sociedade Beneficente dos Empregados da Companhia União Sorocabana e Ituana, ambas em 1896 (BONADIO, 2004). A primeira organização anarquista a se constituir em Sorocaba foi a Liga de Resistência, fundada em 06 de Abril de 1902. Também se organizam associações de resistência e ligas setoriais de trabalhadores, articuladas a uma liga geral. “Entre o final da primeira e início da segunda década do século XX, cresce, entre os trabalhadores a luta pela redução da jornada de trabalho, muito longa, como era de praxe nas empresas de todo o país; pela melhoria de salários e contra os abusos cometidos pelos prepostos do capital, no interior das empresas contra os assalariados e até mesmo contra a liberdade dos operários de gastarem livremente sua modesta remuneração.” (BONADIO, 2004, p. 256). Ainda segundo Bonadio, nessas lutas cumpre papel destacado o jornal “O Operário”, quinzenário e depois semanário, que circula de 1909 a 1913, fazendo eco, entre os trabalhadores, das

teses defendidas pelo jornal de oposição da classe média, “A Cidade de Sorocaba”. Em Agosto de 1917 explode a greve geral, inclusive em todas as fábricas de Sorocaba. O Banco União, responsável pela Fábrica Votorantim, não podendo pagar o aumento de salário e os três meses que estavam atrasados, além de outras dificuldades oriundas da 1ª guerra mundial, faliu. O resultado foi miséria e gente esmolando (ALMEIDA, 2002). Segundo Ribeiro (1988, p. 169), “Inúmeras fábricas após a greve adotaram a jornada de oito horas.” “Neste momento histórico, a maioria dos trabalhadores qualificados era, como se sabe, de origem imigrante e altamente resistente às investidas de controle do capital sobre o processo de trabalho. A necessidade de diminuir a influência deste tipo de operário e, ao mesmo tempo, exercer maior controle sobre a produção e reprodução do trabalhador coletivo, impõem a adoção das estratégias propiciadas pela organização científica do trabalho.” (MORAES, 1990, p. 229). Recorrendo ao relatório escrito pelo Inspetor do Ensino profissional, Ribeiro (1985) destaca o pensamento dos gestores dessa modalidade de ensino, sintetizando que “precisamos ter operários nossos, evitando-se a importação de elementos, muitas vezes banidos de suas terras de origem, pelas idéias subversivas que professam, e que tudo anarquizam [...] É uma questão patriótica a difusão das escolas profissionais [...] veículo seguro de nacionalização [...]” Neste sentido, recorrendo a Aprígio Gonzaga, Moraes (1990, p. 222), escreve que um dos objetivos da escola profissional é “a formação moral do operário, sua constituição em cidadão apto, competente, operoso, moralizado”, significando que ““na era atual, o obreiro educado e consciente de seus deveres e direitos, unido ao patrão no trabalho comum, será a base do progresso e da prosperidade em que se assentará a Pátria a grandeza de suas instituições’. Portanto, à escola profissional caberia ‘educar a personalidade, mais do que instruir’.” (MORAES, 1990, p. 222). Assim, teve início em 1924, “a iniciativa pioneira de ensino sistemático de ofícios, notadamente para as ferrovias, com a criação da Escola Profissional Mecânica no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Seu objetivo estratégico seria dar uma ‘resposta técnica’ à conquista operária da jornada de 8 horas de trabalho.” (CUNHA, 2000, p. 131). Nesse aspecto, segundo Moraes (1990, p. 222), “a escolha dos métodos de ensino estão perfeitamente articulados aos fins colimados de moralização do trabalhador.” Há que se destacar, também, que, em 1929, Sorocaba possuía 7.000 operários trabalhando nas indústrias têxteis (SANTOS, 1929), e era, em 1936, o “mais importante centro industrial do interior, em cujo parque 20 mil operários se dedicam às mais variadas e profícuas atividades fabris e ferroviárias.” (SILVEIRA, 1936, p. 42).

Neste contexto surgem e são reelaboradas as escolas técnicas. Contando com o poder dos seus industriais e com o respaldo de seus representantes políticos, nas esferas estadual e federal,

Sorocaba obtém, através da Lei número 1860 datada de 30 de Dezembro de 1921, a autorização para o funcionamento da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba. Apesar de existir a autorização para funcionamento, a escola só iria iniciar suas atividades em 1929. Um dos possíveis motivos para a demora de quase oito anos da instalação da escola pode ser a reforma da instrução pública ocorrida em 1925. Conforme Moraes (1990, p. 226), a reforma promovida pelos “tradicionalistas”, no governo de Carlos de Campos, introduziu algumas modificações no funcionamento das escolas profissionais que são extremamente criticadas pelos educadores “reformadores”¹¹. Ainda segundo Moraes (1990, p. 226), o problema maior situava-se na não instalação de muitas escolas criadas, sugerindo a falta de verbas como motivo principal. Como correção do problema

bastava adotar o regime norte-americano do “self-government”, ou seja, oficializar a seção industrial das escolas, “dando-lhes a amplitude precisa para vir a constituir a verdadeira fonte de receita necessária à manutenção da casa”.

Pode-se supor, também, que interesses políticos em aspirações mais amplas, como, por exemplo, a eleição para Presidente do Estado ou da República, no caso de Julio Prestes, fizessem com que a notícia da implantação da escola esperasse pelo momento mais adequado.

A Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba

A inexistência de mão-de-obra nacional especializada fomentou, em Sorocaba, assim como em outras regiões, a importação de operários das mais diversas nacionalidades. Nas duas primeiras décadas do século XX, o quadro de trabalhadores das organizações sorocabanas era composto, notadamente, por operários originários do continente europeu, com alguma experiência em entidades que defendiam os interesses da classe trabalhadora. O declínio da importação de mão-de-obra, a proibição pelo governo da continuidade de exploração do trabalho infantil e as reivindicações ocorridas entre 1910 e 1920, pela redução da jornada de trabalho, pela melhoria dos salários e contra os abusos cometidos pelos empresários, motivaram a classe dirigente a preparar cientificamente, isto é, através de escolas, a mão-de-obra necessária. Neste sentido, segundo Moraes (1990, p. 228), o Código de Educação implantado por Fernando de Azevedo, em 1933, concretizou

¹¹ Fazem parte do grupo de reformadores Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Ramos de Azevedo e Roberto Mange.

uma antiga reivindicação dos reformadores: a institucionalização da carreira do magistério profissional. A substituição dos “antigos mestres”, geralmente de origem estrangeira e formados empiricamente nas oficinas e, por isso mesmo, portadores de graves vícios técnicos e de valores perniciosos, exigia urgente solução. Os novos mestres, “cientificamente preparados”, dentro dos preceitos pedagógicos modernos, exerceriam benéfica influência sobre seus futuros alunos. As alterações introduzidas nos currículos das escolas visavam atender às “necessidades impostas pela experiência adquirida”.

Recorrendo a Horacio Silveira, continua Moraes, na página 228, informando que o

“acelerado ritmo de progresso” das indústrias “aumentava cada vez mais a necessidade de obreiros dotados de técnica mais aperfeiçoada”. E perguntava: “como atender, na medida do possível, essa carência de mão-de-obra especializada?” A resposta seria empreender a racionalização do processo de ensino aprendizagem, de modo a garantir que se pudesse qualificar, no menor tempo, o número e o tipo de trabalhadores requisitados pelo mercado industrial.

Ainda referente ao assunto, porém visto de forma abrangente, é muito reveladora a análise que faz Carvalho (2003) sobre os discursos e pensamentos reinantes na ABE relacionados à organização do trabalho e a educação integral em oposição ao que se entendia por instrução pura e simples. Escreve a autora, nas páginas 50 e 51, que

Embora seja difícil de precisar o que se entendia pela formulação, é possível afirmar que significava um conjunto de dispositivos que distribuem, integram, dinamizam, aparecendo com referenciais diversos. Referida à escola, a expressão designa medidas de racionalização do trabalho escolar sob o modelo da fábrica, tais como: tecnificação do ensino, orientação profissional, testes de aptidões, rapidez, precisão, maximização dos resultados escolares, etc. Designa também o funcionamento da escola na hierarquização dos papéis sociais, formando elites condutoras e povo produtivo. Referida ao país, a expressão designa um conjunto de dispositivos de integração nacional (como os propostos pelo Club dos Bandeirantes do Brasil) e de distribuição ordenada das populações por diversas atividades produtivas. Referida às populações pobres, aparece como disciplinamento, pela distribuição regrada das populações em espaços adequados, pela regulamentação controlada do lazer e do trabalho. Nesta acepção, englobava medidas destinadas a atenuar conflitos de classe e a aumentar a produtividade do trabalhador, envolvendo questões de saúde e de moral, com o objetivo de adequar a vida cotidiana do operário às exigências do trabalho industrial na ordem capitalista.

Ao analisar o curso de mecânica do Liceu de Artes e Ofícios, Moraes (1990, p. 219), escreve que “visava-se a formação integral do obreiro, capaz de dominar todas as elaborações da mesma matéria-prima – sua única especialidade – alternando-se apenas na aprendizagem das operações técnicas em que se apoiavam os exercícios fundamentais da arte escolhida. Conforme o método proposto por Victor Della Vos, os alunos deveriam executar, nos três anos de mecânica, todas as séries educativas e tecnológicas. Terminada a série preparatória, ‘educativa e média’, os trabalhadores começavam a produzir profissionalmente. Os trabalhos iniciais, baseados no sistema *Slojd*, tinham por objetivo iniciar os alunos no manejo dos instrumentos, de acordo com alguns princípios de ordem higiênica e fisiológica”. Moraes afirma também que o sistema *Slojd*

Consiste em uma determinada metodologia de ensino, desenvolvida na Dinamarca por Axel Mikkelsen, que considera o trabalho manual como o principal meio educativo, na escola, para disciplinar moralmente o educando e desenvolver-lhe o amor pelo trabalho. O sistema slojd está baseado em alguns princípios higiênicos e pedagógicos que devem ter sido adaptados para uso nas escolas profissionais. O ensino profissional deveria ir ao encontro do operário, assim como a escola primária vai ao encontro da criança. No que se refere aos princípios pedagógicos, “eram os mesmos de todo ensino elementar”: a matéria era dividida em seus elementos e os exercícios realizados um após o outro, em seriação crescente, de acordo com as “leis da pedagogia”. Os alunos deveriam produzir objetos de diversas naturezas, como, por exemplo, brinquedos, objetos de uso doméstico, aparelhos de física, etc, empregando modelos de dificuldades gradativas. Quanto à higiene, os princípios prescreviam que os trabalhos fossem realizados em posições definidas do ponto de vista fisiológico e que os utensílios, escolhidos segundo indicações higiênicas, estivessem adaptados à força da criança: que o aluno empregasse alternadamente a mão direita e a esquerda, etc.

Neste sentido, os cursos oferecidos pelas escolas profissionais e técnicas, e seus conteúdos programáticos, visavam prover as fábricas com o operariado nacional devidamente qualificado. Noutro aspecto, o empresariado sorocabano participava ativamente da política local e possuía fortes respaldos nas esferas estadual e nacional, facilitando, dessa forma, a criação e a instalação da escola.

Em reportagem efetuada por Rosa Maria Baddini Keller, em 14 de Junho de 1998, página 4, para o jornal *Cruzeiro do Sul*, onde consta entrevista com D. Maria Prestes de Albuquerque Ferreira, neta do coronel, são descritos alguns aspectos da vida de Fernando Prestes de Albuquerque, o Cel. Fernando Prestes, patrono da instituição. Segundo a entrevistada, Fernando Prestes foi sempre representante, no poder, da aristocracia rural brasileira. Tanto é que, em 1930, quando Getúlio subiu, derrotando o Partido Republicano, eliminou também para sempre o poder político da família Prestes

de Albuquerque. De modo a evidenciar a importância do avô, D. Maria Prestes relata que em “Sorocaba tentaram mudar o nome da praça matriz para João Pessoa, líder getulista, cuja morte dera o pretexto para o início da revolução”, mas o “povo não aceitou e por umas cinco ou seis vezes arrancou a nova placa. Afinal, quando os prefeitos nomeados por Getúlio para a cidade passaram a ser sorocabanos, a praça voltou a chamar-se Fernando Prestes.” Utilizando de linguagem apologética, explica a neta que o avô foi “republicano e abolicionista, sempre lutou pela legalidade. Durante a Revolta da Armada, defendeu a região de Itapetininga, Ipanema e Itararé contra os revolucionários do sul. Distinguiu-se tanto, que, em agradecimento, Floriano Peixoto outorgou-lhe a patente de coronel honorário do exército, no ano de 1893. Seu título, portanto, não foi comprado. Em 1898 foi eleito Presidente do Estado de São Paulo. Fez grandes empreendimentos, entre os quais o Instituto Butantã. Preocupou-se sempre com higiene em todo o Estado. Na ocasião da febre amarela em Sorocaba, 1897 – 1900, empenhou-se de corpo e alma no combate à epidemia, pelo que conseguiu a gratidão e amizade de toda cidade. Deixando o governo do Estado, continuou como deputado federal, senador estadual, e vice-presidente do Estado em três períodos governamentais. Em Itapetininga, conseguiu a instalação da Escola Normal, da Faculdade de Farmácia e Odontologia, esta depois infelizmente extinta, por motivos políticos. Outra contribuição valiosa quando Presidente do Estado, foi a instalação da Escola Profissional Mixta em Sorocaba.” É importante salientar, com relação à Escola Profissional, que a instituição foi criada em 1920 e instalada em 1929. Sobre os mandatos do Cel. Fernando Prestes, enquanto Presidente do Estado de São Paulo, exerceu-os entre 10/11/1898 e 01/05/1900, e entre 05/02/1910 e 05/08/1910, ocasião em que era Vice-Presidente¹². Foi Senador¹³ do estado em 1916 e 1922, porém, a Assembléia Legislativa de São Paulo registra os mandatos de 1903, 1907, 1916 e 1928, ignorando o de 1922¹⁴. Nessa mesma época entre 1919 e 1921, Julio Prestes, filho do coronel, exercia o mandato de Deputado Estadual pelo 4º Distrito¹⁵.

Outra reportagem, também do jornal Cruzeiro do Sul, publicada em 05 de Novembro de 1997, informa que Fernando Prestes de Albuquerque “lutou pelas grandes causas de sua época, como a abolição da escravatura e o fim da monarquia. Com a proclamação da República, participou do governo provisório local, e da intendência seguinte. Assumiu o governo do Estado, época em que conseguiu normalizar as finanças e combater a peste bubônica e a febre amarela, doenças que

¹² <http://www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br/07govs/govs.htm>

¹³ http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Prestes_de_Albuquerque

¹⁴ <http://www.al.sp.gov.br/web/legislativo/parlamento/capitulo2/parte11.pdf>

¹⁵ <http://www.al.sp.gov.br/web/legislativo/parlamento/capitulo2/parte10.pdf>

ameaçavam algumas cidades. Ao deixar o governo, foi eleito por duas vezes consecutivas deputado federal, liderando a bancada paulista e depois toda a maioria. Ocupou os cargos de Senador Estadual (duas vezes), Vice-Presidente do Estado (duas vezes), e posteriormente, Presidente (equivale ao atual cargo de governador). Depois da revolução de 1930 abandonou a política, exercendo os cargos de diretor do Banco Noroeste do Estado de São Paulo e da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro. Foi sepultado no dia 26 de Outubro de 1937.”

Em 30 de Dezembro de 1921, com a Lei número 1860, Sorocaba recebe a autorização para a criação da Escola Profissional. Apesar de existir a autorização para a instalação, a escola só iria iniciar suas atividades em 1929. Um dos possíveis motivos para a demora, como já comentado, de quase oito anos da instalação da escola pode ter sido a reforma da instrução pública ocorrida em 1925. Conforme Moraes (1990, p. 226), a reforma promovida pelos “tradicionalistas”, no governo de Carlos de Campos, introduziu algumas modificações no funcionamento das escolas profissionais que são extremamente criticadas pelos educadores “reformadores”. Ainda segundo Moraes (1990, p. 226),

a omissão maior situava-se na não instalação das inúmeras escolas criadas. A lei “pecava por omissão”. Se o problema era de verbas, bastava adotar o regime norte-americano do “self-government”, ou seja, oficializar a seção industrial das escolas, “dando-lhes a amplitude precisa para vir a constituir a verdadeira fonte de receita necessária à manutenção da casa”.

O início das atividades da escola também está vinculado à família Prestes de Albuquerque, através de Julio Prestes de Albuquerque, filho do Cel. Fernando Prestes e seu sucessor na política. A reportagem já citada do jornal Cruzeiro do Sul publicada no dia 05 de Junho de 1997, indica que Julio Prestes de Albuquerque “formou-se em Direito em 1906, e, em 1909 foi eleito Deputado Estadual, iniciando sua carreira de homem público. Na Câmara foi conduzido a líder da bancada, e foi reeleito Deputado em cinco legislaturas consecutivas. Em 1924 foi eleito Deputado Federal, voltando ao Estado quando começou a revolução na capital paulista. Reeleito em 1927, foi o mais votado candidato do país, com mais de sessenta mil votos. Foi eleito Presidente do Estado, comandando um dos períodos de maior progresso em São Paulo.”

A eleição de Julio Prestes de Albuquerque à Presidência do Estado¹⁶, se deu através de uma jogada política de seu pai. Com a morte de Carlos de Campos em Abril de 1927, então Presidente do Estado, e sendo Fernando Prestes seu Vice-Presidente, este renunciou, a favor do filho, em ato previamente combinado em convenção do PRP, ao mandato a que teria direito, ou seja, o de Presidente. Estando vagos os cargos de Presidente e Vice, novas eleições foram realizadas e Julio Prestes, segundo Weinstein (2000, p. 78), com apoio entusiasmado do CIESP, foi eleito Presidente do Estado de São Paulo, assumindo o governo em 14 de Julho de 1927. Prosseguindo com o relato, a reportagem informa que “com o término do mandato presidencial de Washington Luiz, Julio Prestes foi indicado para assumir o governo do país. Foi eleito pelo voto popular, e partiu para outros países tentando trazer capitais estrangeiros para o Brasil. Na volta, foi vítima de um golpe de estado, perdeu o governo para Getulio Vargas, e foi exilado durante quatro anos. Voltou para Itapetininga e abandonou a política, morrendo no dia 9 de Fevereiro de 1946.” Este período conturbado da política brasileira merece alguns esclarecimentos: Washington Luís, eleito e empossado em 1926 para governar o Brasil até 1930¹⁷, indica Júlio Prestes, em 1929, para ser o candidato situacionista à sucessão presidencial cuja eleição ocorreria em Março do ano seguinte. O ato provocou descontentamento nos políticos mineiros que esperavam que o indicado fosse um representante de Minas Gerais para assegurar a alternância entre os dois maiores estados no comando do governo federal. Assim, alijados da disputa, os mineiros articularam uma aliança, denominada Aliança Liberal, chapa de oposição, com os políticos da Paraíba, do Rio Grande do Sul e mais as oposições de diversos estados. Getulio Vargas, do Rio Grande do Sul, para presidente, e João Pessoa, da Paraíba, para Vice, foram os candidatos da Aliança Liberal. Em 1 de Março de 1930¹⁸, o candidato Júlio Prestes venceu a eleição para Presidente da República com 1.091.709 votos contra 742.794 votos dados a Getúlio Vargas. Durante a viagem de Júlio Prestes ao exterior, a oposição, alegando a existência de fraudes no pleito, preparou um movimento revolucionário visando depor Washington Luís antes que a presidência fosse transferida ao candidato vitorioso. Iniciada em 3 de Outubro de 1930, no dia 24 do mesmo mês a revolução de 1930, através de uma junta militar, retira Washington Luís do poder, e, no dia 3 de Novembro de 1930 entrega a presidência a Getulio Vargas, líder das forças revolucionárias.

¹⁶ http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio_Prestes

¹⁷ http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_julio Prestes.htm

¹⁸ http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BAlio_Prestes

Outra reportagem publicada pelo jornal Cruzeiro do Sul, em 26 de Junho de 1994, escrita por Afonso Celso de Oliveira, comemorativa dos 65 anos da escola, descreve como ocorreu a implantação da escola. “Julio Prestes, semanalmente, aos sábados, passava por Sorocaba, a caminho de sua fazenda localizada entre Tatuí e Itapetininga. Aqui aportado, impreterivelmente ‘filava’ o cafezinho em casa do Dr. João Machado, que seria nosso próximo prefeito. D. Amélia César Machado de Araújo, com o primeiro filho a estudar fora de Sorocaba, vivia inconformada com isso. Certo dia planejara pedir ao Governador uma escola. Amadurecida a idéia, e já do conhecimento do marido, tocara no assunto, pedindo a Julio Prestes que criasse ao menos um ginásio em nossa terra. Ao que ele retorquiu”:

para Sorocaba, cidade tipicamente industrial, melhor caberia uma escola profissional. É que qualquer outro tipo estaria, talvez, fora das possibilidades da maioria de nossa população, constituída de operários.

A fala do *seu Julinho*, como era conhecido Júlio Prestes, que exercia o mandato de Presidente do Estado de São Paulo, estampa toda a coesão e uniformidade que permeavam os pensamentos e atos de muitos da classe patronal e dos políticos, via de regra personagens que participavam simultaneamente dos dois grupos, e que, neste caso, converge para o dualismo do sistema escolar brasileiro: escolas para a elite forneceriam cursos secundário e superior e escolas para o povo forneceriam cursos primário, normal e profissional. E mais, que o povo não teria preparo, talvez intelectual, físico, moral ou higiênico, para freqüentar cursos que não fossem os profissionais.

O autor indica que, continuando o diálogo, D. Amélia lhe dissera: “Então, nos dê essa escola.” Ao que Julio Prestes respondera, em tom de brincadeira: “agora não, estou com muita pressa.” Revela-se, neste trecho a forma como se fazia política: se efetivamente a decisão de instalar a escola foi motivada pelo diálogo, a política serviria para atender pedidos efetuados por eleitores, muitas vezes influentes em suas regiões; ou, se a decisão, de instalar a escola, era fato consumado, antes de o pedido ser feito, a política serviria para determinar a forma de como essa decisão seria transferida às populações. Em qualquer situação está implícita a necessidade de dar maior visibilidade à obra e ao autor da mesma.

Prosseguindo com o relato, Afonso Celso afirma que “dias depois, em reunião do Diretório em sua casa, Dr. João Machado expunha a idéia de uma comissão ir a São Paulo, para acertar com o

Governador do estado a instituição¹⁹ da escola prometida verbalmente. Dessa reunião, D. Amélia se lembra que tomaram parte: João Padilha, Renato Mascarenhas e João Ferreira da Silva. Julio Prestes apenas pediu que lhe arranjassem um prédio de dimensão adequada para a instalação rápida e provisória do estabelecimento.”

João Padilha, Renato Mascarenhas, João Ferreira da Silva e Gustavo Scherepel, assim como Luiz Pereira de Campos Vergueiro, sendo este bisneto do Senador Vergueiro²⁰, eram membros atuantes da loja maçônica Perseverança III e perrepistas. Segundo Aleixo Irmão (1994), entre 1915 e 1927 várias desavenças ocorreram entre os maçons e políticos sorocabanos. Em 1915 aconteceu uma cisão dos maçons da cidade devido ao chamado Grande Oriente Paulista, fundado por dissidentes. A Perseverança III reafirma sua fidelidade ao Grande Oriente do Brasil - GOB - e ao Grande Oriente Estadual. Em 1919, Vergueiro recebe as patentes dos graus 31-32-33, Grão Mestre Adjunto do Grande Oriente do Estado, porém, em Abril de 1920, pede desligamento da P III alegando ter-se mudado do Oriente. Afirma Moraes (1990, p. 137-138) que “fazem parte do Grande Oriente de São Paulo, como grão-mestre, o deputado José Vasconcellos de Almeida Prado Junior; como grão-mestre-adjunto, o deputado Luiz Pereira de Campos Vergueiro e, como orador, J A Marrey Junior, um dos líderes do Partido Democrático.” As apreensões reinantes no pós-guerra são explicitadas por Marrey Junior, em discurso proferido na festa comemorativa do aniversário da maçonaria paulista, organizada pelas Lojas do Estado, e assim descritas por Moraes:

As tensões sociais faziam aflorar na consciência das classes dominantes, expressando as mesmas concepções dos liberais reformadores aglutinados na Liga Nacionalista. Achava o orador que a “questão social poderia ser resolvida por um conjunto sábio de leis”. Instruindo o povo, dando-lhe “melhor educação moral”, “garantindo o produto do trabalho”, estabelecendo uma distribuição “mais equitativa dos proventos”, seria possível “trabalhar em ordem, implantar a paz duradoura” [...] E a harmonia social, baseada na convivência pacífica das classes sociais, deveria ser obtida através da execução desse programa que cabia à Maçonaria iniciar.

Nesse mesmo Abril, segundo Aleixo Irmão (1994), Vergueiro recebe críticas da loja por ter participado do ato de transferência do professor Luiz do Amaral Wagner, também membro da P III, praticado pelo Secretário da Instrução do governo do presidente do estado Washington Luís. Em

¹⁹ A escola havia sido criada em 30 de Dezembro de 1921, quando o Presidente do Estado de SP era Washington Luís, e Fernando Prestes de Albuquerque era Senador de São Paulo. A instituição, porém, não havia sido instalada.

²⁰ http://www.jbcultura.com.br/gde_fam/pafg01.htm

1921 a P III declara-se obediente ao GOB e prescreve que seria desligado da loja quem prestasse obediência ao Grande Oriente de São Paulo. Ainda em 1921 é extinto o GO de São Paulo. Em 1926 acontece novo estranhamento entre a P III e Vergueiro, nesta época Prefeito de Sorocaba. Vergueiro suspendera as subvenções municipais das escolas noturnas da maçonaria alegando que elas eram desnecessárias e, inclusive, movera processo contra Diogo Moreira Salles, membro da loja e jornalista do *Cruzeiro do Sul*, por este haver publicado supostas inverdades. Vergueiro acusou, também, a loja, em 1927, de se filiar ao Partido Democrático, partido este que daria apoio à Aliança Liberal e ao líder da revolução de 30, Getúlio Vargas. A loja prontamente rebateu essas afirmações. Pode-se supor que esses “estranhamentos”, políticos e maçônicos, também tenham contribuído para o atraso na instalação da escola, porém, instigantemente essas desavenças pareciam não abalar os relacionamentos sociais dos envolvidos. Segundo Garcia (2006), conviviam no mesmo corpo diretivo da Santa Casa de Misericórdia, em 1925, João Ferreira da Silva, Luiz Pereira de Campos Vergueiro e Renato Mascarenhas; conviviam também em 1925, na direção do Asilo Santo Agostinho, Luiz Pereira de Campos Vergueiro, Joaquim F. de Camargo Pires, este proprietário e gerente do jornal *Cruzeiro do Sul*, Antonio J. Castronovo que, em 1929, seria o novo administrador do jornal; ainda em 1925, na Radio Sociedade de Sorocaba, estavam Cap. João Clímaco de Camargo Pires, na época prefeito da cidade, e, Francisco de Camargo César, arquivista e secretário da Câmara Municipal, quando, em 1920, era presidida por Luiz Pereira de Campos Vergueiro; além de outros membros comuns aos grupos envolvidos nas pendengas. Esses relacionamentos permitiam construir uma imbricada teia de sustentação dos seus membros nas esferas políticas do município, do estado e da nação. Neste sentido, é interessante observar a trajetória da família Vergueiro. Segundo Moraes (1981, p. 158), aconteceu que um grupo de maçons,

Na sua maioria do antigo Grande Oriente de 1822, antecipa-se a Ledo e funda no mesmo ano de 1830 o Grande Oriente Brasileiro que, por funcionar no prédio nº 36 da Rua do Passeio, no Rio de Janeiro, passou a chamar-se Grande Oriente do Passeio. Instalado oficialmente a 24 de Junho de 1831, terá como primeiro Grão Mestre o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e, como secretário, o Padre Belchior Pinheiro de Oliveira.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o Senador Vergueiro, falecido em 1859, no Rio de Janeiro, é o pai de Luiz Pereira de Campos Vergueiro²¹, que teve, entre outros, os filhos Afonso Vergueiro e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, netos do senador. Nicolau Vergueiro, o neto, é

²¹ http://www.jbcultura.com.br/gde_fam/pafg01.htm

citado por Moraes (1981, p. 204), juntamente com Joaquim Bonifácio do Amaral, como “um dos primeiros fazendeiros a introduzir trabalhadores europeus, iniciando a colonização da fazenda Sete Quedas com os alemães.” Joaquim Bonifácio do Amaral, o Visconde de Indaiatuba, é destacado por Moraes como o primeiro presidente da Associação Culto à Ciência, em Campinas, tendo sido lançada a pedra fundamental do ginásio em Abril de 1873 (MORAES, 1981, p. 188). Segundo Baddini (2002), o Hotel dos Convalescentes foi organizado em 1886, em Sorocaba, pelo Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, na sua chácara São Bento, na estrada da Água Vermelha, como uma opção cara de tratamento, acessível às famílias mais ricas.

Afonso Celso relata, ainda na reportagem, os interesses políticos envolvidos na instalação da escola. “Com o esquema que levava Julio Prestes aos ‘Campos Elíseos’, caíra a longa influência vergueirista em Sorocaba. E, praticamente, estávamos desarvorados, sem liderança. E o Presidente do Estado só poderia organizar, ou concatenar apoio, nos meios oposicionistas ou apolíticos. E nas regulares paradas que fazia em nossa cidade, Julio Prestes também fazia ponto no estabelecimento de Gustavo Scherepel, de quem era velho amigo. Ora, Gustavo sempre fora baluarte oposicionista em Sorocaba. E quando foi sondado pelo amigo Julio se aceitaria tentar entendimentos para que se formasse um diretório, eis que, de modo bastante franco, Gustavo impunha condições: ‘desde que o estado desse escolas para Sorocaba’. E conforme declarações de Frederico Scherepel, Gustavo, em uma quinta-feira, dia de audiência em Palácio, fora chefiando a comissão sorocabana para os entendimentos com o Presidente. E como o tempo era exíguo, achara Julio Prestes que de muito melhor modo seriam encaminhados os entendimentos em outra ocasião. E essa ocasião seria em sua fazenda, em um domingo, e que, para tanto, a comissão aceitasse seu convite para um almoço. Desse modo, na fazenda de Julio Prestes, foram acertados os planos para a implantação a Escola Profissional, e, naturalmente, meios de consolidação política, o que culminou com a eleição do Dr. João Machado para nosso Prefeito.”

Para entender o parágrafo anterior é importante acompanhar a desenvoltura política dos envolvidos. Júlio Prestes, cinco vezes, e Luiz Pereira de Campos Vergueiro, filho de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, o neto, sendo, portanto bisneto do senador Vergueiro, seis vezes, foram eleitos deputados, consecutivamente e pelo 4º Distrito, entre os anos 1910 e 1924, sempre pelo PRP²². Foi companheiro dos dois, também pelo PRP e pelo 4º Distrito, entre 1910 e 1915, Luiz

²² <http://www.al.sp.gov.br/web/legislativo/parlamento/capitulo2/parte10.pdf>

Nogueira Martins, antigo presidente da Câmara Municipal de Sorocaba. Para os mandatos de 1913 e 1922, Luiz Nogueira Martins foi eleito senador da república²³. Em 1927 e 1930, Júlio Prestes foi eleito, respectivamente, Presidente do Estado de São Paulo e Presidente da República. Luiz Pereira de Campos Vergueiro havia sido eleito, para 1925, deputado e Senador da República. Fernando Prestes de Albuquerque foi eleito senador em 1903, 1907, 1916 e 1928²⁴. Vergueiro administra Sorocaba, como prefeito, entre 1926 e 1927 e assume, em 1927, a cadeira de senador. Deixando Sorocaba, o diretório do PRP local, também em 1927, passa a contar com Renato Mascarenhas e João Ferreira da Silva. Em 29 de Fevereiro de 1928, o PRP local contava com João Padilha de Camargo, presidente; Gustavo Scherepel – vice; João Ferreira da Silva – 1º secretário e presidente da Câmara Municipal; Renato Mascarenhas – 2º Secretário; e, entre outros, como membro, João Machado de Araújo que seria o futuro Prefeito da cidade (ALEIXO IRMÃO, p. 535-552). Soa no mínimo estranho a afirmação de que Sorocaba estava “sem liderança política e desarvorada” – pode-se supor que a exposição na mídia, através do formato de “estranhamentos e desencontros”, tinha o interesse de apresentar ao povo local as faces anônimas que sempre sustentaram aquelas sobejamente conhecidas e que, naquele momento, haviam partido para aspirações mais amplas, ou seja, nacionais. Neste sentido, o movimento para consolidar nacionalmente políticos regionais, através do Senado do Estado de São Paulo, a partir de 1900 e pelos 30 anos seguintes, começou por Fernando Prestes de Albuquerque, em 1903, 07, 16 e 28; continuou com Luiz Nogueira Martins, 1913 e 22; e, culminou com Luiz Pereira de Campos Vergueiro, em 1925. Os “estranhamentos e desencontros”, citados anteriormente, explicariam as versões políticas para a instalação da escola que estão descritas nas reportagens abaixo: uma veiculada no dia 17 de Maio de 1929, do jornal Cruzeiro do Sul:

Escola Profissional: desde ontem, o Sr. Horácio Silveira, que se acha em Sorocaba comissionado pelo governo, está anotando inscrições para os cursos masculino, feminino e geral da Escola Profissional. A matrícula continua aberta, das 12h às 16h, naquela escola, para as pessoas maiores de 12 anos. Desde há algum tempo a facção antivergueirista recebera promessa do governador Julio Prestes de que, se derrotassem os adversários, Sorocaba teria uma Escola Profissional, um Ginásio e uma Escola Normal. Neste dia, embora ainda essa derrota não tivesse se consumado, o governo iniciava o pagamento de sua promessa.

²³ <http://www.al.sp.gov.br/web/legislativo/parlamento/capitulo2/parte11.pdf>

²⁴ <http://www.al.sp.gov.br/web/legislativo/parlamento/capitulo2/parte11.pdf>

E outra no dia 24 do mesmo mês, no mesmo jornal, reforçando com valores e nomes, que estava

autorizado crédito de 197:750\$000 para as despesas de instalação, e, também, a nomeação de Oscar Lindholm de Oliveira, para diretor, vindo removido de Franca; Guimar Baddini, guarda-livros; Frederico Scherepel, escriturário; Hércules Tavares de Campos, porteiro; Antonio Funes, professor de Aritmética e Geometria; e Job Aires Dias, professor de Português e Educação Cívica.

E que culminaria com a eleição de João Machado de Araújo para Prefeito.

A instalação da instituição aconteceu durante o mandato de Julio Prestes como governador do estado, época em que o grupo de reformadores²⁵ atuava em São Paulo e era favorável às idéias de Roberto Mange relacionadas à qualificação do trabalhador, e que, além de criticar a não instalação das escolas já criadas, também enfatizava a necessidade de criar e instalar outras. Mange tinha ligações com Horácio da Silveira com quem já havia trabalhado e que era diretor da escola feminina da Capital; mantinha relações com Gaspar Ricardo Junior, diretor da Estrada de Ferro Sorocabana além de outros empresários ligados ao CIESP. Segundo Weinstein (2000, p. 78), “nas eleições nacionais que precederam a Revolução de 1930, o CIESP apoiou com entusiasmo a candidatura à presidência do Governador de São Paulo, Julio Prestes, alegando que sua administração do estado foi favorável à indústria. Além disso, os industriais de São Paulo, apesar de considerarem, cada vez mais, os seus interesses de uma perspectiva nacional, partilhavam da convicção da elite paulista de que seu Estado natal era o mais progressista e produtivo do Brasil – ou, para usar sua metáfora, ‘a locomotiva do país’.” Assim, a instalação da escola acontece no momento em que se consolida uma nova proposta de qualificação, baseada na especialização do trabalhador em uma única operação, na sua moralização e ajuste à sociedade de classes, e, em cursos que pudessem fornecer, em curto espaço de tempo, mão-de-obra preparada às indústrias.

A escola foi instalada em 09/06/1929, na Rua Barão do Rio Branco, nº 228/280 – foto nº. 1 - esquina com a Rua Álvaro Soares, ruas centrais da cidade, contendo dois andares e que anteriormente havia abrigado uma empresa beneficiadora de algodão, pertencente a Mateus Maylasky, e, posteriormente, um hotel. A casa possuía duas entradas, sendo uma reservada ao setor masculino, pela Rua Barão do Rio Branco, e a outra, reservada ao setor feminino, pela Rua José Bonifácio, atrás da escola. Em 1930, a seção feminina foi transferida para a Rua Monsenhor João

²⁵ O grupo contava, entre outros, com Lourenço Filho e Fernando de Azevedo.

Soares, no “sobradão” do “Barão de Mogi Mirim enquanto a masculina permaneceu no prédio original” (MORAES; ALVES, 2002, p. 150).

A escola funcionou naqueles locais até meados de 1940, quando, em 12/9/1948 foi inaugurado o novo prédio próprio, na Avenida Comendador Pereira Inácio, onde hoje funciona a ETE Rubens de Faria e Souza. Neste aspecto, é interessante observar que a sociedade sorocabana e, inclusive, funcionários da ETE Rubens de Farias têm, como escola mais antiga e tradicional de Sorocaba, a segunda; porém, as fotos nºs 2 e 3 eliminam quaisquer dúvidas: a foto nº 2, mais antiga, apresenta o nome da escola como Escola Industrial Fernando Prestes, e a número 3, mais recente, apresenta, com um outro estilo, o nome da Rubens de Faria. Assim, atrás da placa com o nome Rubens de Faria está grafado o nome Fernando Prestes. É importante destacar também que Rubens de Faria e Souza foi professor comissionado de Aritmética na Escola Industrial Fernando Prestes, tendo sido nomeado em 07/08/1934. Em 1960 a Fernando Prestes foi transferida para o Seminário São Carlos Borromeu, na Avenida Eugenio Salerno, prédio este que, durante muito tempo, abrigou o Seminário Diocesano; finalmente, em 1980, foi transferida para a Rua Natal, 340 (segundo prédio próprio), espaço dividido, durante os anos de 1982 até 1992, com a Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus “Roberto Paschoalick”, onde se encontra atualmente – foto nº 4.

Foto nº 1 – primeiro prédio da ETE Fernando Prestes
Rua Barão do Rio Branco esquina com Rua Álvaro Soares

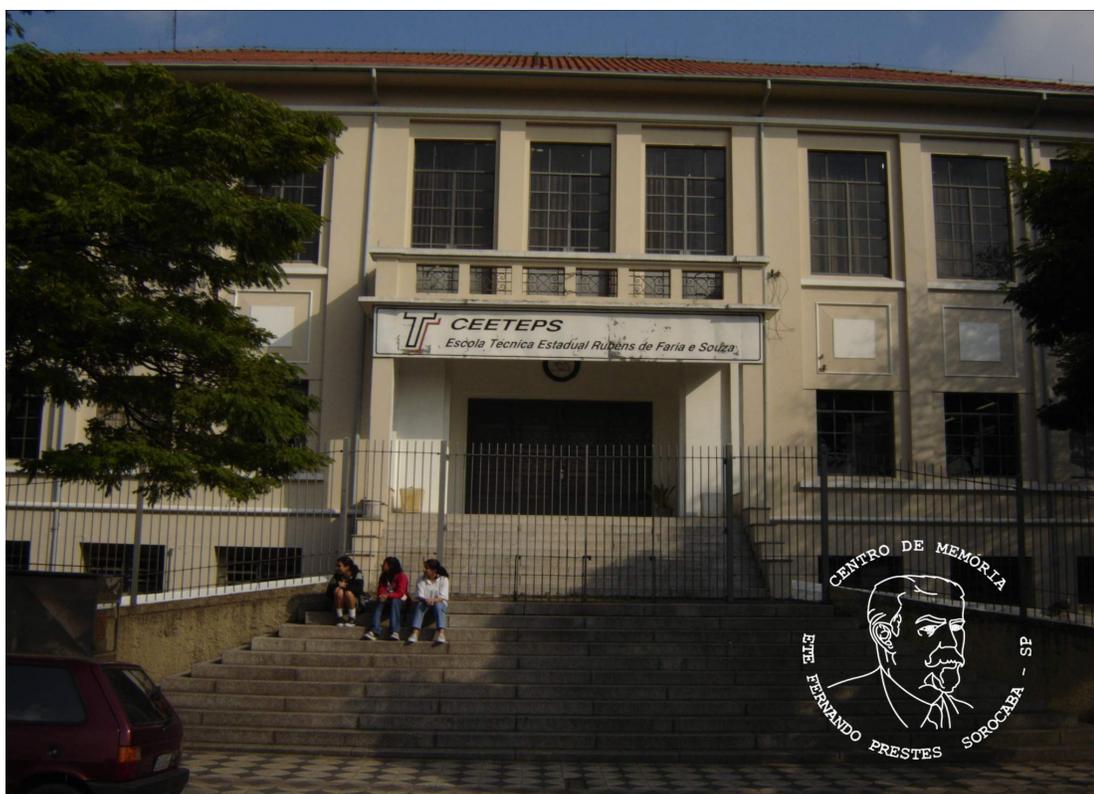


Rua Barão do Rio Branco vendo-se a Escola Profissional

Fonte: www.cruzeironet.com.br²⁶

²⁶ Projeto Memória – http://memoria.fua.org.br/intendencia_municipal_1929/ pag. 077 – acessada em 09/06/2006

Fotos nºs 2 e 3 – fachadas do primeiro prédio próprio, hoje abrigando a Rubens de Faria e Souza Avenida Comendador Pereira Inácio



Fonte: Centro de Memória ETE Fernando Prestes

Foto nº 4 – fachada da entrada principal do prédio atual: Rua Natal, 340, Jardim Paulistano



Fonte: Centro de Memória ETE Fernando Prestes

A instituição teve como seu primeiro diretor, desde Abril de 1929 até Janeiro de 1930, o Sr. Oscar Lindhon de Oliveira, tendo sido sucedido no cargo pelo Sr. Basilides de Godoy, que a administrou até Janeiro de 1933. A carta escrita pelo Sr. Oscar Lindhon de Oliveira, endereçada à ETE Fernando Prestes, em 1969 (Anexo E), os mapas de movimentos dos meses de Julho de 1929 (anexo F), e de Março de 1930 (Anexo G), assinado por Basilides de Godoy, corroboram esta afirmação, diferentemente do que consta em Laurindo (1962). Os demais diretores da instituição, durante o período investigado, foram os seguintes: Fevereiro de 1933 até Novembro de 1939 – Sr. Ferruccio Corazza (Anexo H); Dezembro de 1939 até Dezembro de 1949 – Sr. Diógenes de Almeida Marins (Anexo I). No período de Março a Junho de 1938 aparece como Diretor Comissionado o Sr. Antonio Luis Pandolfi, e, no período de Março a Julho de 1939 o Sr. Diógenes de Almeida Marins. Esses Diretores assinam os documentos denominados “Mapa de Movimentos”.

A *Escola Profissional Mixta de Sorocaba*, denominação original da instituição, criada pela Lei nº 1860, de 30 de Dezembro de 1921, preservou esse nome até Agosto do ano de 1930 quando, no mês de Setembro do mesmo ano, passou a chamar-se *Escola Profissional Mixta “Cel. Fernando Prestes”*²⁷; provavelmente, por determinação do decreto estadual 4.781 de 29/11/1930²⁸, artigo 23, que proibia dar às ruas, praças, ou estabelecimentos públicos, nomes de pessoas vivas²⁹, a partir Outubro de 1930³⁰ retornou ao anterior suprimindo o nome do patrono, e assim permanecendo até o mês de Março de 1931. Neste aspecto, a supressão do nome Fernando Prestes da instituição, assim como da praça matriz, citado anteriormente, está ligada com a revolução de 30, através do decreto 4.781, e a necessidade dos novos governantes em aniquilar politicamente grupos que possuíssem respaldo popular e que pudessem atrapalhar os novos projetos para a nação. A partir de Abril de 1931 a instituição recupera o nome do patrono, passando a denominar-se *Escola Profissional Mixta “Cel. Fernando Prestes”* permanecendo até Agosto do mesmo ano quando é alterada a grafia da palavra *Mixta* passando a ser escrita com “s” no lugar do “x” permanecendo até Março de 1933³¹; a partir de Abril de 1933³² incorporou a palavra “secundária” e passou a denominar-se *Escola Profissional Secundária Mista “Cel. Fernando Prestes” de Sorocaba* perdurando essa denominação

²⁷ Mapa de Movimentos de Pessoal dos meses de Julho de 1929 até Setembro de 1930

²⁸ Atos do Governo Provisório do Estado de São Paulo, p. 324 – fonte: Leis e Decretos de SP – 1930 – L.340.9 S.239 – assinado por João Alberto Lins de Barros e José Carlos de Macedo Soares

²⁹ Decretos da Prefeitura Municipal de Sorocaba sob o Governo Revolucionário – Decreto nº 1, de 12 de Novembro de 1930, assinado por Octacio Malheiro – Prefeito Municipal

³⁰ Mapa de Movimentos de Pessoal dos meses de Outubro de 1930 até Março de 1931

³¹ Mapa de Movimentos de Pessoal dos meses de Abril de 1931 até Março de 1933

³² Mapa de Movimentos de Pessoal dos meses de Abril de 1933 até Abril de 1954

até Agosto do ano de 1945. Com o Decreto-lei estadual nº 15.040 de 19 de Setembro de 1945 passou a chamar-se *Escola Industrial “Cel. Fernando Prestes”*, mantendo-se assim até Novembro de 1951; em 24 de Dezembro de 1951, através da Lei nº 1.429, é transformada nos moldes previstos pela Lei Orgânica do Ensino Industrial, e recebe a denominação de *Escola Técnica “Cel. Fernando Prestes”*; em 18 de Janeiro de 1965, através do Decreto-lei nº 44.533, a instituição recebe o nome de *Ginásio Industrial “Cel. Fernando Prestes”*; em 23 de Janeiro de 1976, através da Resolução da SE publicada no DOE em 24/01/76, página 22, o Ginásio Industrial é transformado em *Centro Estadual Interescolar “Fernando Prestes”*; em 22 de Abril de 1981, com a Resolução nº 60 da SE, a partir de 02/02/1981, a instituição recebe o nome de *Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus “Fernando Prestes”*, e, também, a criação de 4 séries; finalmente em 1982, pelo Decreto nº 18.421/82, foi integrada ao Centro “Paula Souza” recebendo o nome com o qual permanece até hoje – *Escola Técnica Estadual (ETE) “Fernando Prestes”*.

A instituição contou com um Internato autorizado pelo Decreto nº 20.326 de 22 de Fevereiro de 1951 e instalado no mesmo ano; a partir de 1937, uma estação de rádio, prefixo PSU-4, onde, afirma Moraes e Alves (2002, p. 150), “a radiofonia sorocabana nasceu, praticamente, dentro da escola, atraindo muitos aficionados, os quais, em 20/04/1930, conseguiram realizar a primeira transmissão de que se tem notícia”; um Gabinete Dentário; a partir de 1934, um Dispensário de Puericultura e um núcleo da Corporação Escolar de Bandeirantes.

CAPÍTULO 2 A CARACTERIZAÇÃO DOS CURSOS, A GRADE CURRICULAR, A ORIGEM DO ALUNADO E O PERFIL OCUPACIONAL DOS RESPONSÁVEIS

A Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, inicialmente funcionando como primária, foi criada em 1921 e instalada em 1929, articulava-se com o ensino primário e forneceu cursos industriais básicos e de aperfeiçoamento. Destacam-se os cursos de Mecânica, Marcenaria, Tecelagem, iniciados desde o começo da escola; o curso de Aperfeiçoamento da EFS e o curso Ferroviário, iniciados a partir de 1931, em acordo firmado pelo Estado com a EFS. Neste sentido entende-se que a escola foi instalada já adequada às exigências do mercado e da política, visto que, os cursos oferecidos estavam estreitamente ligados à indústria, permitindo que, em curto espaço de tempo, a partir de 1933, obtivesse o *status* de secundária, sendo sua denominação alterada para Escola Profissional Secundária Mista de Sorocaba. Neste capítulo, no primeiro momento, são apresentadas as grades curriculares dos cursos e as caracterizações dos mesmos, bem como, os quadros 2, 3, 4 e 5 fornecem informações sobre as quantidades de matrículas por ano, sexo, curso e turno. Em seguida, analisa, através dos dados coletados a partir do endereço fornecido pelo aluno, os bairros e a relação destes com os cursos escolhidos, procurando fornecer um perfil do alunado da instituição. Complementando, analisa ainda, utilizando da profissão do pai ou responsável, declarada no ato da matrícula, o perfil ocupacional dos responsáveis, procurando fornecer, também, um perfil dos mesmos e a relação com o curso escolhido pelo ingressante.

A pesquisa foi desenvolvida através da análise de 8.476 (oito mil, quatrocentos e setenta e seis) registros de matrículas de alunos, de ambos os sexos, de todas as séries e de todos os cursos disponibilizados no período de 1929 a 1941, constantes nos doze livros de registros de matrículas existentes no Centro de Memória e que contemplam o período citado. Conforme comentado anteriormente, os Livros Registros de Matrículas contém um número seqüencial de matrículas dentro do ano, os dados do aluno (nome, cidade e data de nascimento), o endereço de moradia (rua e número), os dados do responsável – pai ou mãe (nome, profissão e nacionalidade), e observações (data da matrícula, série, turno e o nome do curso). Outros dados constantes nos livros, porém com raríssimos preenchimentos, são a religião, alfabetizado (sim ou não), aprovações e reprovações (ano e média), e eliminação (data e causa). Nota-se a inexistência de raça e etnia. Para efeitos da

identificação da origem dos alunos, a cidade de Sorocaba foi analisada em função de cinco regiões, regiões essas que até os anos de 1950-1960 eram a principal referência dos moradores e dos visitantes: “Centro”, “Além Linha”, “Além Ponte”, “Cerrado”, “Pinheiros/Lageado”. Para aqueles alunos matriculados que não identificaram o endereço de procedência adotou-se a nomenclatura “Sem Declaração”. O anexo C – planta da cidade – fornece os cinco principais bairros da cidade, citados acima; o anexo D – ruas antigas e bairros correspondentes – relaciona o nome das ruas antigas existentes com os bairros indicados no mapa. A partir dos livros de Registro de Matrículas, objeto bastante rico por conter muitos dados para a pesquisa, foram considerados o endereço do aluno, a idade, a profissão e a nacionalidade do pai ou responsável, o curso, a série, a data da matrícula, o turno de estudo e a quantidade de alunos matriculados. Assim, a partir do anexo D – ruas antigas e bairros correspondentes - e do endereço do aluno, buscou-se a correspondência com o endereço atual, endereço esse encontrado no Almanaque de Sorocaba do ano de 1950, e, então, o bairro ao qual o endereço pertence. Os alunos de outras cidades foram identificados pelo nome da cidade onde residiam; a identificação da nacionalidade dos pais pelo nome do país de origem. Obteve-se o perfil ocupacional dos responsáveis pelos alunos através da construção de um quadro resultante da análise das profissões dos pais ou responsáveis, constantes dos Livros Registro de Matrículas. Foram analisados, também, 815 (oitocentos e quinze) registros dos alunos diplomados, referentes ao período pesquisado, constantes nos Livros dos Diplomados existentes no Centro de Memória. As grades curriculares foram montadas com base no Livro de Médias e na análise de parte das 43 caixas que acondicionam 5.637 boletins, boletins estes existentes desde o início da instituição até a década de 1950.

Com relação ao método de ensino praticado na *Escola Profissional Mixta de Sorocaba*, encontrado através do material analisado e pertencente ao acervo da instituição, percebe-se, a partir de 1940, segundo Ferretti e Silva Jr. (2006, p. 67), “a abundância de material didático a partir deste período, ao lado de uma escassez no período anterior, com início em 1929.” Os autores continuam, (p. 69), informando que

os materiais são organizados de modo a proporcionar a execução de tarefas com o apoio das Folhas de Instrução, tendo por base a organização por grau de dificuldades, evitando o improvisado e promovendo um grau de sistematização de tarefas. Para cada espécie de trabalho há uma série de tarefas e operações que levam o aluno à progressão de seus conhecimentos sobre a prática de corte. Para tanto, para cada tecnologia há um conjunto correlato de tarefas que devem ser executadas.

Em relação à função do professor, Ferretti e Silva Jr (2006, p. 71), escrevem:

ao professor cabe a orientação e acompanhamento da evolução dos trabalhos, devendo dominar, ele próprio, cada uma das técnicas. O material, portanto, tem a característica de proporcionar ao aluno a execução, de modo individualizado, do passo a passo de cada uma das etapas necessárias à aprendizagem do ofício, tendo o professor o papel de corrigir, controlar e evitar erros no processo de execução das atividades do aluno.

Prosseguem explicando (p. 72):

o uso das séries metódicas retira do mestre instrutor a centralidade do processo ensino-aprendizagem, se seguida à risca e supondo que a apropriação do professor mantenha um alto grau de identidade com o material didático, realizado nas oficinas de trabalho, enfatizando um processo menos industrial e mais escolar, sendo o professor um coordenador e controlador das atividades do aluno.

Ressaltando, (p. 72), que “ainda que alguns dos textos didáticos não se baseiem nas séries metódicas o foco consiste no desenvolvimento de habilidades práticas.” Os pesquisadores explicam também, (p. 78), que “uma das características marcantes da formação do trabalhador taylorista consiste na separação entre teoria e prática, ainda que a base científica (geometria, cálculos, conceitos), os quais levam à classificação, comparação, dedução, estão presentes no material didático.” Neste sentido, é interessante observar que os boletins referentes aos cursos noturnos só apresentavam avaliação para a disciplina “Prática” ou para aquela que tivesse o nome do curso, por exemplo, “Plástica”. A partir de 1939, os boletins só possuíam três colunas, uma para a “Teoria”, outra para a “Prática” e a última para a “Média”. A teoria nunca recebia avaliação e a nota pode ser encontrada ora na coluna “Prática”, ora na coluna “Média”.

A caracterização dos cursos e a grade curricular

Através das análises efetuadas, para os cursos noturnos masculinos e femininos, percebeu-se que as disciplinas teóricas não tinham avaliação alguma, sugerindo que as aulas eram estritamente práticas enfatizando à área de trabalho escolhida. Assim, nomes de disciplinas como “Prática”, “Oficina”, ou o próprio nome do curso, como “Desenho” ou “Plástica” recebiam avaliações. Mesmo para os cursos diurnos, as disciplinas oferecidas, como a Matemática, em substituição à Aritmética,

Ginástica, Higiene e Geografia e História, entre outras, que só foram aparecer em 1935 ou depois, sugerem ser elas suporte ou apoio às disciplinas práticas. Quando comparadas às disciplinas oferecidas pelo, por exemplo, *Liceu Sorocabano*, escola também secundária, onde apareciam, 30 anos antes, Português e Latim, Francês e Inglês, Aritmética e Geometria, Álgebra e Trigonometria, História, Elementos de Ciências Naturais (Química, Física e História Natural), Escrituração Mercantil, Geografia e Cosmografia, Educação Moral e Cívica, compreendendo o estudo das Constituições Estadual e Federal, e Conhecimentos Práticos do Direito Pátrio, pode-se afirmar que o objetivo da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba era o de instruir os seus alunos, sem se preocupar com a formação integral.

As grades curriculares dos cursos estavam constituídas com as seguintes disciplinas:

Seção masculina

Curso: *Ferrovário*; **Características do curso:** segundo Weinstein (2000, p. 96), “o curso de quatro anos – dois anos de formação teórica e dois anos de aplicação prática do conhecimento – usava os recursos da Escola Profissional de Sorocaba e as oficinas da própria ferrovia.” O curso, segundo Laurindo (1961), foi criado pelo Decreto nº 6.537, em 04/07/1934; extinto pelo Decreto nº 18087, de 20/04/1948, ministrado no período *diurno*, constava de duas partes: (a) de preparação geral, a cargo da Escola Profissional ou do Núcleo do Ensino Profissional, e, (b) de formação profissional especializada, custeada pela Estrada de Ferro Sorocabana; as matérias de preparação geral eram: Português, Geografia e História do Brasil, Aritmética e Noções de Álgebra e Trigonometria, Elementos de Física e Mecânica, Educação Física; a formação profissional especializada constava de: Trabalhos práticos em oficinas de aprendizagem, e, Aulas técnicas especializadas. O custeio efetuado pela EFS era pago proporcionalmente aos dias freqüentados e ao desempenho efetuado, cujo valor base era específico para o ano do curso e crescente para os anos seguintes; o curso teve início em 1931, e seria, preferencialmente, para os filhos dos trabalhadores da EFS; **Quantidade de alunos:** 866; **Quantidade de egressos:** 134; **Características dos alunos:** média de idade de ingresso no 1º ano: 14,4; a menor idade registrada no 1º ano: 11 anos em 1932; a maior idade registrada de ingresso no 1º ano: 20 anos em 1931.

Disciplinas:

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
Oficina	Oficina	Oficina	Oficina
Português	Português	Português	Desenho
Aritmética	Aritmética	Matemática	Aula Técnica
Desenho	Desenho	Desenho	Organização Ferroviária
Aula Técnica	Aula Técnica	Aula Técnica	Higiene*
Ginástica*	Física Mecânica	Eletrotécnica	
	Ginástica*	Ginástica*	
		Higiene*	

Fonte: Boletins dos alunos Abner Versolato (anos de 1935, 36, 37 e 38); Ady Pedrazzi (4º ano, 1935); Affonso Focaccio (anos de 1937, 38, 39 e 40); Almir Blazeck (4º ano, 1935); Antonio Jesus Kohler (3º ano, 1935); Archimedes Gardelli Lisboa (anos de 1936, 37, 38 e 39); Aristides Muraro (1º ano, 1939, 2º ano, 1940); Ary Franco (1º ano, 1934); Flávio Antunes Galvão (1º ano, 1934); Florzino de Oliveira (2º ano, 1934); João Praxedes de Sá (4º ano, 1935); Nelson Petrochi (1935, 36, 37 e 38); Paulo Paes de Almeida (1936, 37, 38 e 39); e, Livro de Médias. *A partir de 1935. Quadro preparado pelo autor.

Em 1934, no 2º ano, a disciplina “Desenho” está indicada como “Desenho Geométrico”; a partir de 1938 outras modificações foram percebidas: no 2º ano aparecem “Aritmética e Geometria” e “Técnicas Mecânicas” substituindo, respectivamente, “Aritmética” e “Aula Técnica”; no 3º ano aparece “Matemática” em substituição a “Aritmética”.

Curso: *Vocacional*; **Características do curso:** segundo Laurindo (1961), constituía-se em estágio preliminar *diurno*, com duração de 1 ano, para os candidatos às escolas profissionais secundárias; seu objetivo era o de encaminhar os alunos para o curso profissional que mais convinha às suas aptidões e dar maior desenvolvimento e solidez à cultura geral; o aluno, depois de um mês de observação, escolhia o ofício que desejava aprender, podendo no segundo semestre do ano letivo, por indicação do professor ou mestre, ou à vista das provas clínicas e antropométricas, mudar de ramo de trabalho; não havia exigência para idade máxima, diferentemente do curso *Pré-Vocacional*, cuja idade máxima para ingresso era de 14 anos; o curso foi iniciado em 1934, previsto pelo Código de Educação (Decreto nº 5.884, de 21/04/1933), e o Decreto nº 6.942, de 05/02/1935, normatizou-o; **Quantidade de alunos:** 877; **Características dos alunos:** média da idade inicial do ingressante: 13,2; a menor idade registrada: 9 anos em 1936; a maior idade encontrada foi: 33 anos, em 1937; **Disciplinas oferecidas:** Oficina, Português, Matemática, Geografia e História, Desenho e Plástica.

A disciplina “Oficina” era composta por módulos bimestrais abrangidos, em 1934, por entalhação, ferraria, fundição; em 1935 e 36, era oferecido Tornearia, Ferraria e Fundição; a partir de 1937, Mecânica, Ferraria e Fundição; “Geografia e História” foi oferecida a partir de 1937.

Foram consultados os boletins de Alverico Castelhana (1937); Donato Hypólito (1938); Delmiro Oliveira Almeida (1936); Dorival Bonas (1935); Antonio Abud (1934); Aristides de Almeida (1936); Agostinho Ramos Videira (1936); Jacob Ebert Neto (1941).

Curso: *Marcenaria*; **Características do curso:** *diurno*; existente desde o início da instituição, com duração de 3 anos; **Quantidade de alunos:** 418; **Quantidade de egressos:** 38; **Características dos alunos:** média de idade do 1º ano – 14,8; menor idade (1º ano) – 10 anos, em 1929 e 1932, e, 11 anos em 1933; maior idade (1º ano) – 25 anos, em 1932.

Disciplinas:

1º ano	2º ano	3º ano
Oficina	Oficina	Oficina
Português	Português	Português
Matemática	Matemática	Matemática
Desenho	Desenho	Desenho
Plástica	Plástica	Técnicas**
Técnicas*	Técnicas**	
Geografia e História*		

Fonte: Boletins dos alunos Delmiro Oliveira Almeida (anos de 1937, 38, 39); Demerval Fogaça (anos de 1932, 32, 34); Donato Hypólito (anos de 1939, 40, 41); Abílio Rodrigues (anos de 1934, 35, 36); Edson Martins (1933, 34, 35); Carlos C’e (1º ano, 1936); Affonso Scarpa (1º ano, 1935); e, Livro de Médias. *Disciplinas oferecidas a partir de 1937; **Disciplinas oferecidas a partir de 1935. Quadro preparado pelo autor.

Curso: *Mecânica*; **Características do curso:** *diurno*; iniciado com a instalação da escola; duração de 3 anos; as empresas ferroviárias de São Paulo, segundo Weinstein(2000, p. 96), “eram as maiores empregadoras de mecânicos qualificados para serviços de operação e manutenção”; **Quantidade de alunos:** 795; **Quantidade de egressos:** 101; **Características dos alunos:** média de idade do 1º ano – 13,8; menor idade (1º ano) – 11 anos, em 1934; maior idade – 19 anos em 1935.

Disciplinas:

1º ano	2º ano	3º ano
Oficina	Oficina	Oficina
Português	Português	Português
Matemática	Matemática	Matemática
Desenho	Desenho	Desenho
Plástica	Plástica	Técnicas**
Geografia e História*	Técnicas**	Física Mecânica***
Técnicas	Física Mecânica	Plástica

Fonte: Boletins dos alunos Antímio de Moraes (1º ano, 1939); Antonio Abud (1º ano, 1936); Aristides de Almeida (anos de 1937, 38, 39); Armando Lungowicz (3º ano, 1934); Armando Notari (2º ano, 1934, 3º ano, 1935); Eduardo Ferri (anos de 1940, 41 e 42); Ítalo Aldo Biagione (3º ano, 1936); Jamil José (1º ano, 1937); e, Livro de Médias. *Disciplina oferecida a partir de 1937; **Disciplinas oferecidas a partir de 1935, eliminadas a partir de 1937; ***Disciplina oferecida a partir de 1937. Quadro preparado pelo autor.

Curso: *Cutalhe, Entalhação e Tornearia*; **Características do curso:** *diurno*; oferecido somente em 1931, e, possivelmente, absorvido pelo curso de mecânica; duração de 3 anos; **Quantidade de alunos:** 63; **Quantidade de egressos:** 4; **Característica dos alunos:** média de idade: 13,7 anos; menor idade: 12 anos; maior idade: 21 anos; **Disciplinas oferecidas:** Oficina, Português, Aritmética, Desenho, Plástica e Técnicas.

Curso: *Fundição e Ferraria*; **Características do curso:** *diurno*; oferecido em 1931, 1932, 1933, e, possivelmente, absorvido pelo curso de mecânica; duração de 3 anos; iniciado em 1931; **Quantidade de alunos:** 198; **Quantidade de egressos:** 4; **Característica dos alunos:** média de idade: 14,1 anos; menor idade: 11 anos, em 1931, 1932 e 1933; maior idade: 22 anos, em 1931 e 1932; **Disciplinas oferecidas:** Oficina, Português, Aritmética, Desenho Geométrico, Plástica e Técnicas.

Curso: *Química (Agrícola)*; **Características do curso:** *diurno*, oferecido em 1929,31 e 32; *noturno*, oferecido em 1929, 31, 32 e 33; **Quantidade de alunos:** 95; **Quantidade de egressos:** 9; **Característica dos alunos:** média de idade: 17,9 anos; menor idade: 12 anos, em 1931 nos períodos diurno e noturno; maior idade: 36 anos, em 1929 no período diurno; **Disciplinas oferecidas:** Não foram encontrados boletins dos alunos para a elaboração da grade curricular do curso, bem como, nos “Livro de Médias” pesquisados este curso não estava presente.

Curso: *Aperfeiçoamento EFS – Estrada de Ferro Sorocabana*; **Características do curso:** segundo Laurindo (1961, p. 144), as aulas dos cursos de aperfeiçoamento eram ministradas, no período *noturno*, das 19 as 21 horas e eram freqüentadas por operários de 18 a 50 anos; neste caso, o curso era destinado aos trabalhadores da ferrovia, com duração de 2 anos, tendo sido iniciado em 1931; segundo Cunha (2000, p. 79), o curso de aperfeiçoamento foi uma das novidades trazidas para as escolas de aprendizes artífices pelo regulamento de 1918, podendo nele matricular-se não só os operários que já se encontrassem no mercado de trabalho, mas, também, todos os maiores de 16 anos, isto é, os que não podiam ingressar nos cursos diurnos, por terem ultrapassado o limite de idade. Ainda segundo Cunha, o curso, quando de sua criação, era ministrado em apenas duas horas diárias e não apresentava um currículo escolar especial, podendo, porém, o diretor oferecer aos alunos, sempre que possível, um curso prático de tecnologia. **Quantidade de alunos:** 486; **Quantidade de egressos:** 76; **Característica dos alunos:** média de idade: 23 anos; menor idade: 11 anos, em 1935; maior idade: 50 anos, em 1940; **Disciplinas oferecidas:** Oficina, Português, Aritmética, Desenho Geométrico, porém, as notas eram controladas apenas para a disciplina “Oficina”.

Foram consultados os boletins de Aldo Tozzi (1936); Alfredo Ferreira Nobre (1934); Francisco Lofler Junior (1939); Francisco Lopes (1934); Jacob Ebert Filho (1939).

Curso: *Matemática Aplicada*; **Características do curso:** *noturno*; existente desde o início da instituição, com duração de 3 anos; **Quantidade de alunos:** 521; **Quantidade de egressos:** 19; **Características dos alunos:** média de idade do 1º ano: 16,4 anos; menor idade (1º ano): 12 anos, em 1936, 1937, 1939, 1940 e 1941; maior idade: 36 anos em 1936; **Disciplinas oferecidas:** **1º, 2º e 3º anos:** até 1936 “Matemática”; a partir de 1937, “Oficina”; a partir de 1941, “Prática”.

Foram consultados os boletins de Alvorolino Teixeira (1937, 38, 39), Diogo Moncayo (1941, 42, 43), e Armando Lungowicz (2º ano, 1935).

Curso: *Desenho e Pintura*; **Características do curso:** *noturno*; existente desde o início da instituição, duração de 3 anos; **Quantidade de alunos:** 564; **Quantidade de egressos:** 60; **Características dos alunos:** média de idade do 1º ano – 17 anos; menor idade (1º ano) – 11 anos, em 1929, 1932 e 1940; maior idade – 43 anos, em 1936; **Disciplinas oferecidas nos 1º, 2º e 3º anos:** até 1936, “Desenho”; a partir de 1937, “Oficina”; a partir de 1941, “Prática”.

Foram consultados os boletins de Domingos Bolzani (1937, 38, 39), Argemiro Rodrigues (1934, 35, 36), Arnaldo Faria (1937, 38, 39), Armido Ventrella (1º ano, 1934), e, Arnaldo de Almeida Ribeiro (3º ano, 1934).

Curso: *Tecelagem*; **Características do curso:** *diurno*, oferecido em 1931 e 32 (18 alunos); *noturno*, oferecido desde o início da instituição (319 alunos); com duração de 3 anos; **Quantidade total de alunos:** 337; **Quantidade de egressos:** 37; **Características dos alunos:** média de idade do 1º ano – 19,2; menor idade (1º ano) – 10 anos, em 1937; maior idade – 40 anos, em 1941; **Disciplinas oferecidas nos 3 anos do curso noturno:** “Oficina”.

Foram consultados os boletins de Agenor Oliveira (2º ano, 1934), Antenor Silva (1º ano, 1934), Aristides de Barros (1937, 38, 39), Carlos Athayde (2º ano, 1933, 3º ano, 1936); Ítalo Adami (1º ano, 1937 e 38, 2º em 1939 e 3º em 1940).

Curso: *Plástica*; utiliza elementos com características físicas, sensoriais e expressivas dos materiais, superfícies, volumes e espaços, para criar formas reais ou imaginárias do que há na natureza e na sociedade; articula-se com o curso de Desenho; **Características do curso:** *noturno*; existente desde o início da instituição, com duração de 3 anos; **Quantidade de alunos:** 261; **Quantidade de egressos:** 19; **Características dos alunos:** média de idade do 1º ano – 16,6 anos; menor idade (1º ano) – 11 anos, em 1940; maior idade – 29 anos, em 1934. **Disciplinas oferecidas nos 3 anos do curso:** “Plástica”.

Foram consultados os boletins de Hugo Brinelli (3º ano, 1934), Ângelo Ceilante (1935, 36, 37).

Seção feminina

O primeiro prédio onde funcionou a Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba possuía duas entradas, sendo uma reservada ao setor masculino, pela Rua Barão do Rio Branco, e a outra, reservada ao setor feminino, pela Rua José Bonifácio, atrás da escola. Em 1930 a seção feminina foi transferida para a rua Monsenhor João Soares enquanto a masculina permaneceu no prédio original. Existindo entradas independentes e mesmo prédios separados é de se questionar: qual o sentido da expressão “mixta” constante do nome da escola?

Segundo Vianna e Ridenti (1998, p. 96), “em nossa sociedade, as desigualdades entre homens e mulheres são fortemente atribuídas às distinções de sexo, com evidentes conotações biológicas. Assim, sexo remete às diferenças físicas entre homens e mulheres. Todos nascemos com algumas características que são específicas para homens e para mulheres; um exemplo é a capacidade das mulheres de procriar e amamentar. Muitas vezes essas características distintas são usadas pelos indivíduos na construção de um conjunto de representações sociais e culturais, valores e atribuições sociais. Isso é o que chamamos de gênero.” As autoras complementam, na página 97, que

Gênero remete, portanto, a uma tentativa de incorporar, na análise, aspectos que são socialmente construídos, observando que cada cultura define o que é masculino e feminino. Ou seja, trata-se de definições mutáveis, que podem e, por vezes, devem ser alteradas.

Em novo artigo, Vianna e Ridenti (2004, p. 79-80), esclarecem:

Gramaticalmente, o gênero é compreendido como classificação, como o modo de expressão do sexo, real ou imaginário dos seres, como atribuição do masculino e do feminino. Mas, antes que pudesse entrar nos dicionários, o gênero foi utilizado pelas feministas como uma referência à organização social da relação entre os sexos. Em um contexto mais recente, entre as feministas americanas, este conceito foi utilizado para enfatizar o traço fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, numa tentativa de rejeição do caráter determinista da biologia.

No mesmo artigo, na página 80, as autoras recorrem à historiadora americana Joan Scott para indicar que o gênero é compreendido como um “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e como um primeiro modo de dar significado às relações de poder.”

Neste mesmo sentido, Carvalho (2004, p. 42), discute em seu texto que “quando se convoca a participação dos pais (termo genérico para pais e mães) na educação, como estratégia de promoção do sucesso escolar, não se consideram: (a) as relações de poder variáveis e de mão dupla, relações de classe, raça/etnia, gênero e idade que, combinadas, estruturam as interações entre essas instituições e seus agentes; (b) a diversidade de arranjos familiares e as desvantagens materiais e culturais de uma parte considerável das famílias; e, (c) as relações de gênero que estruturam as relações e a divisão de trabalho em casa e na escola.” Para discutir essas questões, a autora desenvolve, a partir da página 42, dois argumentos indicando, no primeiro, que

Os modos de educação são historicamente produzidos com base em diversos arranjos (que denominamos educação informal, não formal e formal) e instituições, tais como a família, o trabalho, a escola e os meios de comunicação de massa. A educação escolar veio a ser o modo predominante na sociedade moderna.

E, no segundo, que

A política educacional, o currículo e a prática pedagógica articulam os trabalhos educacionais realizados pela escola e pela família conforme um modelo de família e papel parental ideal, com base nas divisões de sexo e gênero, subordinando a família à escola e sobrecarregando as mães, sobretudo as trabalhadoras e chefes de família, portanto perpetuando a iniquidade de gênero.

No início da década de 1930, segundo Weinstein(2000, p. 95), a educação profissional sofreu uma série de importantes inovações “inspiradas no círculo de educadores e engenheiros ligados ao IDORT. Reformas intermitentes na estrutura das escolas profissionais culminaram, em 1933, numa nova e bem elaborada legislação educacional, e na posterior criação, em separado, de uma Superintendência Profissional e Doméstica, chefiada por Horácio da Silveira, conhecido educador e membro atuante do IDORT.” Percebe-se que o nome da superintendência criada contém uma sutileza: separa o profissional do doméstico. Conclui Weinstein (p. 95):

as novas diretrizes também tornaram mais rígidas a separação de sexo na educação profissional. Embora muitas das novas escolas fossem mistas, os regulamentos excluía explicitamente as mulheres dos cursos de natureza industrial, inclusive os que preparavam operários para o setor têxtil. Ao mesmo tempo, novas regras obrigavam as mulheres de todas as escolas profissionais a estudar ‘educação doméstica’, com aulas de nutrição, puericultura, cozinha, administração e economia domésticas. Assim, embora o sistema de educação profissional tenha assumido a educação e a instrução de milhares de jovens mulheres, ele definia de forma clara o operariado qualificado moderno como homem, e considerava a mulher que aspirava o trabalho como sendo antes de mais nada futura esposa e mãe.

Entretanto, mesmo considerando-se as razões de ordem cultural no que diz respeito às relações homem/mulher, pode-se entender que as inovações relacionadas ao sexo feminino, trazidas para o ensino profissional, visavam discipliná-la e prepará-la como mulher independente, operária – em Sorocaba, em 1932, como visto anteriormente, 36% do operariado, ou seja, um número não desprezível, era constituído de mulheres - e consumidora, em função de um novo modelo de trabalhador, e de mercado, que também estava sendo formado, trabalhador este que passaria, a partir daquele momento, a maior parte do seu tempo fora do lar.

As grades curriculares dos cursos femininos estavam constituídas com as seguintes disciplinas:

Curso: *Vocacional*; **Características do curso:** segundo Laurindo (1961), a aluna fazia estágios de duração idêntica, e rotativos, nas oficinas de costura, rendas e bordados, flores e chapéus, para a escolha da profissão, adquirindo ainda conhecimentos gerais nos diversos ramos, inclusive noções de economia doméstica. Com duração de 1 ano, *diurno*, iniciado em 1934; **Quantidade de alunas:** 456; **Características das alunas:** média da idade inicial do ingressante no 1º ano: 12,8; menor idade no 1º ano: 11; maior idade no 1º ano: 19; iniciado em 1934; **Disciplinas oferecidas:** Oficina, Plástica, Técnicas, Português, Matemática, Geografia e História, Desenho, Arte Culinária, Economia Doméstica, Serviços Domésticos e Puericultura e Higiene. As disciplinas “Oficina” e “Puericultura e Higiene” foram substituídas, a partir de 1938, por “Arte Culinária”, e, posteriormente por “Serviços Domésticos”; “Oficina” era composta por módulos bimestrais abrangidos por Bordados, Flores, Confecções e Costura; a disciplina “Geografia e História” passou a fazer parte do currículo em 1937.

Foram consultados os boletins de Alice de Paula (1934); Dayse Poldo (1938); Hilda Carolino (1936); Antonia Fernandez Garcia (1937); Alzira Góes (1938); Dayse Papst (1936); Diamantina Luz (1939); Eduvirges Raszl (1941); Íris Azzali (1936); Irka Piedade Rodrigues (1935); Irma Hansen (1937); Izabel Gutierrez (1938); Jacira de Almeida (1937); Josephina Elias (1938); Julia Tayar (1938).

Curso: *Rendas e Bordados*; **Características do curso:** *diurno*; existiu desde o início da instituição até 1938; em 1932 foram oferecidos os cursos *Rendas, Bordados e Flores, Flores e Costura, e, Flores*; até 1938, *Flores e Chapéus*; a partir de 1939 foi oferecido o curso *Bordados*. O curso tinha a duração de 3 anos; **Quantidade de alunas:** 480; **Quantidade de egressas:** 79; **Características dos alunos:** média de idade do 1º ano: 14,9; menor idade no 1º ano: 11 anos; maior idade no 1º ano: 21 anos.

Disciplinas:

1º ano	2º ano	3º ano
Oficina	Oficina	Oficina
Português	Português	Português
Geografia e História	Matemática	Matemática
Matemática	Desenho	Desenho
Desenho	Economia Doméstica*	Puericultura e Higiene
Economia Doméstica*	Puericultura e Higiene	Técnicas
Puericultura e Higiene	Plástica	Química***
Técnicas**	Técnicas**	Práticas Costura***
	Química***	Práticas Laboratório***
	Práticas Laboratório***	Plástica****

Fonte: Boletins da aluna Aracy Silveira (3º ano, 1932); Dayse Papst (anos 1937, 1938, 1939); Dinorah Pereira (1938, 39, 40); Felícia Bálsamo (1º ano, 1937; 2º ano, 1938); Irka Piedade Rodrigues (1º ano, 1936); Irma Hansen (1º ano, 1938); Izabel Ferraz (3º ano, 1934); Izabel Rodrigues de Campos (2º ano, 1934, e 3º ano, 1935); Julia Francisa Benevides Romero (1º ano, 1941); Julia Tayar (1939, 1940, 1941); e Livro de Médias. As disciplinas “Geografia e História”, no 1º ano, e “Plástica”, no 2º ano, passaram a fazer parte dos currículos, respectivamente, em 1937 e em 1939; * foram substituídas, após 1938, por “Artes Domésticas” e, após 1940, por “Serviços Domésticos”; ** a partir de 1940; *** a partir de 1941; ****substituída, a partir de 1940, por “Técnicas”. Quadro elaborado pelo autor.

Curso: *Confecção*; **Características do curso:** *diurno*; duração de 3 anos; iniciado em 1931; os cursos foram oferecidos como *Corte e Costura (1929)*, *Confecção (1931, 32,33,34, 37 a 41)*; **Quantidade de alunas:** 551; **Quantidade de egressas:** 81; **Características dos alunas:** média de idade do 1º ano – 14,0; menor idade - 1º ano – 11 anos em 1932 e 1935; maior idade – 1º ano – 23 anos em 1932.

Disciplinas:

1º ano	2º ano	3º ano
Oficina	Oficina	Oficina
Português	Português	Português
Geografia e História	Matemática	Matemática
Matemática	Desenho	Desenho
Desenho	Economia Doméstica*	Puericultura e Higiene
Economia Doméstica*	Puericultura e Higiene	Plástica****
Puericultura e Higiene	Plástica	Química***
Técnicas**	Técnicas**	Práticas Laboratório***
	Química***	Práticas Costura***
	Práticas Laboratório***	

Fonte: Boletins das alunas: Alice de Paula (anos 1935, 1936, 1937); Carlina Berti (3º ano, 1938); Dayse Poldo (1º ano, 1939, 2º ano, 1940); Diamantina Luz (1940, 41 e 42); Eduvirges Raszl (1º ano, 1942); Firmina Moraes (1º ano, 1935); Irene Tardeli (1940, 41 e 42); Íris Azzali (1937, 1938, 1939); Irka Piedade (1937,38, 39); Jacira Stersa (1936, 37 e 38); Josephina Elias (1º ano, 1939); Judith Fogaça de Almeida (1º ano, 1938); e Livro de Médias. As disciplinas “Geografia e História”, no 1º ano, e “Plástica”, no 2º ano, passaram a fazer parte dos currículos, respectivamente, em 1937 e em 1939; * foram substituídas, após 1938, por “Artes Domésticas” e, após 1940, por “Serviços Domésticos”; ** a partir de 1940; *** a partir de 1941; ****substituída, a partir de 1940, por “Técnicas”. Quadro elaborado pelo autor.

Curso: *Corte e Confecção*; **Características do curso:** *diurno*, matrículas existentes apenas nos anos de 1935 e 1936; *noturno*; iniciado em 1931; o curso *Costura, somente noturno*, foi oferecido entre 1929 e 1931; *Confecção* foi outro nome encontrado nos boletins; duração de 3 anos; **Quantidade de alunas:** 75 (diurno) e 879 (noturno); **Quantidade de egressas:** 102; **Características dos alunas:** média de idade - 1º ano – 16,3 anos; menor idade - 1º ano – 10 anos em 1932; maior idade – 1º ano – 28 anos em 1935; **Disciplinas oferecidas nos 1º, 2º e 3º anos:** até 1939, “Oficina”; a partir de 1940, “Prática”.

Foram consultados os boletins de Alice de Oliveira (2º ano, 1934, 3º ano, 1935); Dolores G. Ramos (1939, 40, 41), Felícia Bálsamo (1º ano, 1935; 2º ano, 1936 e 1937; 3º ano, 1938), Francisca de Camargo (1º ano, 1934); Izaltina Pietro (1939, 1940, 1941); Jacira de Almeida (1938, 1939, 1940).

Curso: *Pintura*; **Características do curso:** *noturno*; oferecido a partir de 1931, com duração de 3 anos; **Quantidade de alunas:** 430; **Quantidade de egressas:** 54; **Características dos alunas:** média de idade - 1º ano – 16,3 anos; menor idade - 1º ano – 12 anos; maior idade - 1º ano – 31 em 1940; **Disciplinas oferecidas 1º, 2º e 3º anos** – até 1939, “Oficina”; a partir de 1940, “Prática”.

Foram consultados os boletins de Alzira Pasini (1936, 37, 38), Anita Amélia Betti (1º ano, 1937; 2º ano, 1938); Dionísia Costilhas (1940, 41, 42); Iris Azzali (1º ano, 1940); Irka Piedade Rodrigues (1º ano, 1940); Ivone Tunis (1º ano, 1939); Izabel Ferraz (1935, 36, 37); Jacira Stersa (1º e 2º anos, 1936 e 37).

Curso: *Desenho*; **Características do curso:** *noturno*; oferecido apenas em 1929, com duração de 3 anos; incorporado pelo curso “Pintura”; **Quantidade de alunas:** 40; **Quantidade de egressas:** 0; **Características dos alunas:** média de idade do 1º ano – 17,1; menor idade - 1º ano – 11; maior idade – 1º ano - 26; **Disciplinas oferecidas 1º, 2º e 3º anos** – até 1939, “Oficina”; a partir de 1940, “Prática”.

Foram consultados os boletins de Dolores G. Ramos (1939, 40, 41), Felícia Bálamo (1935 – 1º ano, 36 – 2º ano, 37 – 2º ano, 38 – 3º ano); Francisca de Camargo (1934 - 1º ano).

Curso: *Bordados*; **Características do curso:** *Diurno*, oferecido a partir de 1939, com duração de 3 anos; e, *noturno*, oferecido a partir de 1941; **Quantidade de alunas:** 84; **Quantidade de egressas:** 0; **Características das alunas:** média de idade do 1º ano – 15,1; menor idade – 1º ano – 12 anos em 1941 no curso noturno; maior idade – 1º ano – 22 anos em 1941 no curso noturno; **Disciplinas oferecidas 1º, 2º e 3º anos** – “Prática”.

Foram consultados os boletins de Irene Tardeli (1º ano, 1942); Julia Francisca Benevides Romero (2º ano, 1942; 3º ano, 1943).

Segundo Santos (1930, p. 35-36), em 1929, a população urbana de Sorocaba estava estimada em 30.000 habitantes, assim, naquele ano, 1,97% dessa população teve acesso à escola profissional. Quando se considera o total da população - 55.000 habitantes - o percentual cai para 1,07%. No final do período estudado, em 1940, a população sorocabana estava estimada em 70.835, ou seja, havia crescido quase 29% enquanto a oferta de vagas na instituição, considerando a média de matrículas do período estudado, ficou próxima dos 20%, ou seja, aquém do crescimento da cidade.

O quadro 2 demonstra a quantidade de matrículas efetuadas por ano e por sexo. Chama a atenção o fato de que em 1936, com 31%, e em 1934 e 1935 foram os anos em que menor quantidade de mulheres fizeram matrículas, ficando o índice abaixo de 30%. Em 1929 e 1932 foram os anos em que os índices ficaram acima dos 40% de participação feminina (47% e 44% respectivamente). Outro dado bastante representativo diz respeito ao fato de que as mulheres representavam pouco mais de 1/3 das matrículas efetuadas. Estaria este número relacionado à cultura da época, ao “destino” das mulheres como os mais antigos diziam, ou seja, “elas não precisam estudar, nasceram para casar”?

Quadro 2 – Matrículas de todos os cursos e séries por sexo.

Matrículas - todas as séries e cursos	1929	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	Totais	
Masculino	312	510	414	448	532	503	448	425	440	471	483	495	5.481	65%
Feminino	278	320	319	264	199	202	205	235	237	245	248	243	2.995	35%
Totais	590	830	733	712	731	705	653	660	677	716	731	738	8.476	100%

Fonte: Livro Registro de Matrículas (1929-1941). Quadro elaborado pelo autor.

Com relação aos diplomados (quadro 3), o percentual por sexo está próximo do índice das matrículas, ou seja, masculino em torno de 61% e feminino em torno de 39%; porém, destaca-se a baixa quantidade de alunos que chegava a obter o diploma: menos de 10% do total dos matriculados. Mesmo após o início do curso “Vocacional”, em 1934, o índice dos diplomados não aumentou. Neste sentido, algumas questões se fazem pertinentes: apenas as necessidades financeiras, associadas ao surgimento de oportunidades de trabalho, explicariam tão alto índice de evasão? Ou, ainda, responderia a escola às expectativas dos discentes e suas famílias?

Quadro 3 – Diplomados de todos os cursos por sexo.

Diplomados - todos os cursos	1929	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	Totais	
Sexo Masculino	0	36	34	44	44	40	55	41	44	55	46	62	501	61%
Sexo Feminino	0	35	56	31	37	24	14	12	17	31	19	40	316	39%
Totais	0	71	91	75	81	64	69	53	71	86	65	102	817	100%

Fonte: Livro Registro de Diplomas (1931-1943). Quadro elaborado pelo autor.

Para a seção feminina, o quadro 4 é bastante revelador. Indica que 1.608 alunas, 53,69% do total de matrículas, “preferiram” os cursos diurnos, enquanto que 1.387, 46,31% do total, escolheram os cursos noturnos. Estaria esta “preferência” relacionada com as restrições à presença de mulheres fora de casa à noite? Os cursos diurnos “Corte e Costura”, oferecido em 1929, e “Corte e Confeção”, oferecido em 1935 e 1936, foram absorvidos pelo curso “Confeção”. Pode ter ocorrido um erro de nomenclatura, visto que, no período noturno, o curso “Costura”, oferecido em 1929 e 1931, deve ter sido absorvido pelo curso “Corte e Confeção”, único desse grupo que manteve os índices de matrícula. Situação semelhante ocorreu com os cursos “Rendas e Bordados”, “Rendas, Bordados e Flores”, “Flores e Costura”, “Flores”, “Bordados”, “Flores e Chapéus”, cujos números de matrículas apontavam tendencialmente para a descontinuidade dos mesmos no período diurno. Talvez, pela baixa procura no período diurno, a instituição passou a oferecer, somente em 1941, no período noturno, o curso “Bordados”. O curso “Desenho” foi oferecido uma única vez, no período noturno, em 1929, tendo sido, talvez, incorporado pelo curso de “Pintura”. Os cursos de “Pintura” e “Desenho” não foram oferecidos no período diurno.

Com relação ao interesse das alunas pelos cursos oferecidos observa-se que 50% (1.505) preferiram o núcleo contendo o curso de confecção, estando os demais núcleos distribuídos uniformemente: vocacional, 15%; bordados, 19% e pintura, 16%. Na análise por turno, o noturno estava assim distribuído: o núcleo de confecção ficou com 63% da preferência, pintura e desenho com 34% e bordados com 3%. O diurno apresentou equilíbrio nas preferências: confecção com 39%, bordados com 32% e vocacional com 29%. Pode-se hipotetizar que a oferta de tecidos, ao mercado varejista, proporcionada pelas indústrias têxteis, estimulava a demanda pelos cursos constantes do núcleo de confecção, bem como poderia fornecer mão-de-obra à aquelas e ao mercado.

Outro aspecto revelador é que, mesmo após o início do curso “Vocacional” em 1934, a média anual de procura pelos cursos femininos da instituição, cujo valor médio-ano foi de 249,6 alunas, não atingiu a quantidade de matrículas do ano 1933, ano de menor procura entre os quatro primeiros anos de matrículas, quando foram efetuadas 264 matrículas. Nos primeiros quatro anos de matrículas da Instituição a média foi de 295,2 alunas por ano, com destaque para os anos de 1931-1932 com 320 e 319 matrículas, respectivamente.

Para a seção masculina, o quadro 5 indica que 3.267 alunos, 59,61% do total de matrículas, preferiram os cursos diurnos, enquanto que 2.214, 40,39% do total, escolheram os cursos noturnos. Os cursos diurnos “Cutalhe e Tornearia”, oferecido em 1931, e “Ferraria e Fundição”, oferecido em 1931, 1932 e 1933, podem ter sido absorvidos pelo curso “Mecânica”. Percebe-se que este curso teve uma grande procura no seu lançamento em 1929, decresceu gradativamente até 1938, quando, a partir de então, voltou a crescer. O curso “Marcenaria” começou com bastante força, mas, a partir de 1933, entrou em curva descendente, culminando, em 1941, com apenas seis alunos matriculados. Os cursos diurnos “Química Agrícola” e “Tecelagem” não tiveram boa aceitação, situação oposta ocorrida com os cursos “Vocacional” e “Ferroviário”. No período noturno, o curso “Aperfeiçoamento EFS”³³, após 1933, começou a ter menor procura, curso este, destinado a preparar os funcionários da ferrovia, e, com o passar do tempo, naturalmente a demanda pelo curso foi diminuindo. Assim como o ocorrido com o curso diurno, “Química” noturno também não foi bem aceito. Após quatro tentativas o curso não foi mais oferecido. Neste sentido, entende-se que o curso de “Química” e “Química Agrícola” poderia atender aos citricultores da região, notadamente os plantadores de laranja, e a indústria cervejeira. Com a mudança para a cultura do algodão, o curso não teve o interesse esperado. As matrículas para o curso de “Plástica” oscilavam freqüentemente, chegando a variar 50% entre um período e outro, porém, sempre possuía alunos interessados. Outros cursos noturnos, “Matemática Aplicada” e “Desenho”, após um começo tímido, até 1933, conseguiram quase dobrar a quantidade de matrículas nos últimos anos da pesquisa. “Plástica”, “Matemática Aplicada” e “Desenho” eram cursos que estavam ligados ao de “Mecânica”, o que mantinha, entende-se, a demanda pelos mesmos.

Com relação ao interesse dos alunos pelos cursos oferecidos é importante destacar que, no cômputo envolvendo os dois turnos, houve procura equilibrada. O núcleo com maior procura foi o

³³ Aperfeiçoamento Estrada de Ferro Sorocabana

ferroviário com 24,66% (1.352), envolvendo os cursos “Ferroviário” e “Aperfeiçoamento EFS”, seguido pelo núcleo de mecânica com 19,27% (1.056), contando com os cursos “Mecânica”, “Cutalhe e Tornearia” e “Ferraria e Fundição”. “Vocacional” foi preferido por 16% (877); “Desenho” e “Plástica” foram escolhidos por 15,05% (825); “Química” e “Matemática Aplicada” receberam 11,24% (616); “Marcenaria” ficou com 7,63% (418) e “Tecelagem” foi escolhido por 6,15% (337). A maioria dos alunos do núcleo de mecânica tinha a ferrovia como futuro empregador.

Na análise por turno, o noturno ficou distribuído da seguinte forma: os cursos de “Desenho” e “Plástica” foram os preferidos por 37,26% (825) dos alunos; “Química” e “Matemática Aplicada” receberam a preferência de 26,38% (584) dos alunos; “Aperfeiçoamento EFS” recebeu a preferência de 21,95% (486) do alunado; “Tecelagem” teve 319 alunos correspondendo a 14,41% do total das matrículas dos cursos noturnos. Se considerarmos que “Química”, “Matemática Aplicada”, “Desenho” e “Plástica” são cursos mais abrangentes do que os cursos técnicos, teremos nesse grupo mais de 63% das matrículas. Por outro lado, os cursos do período diurno possuíam notadamente viés técnico: núcleo de mecânica ficou com 32,32% (1.056) da preferência; vocacional com 26,84% (877); ferroviário com 26,51% (866); marcenaria com 12,80% (418); química agrícola com 0,98% (32); e tecelagem com 0,55% (18). Destaca-se a baixa preferência pelo curso “Tecelagem”, cabendo perguntar: porque este curso ofertado ao setor masculino da escola e supostamente condizente com uma fatia do mercado de trabalho local, era pouco demandado pelos alunos? Seriam os profissionais relacionados à ferrovia melhores remunerados? Ou a oferta de vagas destinadas aos profissionais atuantes na indústria têxtil era inferior à oferta da ferrovia? Ou, ainda, questões culturais influenciavam minimamente nas escolhas? Outro fator que chama a atenção, na seção masculina, é a maior incidência de matrículas nos cursos diurnos. Questiona-se: seriam os alunos da escola provenientes de famílias com melhor renda, que poderiam dispensar o trabalho dos filhos? Ou haveria restrições no mercado de trabalho local para jovens? Ou, ainda, haveria impedimentos para se oferecer, no período noturno, alguns cursos que só apareceram no período diurno?

Percebe-se, também, pelos quadros 4 e 5, que, enquanto a seção feminina ofereceu dez cursos diurnos, a masculina ofereceu oito. Dos dez cursos oferecidos, cinco foram descontinuados ou incorporados por outros; pela seção masculina três tiveram o mesmo destino. No período noturno, na seção feminina, dos cinco cursos oferecidos, dois não tiveram continuidade e um foi oferecido no ano de 1941, já no final do período de pesquisa; na seção masculina, dos seis cursos oferecidos apenas um – o curso de química – não teve continuidade. Percebe-se, ainda, que o

número de cursos ofertados para as seções masculina e feminina era praticamente semelhante. Neste sentido, pode-se questionar as razões – talvez culturais - que impediam, ou dificultavam, o acesso das mulheres à escola, visto a menor quantidade de matrículas em relação à seção masculina.

Quadro 4 - Matrículas da seção feminina: anos, cursos e turnos.

Curso / Ano	1929	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	Total	%
Corte e Costura (D)	67												67	2,24
Confecção (D)		74	75	55	37			45	55	47	46	50	484	16,16
Corte e Confecção (D)						36	39						75	2,50
Rendas e Bordados (D)	53	58		35	21	13	6	11	9				206	6,88
Rendas, Bordados e Flores (D)			60										60	2,00
Flores e Costura (D)			21										21	0,70
Flores (D)			25							3	3	2	33	1,10
Bordados (D)										14	14	18	46	1,54
Flores e Chapéus (D)	52	55		26	6	3	3	8	7				160	5,34
Vocacional (D)					49	56	66	78	62	62	53	30	456	15,23
Sub-Total (diurno)													1.608	53,69
Costura (N)	66	11											77	2,57
Desenho (N)	40												40	1,34
Pintura (N)		38	46	43	28	44	41	38	38	34	47	33	430	14,36
Corte e Confecção (N)		84	92	105	58	50	50	55	66	85	85	72	802	26,78
Bordados (N)												38	38	1,27
Sub-Total (noturno)													1387	46,31
Total	278	320	319	264	199	202	205	235	237	245	248	243	2.995	100,00

Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 5 - Matrículas da seção masculina: anos, cursos e turnos.

Curso / Ano	1929	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	Total	%
Mecânica (D)	109	72	53	48	63	51	46	52	51	58	87	105	795	14,50
Marcenaria (D)	66	37	66	66	51	27	23	21	22	20	13	6	418	7,63
Tecelagem (D)		11	7										18	0,33
Química Agrícola(D)	8	18	6										32	0,58
Ferraria e Fundição (D)		88	46	63						1			198	3,61
Cutalhe e Tornearia (D)		63											63	1,15
Ferroviário (D)		32	51	65	78	93	90	84	87	89	93	104	866	15,80
Vocacional (D)					134	124	117	102	107	99	100	94	877	16,00
Sub-Total (diurno)													3.267	59,61
Aperfeiçoamento EFS (N)		48	81	62	58	52	33	33	19	48	23	29	486	8,87
Tecelagem (N)	18	15	11	24	33	31	25	21	35	33	40	33	319	5,82
Matemática Aplicada (N)	34	40	25	48	47	53	41	47	46	49	34	57	521	9,51
Química (N)	16	18	17	12									63	1,15
Desenho (N)	35	36	32	42	39	57	51	49	61	46	63	53	564	10,29
Plástica (N)	26	32	19	18	29	15	22	16	12	28	30	14	261	4,76
Sub-Total (noturno)													2.214	40,39
Total	312	510	414	448	532	503	448	425	440	471	483	495	5.481	100,00

Quadro elaborado pelo autor.

A origem do alunado e o perfil ocupacional dos responsáveis

Esta seção analisa, através dos dados coletados a partir do endereço fornecido pelo aluno, os bairros e a relação destes com os cursos escolhidos, procurando fornecer um perfil da origem do alunado da instituição. Analisa, ainda, utilizando da profissão do pai ou responsável, declarada no ato da matrícula, o perfil ocupacional dos responsáveis, procurando fornecer, também, um perfil dos mesmos e a relação com o curso escolhido pelo ingressante.

Com os dados do quadro 6 – A origem do alunado – todos os cursos (masculinos e femininos – turnos diurno e noturno) - foi possível identificar, por seção, a representatividade das matrículas por bairro ou cidade de residência. Também foi possível indicar, por bairro ou cidade, a representatividade das matrículas por seção.

Os dados do quadro 6 demonstram que mais de 86% do alunado pertenciam à cidade de Sorocaba sendo que, destes, 64,66% eram alunos e 35,34% alunas; e, que mais de 45% residiam no centro da cidade – 56% eram alunos e 44% alunas. Mais de 6% dos alunos vinham das cidades vizinhas (71% eram alunos e 29% alunas) sugerindo que a escola era conhecida regionalmente. Quase 4% eram de Votorantim, cidade possuidora de indústria têxtil e represa, onde os alunos eram maioria - 78%. Com exceção dos alunos vindos de Votorantim, cidade próxima de Sorocaba, os demais alunos deveriam permanecer em Sorocaba durante a semana, em casa de parentes ou conhecidos, devido a grande, para a época, distância existente entre as cidades de origem e a cidade da instituição escolar. Outro dado interessante é que mais de 7% omitiram o endereço de residência. Também, neste quesito, os alunos tiveram maior participação, 80%.

Percebe-se, também, que a origem dos alunos da seção masculina era um pouco menos desigual que a feminina: os alunos moradores do centro da cidade representavam quase 40% enquanto que as alunas quase 56%; assim, os alunos provenientes dos bairros e de outras cidades totalizavam acima de 51%, e as alunas vindas desses mesmos lugares atingiam 40%. Por outro lado, as alunas eram as que mais declaravam o endereço de residência – apenas 4,21% o omitiam contra 9,12% dos alunos.

Quadro 6 – A Origem do alunado – todos os cursos
(masculinos e femininos - turnos diurno e noturno)

Sessão	Masculina			Feminina			Total	
	Qtde	% sessão	% Bairro	Qtde	% sessão	% Bairro	Qtde	%
Além Linha	1.471	26,84	72,89	547	18,26	27,11	2.018	23,81
Além Ponte	727	13,26	65,73	379	12,65	34,27	1.106	13,05
Centro	2.162	39,45	56,43	1.669	55,73	43,57	3.831	45,20
Cerrado	202	3,69	69,90	87	2,90	30,10	289	3,41
Pinheiros	25	0,46	50,00	25	0,83	50,00	50	0,59
Sub-Total	4.587	83,69	62,89	2.707	90,38	37,11	7.294	86,05
Mairinque	54	0,99	77,14	16	0,53	22,86	70	0,83
São Roque	75	1,37	52,08	69	2,30	47,92	144	1,70
Tietê	1	0,02	100,00	0	0,00	0,00	1	0,01
Votorantim	249	4,54	77,57	72	2,40	22,43	321	3,79
São Pedro	3	0,05	100,00	0	0,00	0,00	3	0,04
Bofete	2	0,04	100,00	0	0,00	0,00	2	0,02
Pereiras	1	0,02	100,00	0	0,00	0,00	1	0,01
Itapetininga	4	0,07	100,00	0	0,00	0,00	4	0,05
Campo Largo	1	0,02	100,00	0	0,00	0,00	1	0,01
Laranjal Pta	2	0,04	100,00	0	0,00	0,00	2	0,02
Porto Feliz	1	0,02	100,00	0	0,00	0,00	1	0,01
Porangaba	1	0,02	100,00	0	0,00	0,00	1	0,01
Salto	0	0,00	0,00	3	0,10	100,00	3	0,04
Sub-Total	394	7,19	71,12	160	5,34	28,88	554	6,54
Sem Declarar	500	9,12	79,62	128	4,27	20,38	628	7,41
Total	5.481	100,00	64,66	2.995	100,00	35,34	8.476	100,00

Quadro preparado pelo autor.

Para a tabulação dos dados referentes ao quadro 7, a coluna “Confecção” compreende os cursos “Confecção” e “Costura” do período noturno, e, “Confecção”, “Corte e Confecção” e “Corte e Costura”, oferecidos no período diurno. Para a coluna “Rendas e Bordados” foram considerados os cursos “Rendas e Bordados”, “Bordados” e “Rendas, Bordados e Flores” do período diurno, e, “Bordados”, do período noturno. Na coluna “Flores e Chapéus” foram considerados os dados dos cursos “Flores e Chapéus”, “Flores” e “Flores e Costura”, todos cursos do período diurno.

Os dados do quadro 7, com relação ao curso de “Desenho”, indicam a baixa quantidade de alunas moradoras do centro, porém, é, também, deste curso, o maior índice das alunas que omitiram o endereço de residência – 65%. Desta forma pode-se sugerir, em função dos índices dos outros cursos, que muitas outras alunas eram moradoras do centro o que elevaria em pelo menos 10% o índice citado.

Outro dado importante é que, mesmo o curso com maior procura, “Confecção” apresenta uma concentração de alunas oriundas do centro da cidade, com mais de 800 matrículas, ou seja, mais de 53% do total do curso. Em pelo menos dois cursos esse número, proporcionalmente, é ainda maior: “Rendas e Bordados” apresenta 62,5% e “Pintura” 72,5%. Outro indicador interessante é que, em quase todos os cursos, as alunas provenientes do bairro Além Linha representavam mais de 15% do total. As cidades de Mairinque, São Roque e Votorantim foram as responsáveis por mais de 5% das matrículas durante o período analisado. Nestas três cidades existiam indústrias têxteis.

Quadro 7 – A Origem do alunado por curso (seção feminina – turnos diurno e noturno)

Cursos	Confeção			Rendas e Bordados			Flores e Chapéus			Vocacional			Desenho			Pintura			Total	
	Qtde	% Curso	% Bairro	Qtde	% Curso	% Bairro	Qtde	% Curso	% Bairro	Qtde	% Curso	% Bairro	Qtde	% Curso	% Bairro	Qtde	% Curso	% Bairro	Qtde	%
Bairros																				
A Linha	297	19,73	54,30	52	14,86	9,51	55	25,70	10,05	84	18,42	15,36	0	0,00	0,00	59	13,72	10,79	547	18,26
A Ponte	220	14,62	58,05	39	11,14	10,29	13	6,07	3,43	78	17,11	20,58	0	0,00	0,00	29	6,74	7,65	379	12,65
Centro	806	53,55	48,29	220	62,86	13,18	112	52,34	6,71	207	45,39	12,40	13	32,50	0,78	311	72,33	18,63	1.669	55,73
Cerrado	44	2,92	50,57	9	2,57	10,34	14	6,54	16,09	14	3,07	16,09	0	0,00	0,00	6	1,40	6,90	87	2,90
Pinheiros	16	1,06	64,00	0	0,00	0,00	2	0,93	8,00	3	0,66	12,00	1	2,50	4,00	3	0,70	12,00	25	0,83
Sub-Total	1.383	91,89	51,09	320	91,43	11,82	196	91,59	7,24	386	84,65	14,26	14	35,00	0,52	408	94,88	15,07	2.707	90,38
Mairinque	8	0,53	50,00	4	1,14	25,00	0	0,00	0,00	4	0,88	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	16	0,53
S Roque	40	2,66	57,97	3	0,86	4,35	1	0,47	1,45	23	5,04	33,33	0	0,00	0,00	2	0,47	2,90	69	2,30
Tietê	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00
Votorantim	26	1,73	36,11	9	2,57	12,50	8	3,74	11,11	23	5,04	31,94	0	0,00	0,00	6	1,40	8,33	72	2,40
S Pedro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00
Bofete	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00
Pereiras	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00
Itapetininga	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00
Campo Largo	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00
Laranjal Pta	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00
Salto	2	0,13	66,67	1	0,29	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,10
Sub-Total	76	5,05	47,50	17	4,86	10,63	9	4,21	5,63	50	10,96	31,25	0	0,00	0,00	8	1,86	5,00	160	5,34
S/Declarar	46	3,06	35,94	13	3,71	10,16	9	4,21	7,03	20	4,39	15,63	26	65,00	20,31	14	3,26	10,94	128	4,27
Total	1.505	100,00	50,25	350	100,00	11,69	214	100,00	7,15	456	100,00	15,23	40	100,00	1,34	430	100,00	14,36	2.995	100,00

Quadro preparado pelo autor.

Com relação à seção masculina, cujos dados estão indicados no quadro 8, os cursos relacionados à ferrovia tiveram a preferência de mais de 24% dos alunos, e, destes, quase 36% eram moradores do bairro Além Linha, ou seja, próximos da estação ferroviária. Outros 35% eram oriundos do centro da cidade, também não tão distantes da ferroviária. Está evidente que os dados referentes à residência dos alunos do curso “Aperfeiçoamento EFS” destoam dos demais cursos: 191 alunos (39%) não declararam residência, reduzindo, dessa forma, os índices referentes aos bairros. Para a coluna “Mecânica”, do quadro 8, foram considerados os dados dos cursos “Mecânica”, “Ferraria e Fundição” e “Cutalhe e Tornearia”, todos cursos do período diurno.

Situação similar acontece com o curso “Tecelagem” onde mais de 65% das matrículas são referentes aos alunos moradores dos bairros Além Linha, Além Ponte e de Votorantim (24,93%, 20,77% e 19,58% respectivamente), locais onde existiam fábricas de tecidos e que empregavam a maioria dos moradores dos bairros. Assim, os moradores do Centro que escolheram esse curso representavam apenas 24%, esclarecendo-se, porém, que no Centro também existia uma fábrica de tecidos.

O curso de “Mecânica” que representava 19% do total de matrículas da seção masculina possui também uma distribuição interessante: mais de 40% das matrículas eram de alunos residentes nos bairros Além Linha e Além Ponte e de Votorantim (23,20%, 13,26% e 4,83% respectivamente). Os alunos moradores do Centro representaram mais de 38% do universo de matrículas do curso. Entende-se, ainda, que além das fábricas de tecidos existentes naqueles locais, a ferrovia ficava próxima ao Centro, e que, assim como as fábricas, ela também empregava mecânicos.

Seguindo a mesma análise do parágrafo anterior é possível entender os dados do curso “Matemática Aplicada à Mecânica”. Assim, mais de 51% das matrículas eram dos alunos moradores daqueles bairros, com as seguintes participações: Além Linha - 28,41%, Além Ponte - 14,59%, Votorantim - 8,83%, e o Centro representava 38%.

A partir de 1934 começou a funcionar o curso “Vocacional” e mesmo nesse curso uma quantidade expressiva dos alunos era moradora do Centro - 42,65%; a participação dos alunos do bairro do Cerrado também aumentou - 6,39%.

Quadro 8 – A Origem do alunado por curso (seção masculina – turnos diurno e noturno)

Cursos	Mecânica		Marcenaria		Tecelagem		Matemática Aplicada		Química		Ferroviário		Aperfeiçoamento EFS		Vocacional		Desenho		Plástica		Total	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Bairros	245	23,20	77	18,42	84	24,93	148	28,41	5	5,26	343	39,61	143	29,42	238	27,14	116	20,57	72	27,59	1.471	26,84
Além Linha	245	23,20	77	18,42	84	24,93	148	28,41	5	5,26	343	39,61	143	29,42	238	27,14	116	20,57	72	27,59	1.471	26,84
Além Ponte	140	13,26	67	16,03	70	20,77	76	14,59	8	8,42	106	12,24	20	4,12	107	12,20	98	17,38	35	13,41	727	13,26
Centro	406	38,45	191	45,69	81	24,04	198	38,00	61	64,21	355	40,99	117	24,07	374	42,65	265	46,99	114	43,68	2.162	39,45
Cerrado	67	6,34	15	3,59	5	1,48	20	3,84	4	4,21	8	0,92	2	0,41	56	6,39	14	2,48	11	4,21	202	3,69
Pinheiros	9	0,85	3	0,72	0	0,00	1	0,19	0	0,00	3	0,35	1	0,21	7	0,80	1	0,18	0	0,00	25	0,46
Sub-Total	867	82,10	353	84,45	240	71,22	443	85,03	78	82,11	815	94,11	283	58,23	782	89,17	494	87,59	232	88,89	4.587	83,69
Mairinque	16	1,52	3	0,72	0	0,00	1	0,19	0	0,00	13	1,50	8	1,65	12	1,37	0	0,00	1	0,38	54	0,99
S Roque	20	1,89	19	4,55	1	0,30	1	0,19	0	0,00	5	0,58	2	0,41	25	2,85	2	0,35	0	0,00	75	1,37
Tietê	1	0,09	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02
Votorantim	51	4,83	11	2,63	66	19,58	46	8,83	0	0,00	3	0,35	2	0,41	34	3,88	33	5,85	3	1,15	249	4,54
S Pedro	0	0,00	0	0,00	3	0,89	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,05
Bofete	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,19	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,18	0	0,00	2	0,04
Pereiras	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,12	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02
Itapetininga	0	0,00	2	0,48	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,23	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	0,07
Campo Largo	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,11	0	0,00	0	0,00	1	0,02
Laranjal Pta	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,19	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,18	0	0,00	2	0,04
P Feliz	1	0,09	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02
Porangaba	1	0,09	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02
Sub-Total	90	8,52	35	8,37	70	20,77	50	9,60	0	0,00	24	2,77	12	2,47	72	8,21	37	6,56	4	1,53	394	7,19
Sem Declarar	99	9,38	30	7,18	27	8,01	28	5,37	17	17,89	27	3,12	191	39,30	23	2,62	33	5,85	25	9,58	500	9,12
Total	1.056	100,00	418	100,00	337	100,00	521	100,00	95	100,00	866	100,00	486	100,00	877	100,00	564	100,00	261	100,00	5.481	100,00

Quadro preparado pelo autor.

Os quadros 9 e 10 contém dados referentes às nacionalidades dos responsáveis pelos alunos e alunas e, também, os cursos por estes escolhidos. As análises referentes à preferência por determinado curso são obtidas através dos dados do quadro 11.

Com relação à nacionalidade dos responsáveis pelas alunas - quadro 9 - os brasileiros são maioria, com 57,26%, seguidos pelos italianos, com 17,60%, espanhóis, com 8,98%, portugueses, com 6,18% e sírios, com 3,34%. Assim, 92,55% das matrículas, cujos responsáveis se declararam imigrantes, eram oriundos da Itália, Espanha, Portugal e Síria. Aqueles que não declararam representam 3,74%. Entre aqueles que não atingiram 1% sobressaem-se os austríacos, com 0,97%, os russos, com 0,47%, e os alemães, com 0,33%.

O quadro 10, que contém dados referentes à seção masculina, aponta que a quantidade de brasileiros é ainda maior que no caso da seção feminina, com quase 62%, vindo a seguir os italianos, com 15,67%, espanhóis, com 6,44%, portugueses, com 4,34%, sírios, com 1,55%, e alemães, com 1,15%, perfazendo um total de 29,15% de imigrantes daqueles países. Neste sentido, 93,96% das matrículas, cujos responsáveis se declararam imigrantes, eram oriundos dos países citados. Os que não declararam a nacionalidade representam 7,28%. Nenhuma das demais nacionalidades atingiu, sozinha, 0,5%.

A comparação entre as seções masculina e feminina demonstra que na seção masculina aqueles que não declararam a nacionalidade representam o dobro em relação aos da seção feminina – 7,28% masculina contra 3,74% feminina. Demonstra, ainda, que a participação dos imigrantes é maior na seção feminina – 36% a 29% da masculina. Por outro lado, a participação dos descendentes de alemães é mais que o triplo na seção masculina – 1,15% a 0,33% na seção feminina.

Segundo o quadro 11, os cursos preferidos pelos estudantes brasileiros foram o “Ferroviário” e o “Aperfeiçoamento EFS”, que, juntos, somaram mais de 16%; seguidos pelos cursos “Vocacional”, com 11,80%; “Mecânica”, com 10,53%; e, “Matemática Aplicada” e “Química”, juntos com mais de 6%. A preferência por “Desenho” e “Plástica”, juntos, é de quase 9%, ficando “Marcenaria” com 4,16% e “Tecelagem” com 3,27%. Considerando que Sorocaba possuía um grande parque fabril na área de fiação e tecelagem, é instigante o curso “Tecelagem” ter ficado com a menor preferência.

Com relação aos descendentes de italianos, os dados do quadro 11 indicam que, juntos, os cursos “Ferroviário”, com 2,12%, e “Aperfeiçoamento EFS”, com 1,19%, totalizando 3,31%, foram os preferidos; nessa mesma forma de análise, “Desenho”, com 1,95%, e “Plástica”, com 1,11%, atingiram 3,06%. “Mecânica” é outro núcleo que teve a preferência de mais de 3% dos matriculados; “Matemática Aplicada” 1,62%; e “Química” 0,22%, este oferecido até 1934; “Vocacional” ficou com 1,88%; “Marcenaria” com 1,30% e “Tecelagem” com 1,20%. Assim, a preferência da maioria dos alunos descendentes de italianos foi diluída entre os núcleos ferroviário, mecânica, desenho e plástica.

No caso dos espanhóis, a preferência recaiu no curso “Mecânica”, com 1,46%; “Vocacional”, com 1,04%; “Ferroviário” e “Aperfeiçoamento EFS”, com 1%; “Desenho” e “Plástica”, com 0,95%; “Matemática Aplicada” e “Química”, com 0,94%; “Tecelagem”, com 0,73%; e “Marcenaria”, com 0,31%.

Os cursos ferroviários (“Ferroviário” e “Aperfeiçoamento EFS”) tiveram a preferência dos portugueses, com 1,17%; seguidos de “Mecânica”, com 0,80%; “Desenho” e “Plástica”, com 0,68%; e “Vocacional”, com 0,66%; “Matemática Aplicada” e “Química” ficaram, somados, com 0,53%; “Marcenaria” com 0,38% e “Tecelagem” com 0,13%.

Com relação aos sírios, a preferência ficou com os cursos “Mecânica” – 0,49%; “Vocacional” – 0,29%; “Matemática Aplicada” e “Química” – 0,22%; “Marcenaria” – 0,20%; “Desenho” e “Plástica” – 0,18%; ferroviários – 0,9%, e “Tecelagem” – 0,7%.

Para os descendentes de alemães, “Matemática Aplicada” e “Química” somaram juntos 0,26% da preferência; “Mecânica” – 0,20%; “Marcenaria” – 0,20%; “Desenho” e “Plástica” – 0,19%; ferroviários – 0,18%; “Tecelagem” – 0,7%, e, “Vocacional” – 0,5%.

Quadro 9 – A nacionalidade dos responsáveis por curso (seção feminina – turnos diurno e noturno)

Cursos	Confecção			Rendas e Bordados			Flores e Chapéus			Vocacional			Costura			Desenho			Pintura			Total	
	Países	Qtde	% curso	% Nacionalidade	Qtde	% curso	% Nacionalidade	Qtde	% curso	% Nacionalidade	Qtde	% curso	% Nacionalidade	Qtde	% curso	% Nacionalidade	Qtde	% curso	% Nacionalidade	Qtde	% curso	% Nacionalidade	Qtde
Alemã	6	0,42	60,00	1	0,29	10,00	2	0,93	20,00	1	0,22	10,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	10	0,33
Austriaca	8	0,56	27,59	1	0,29	3,45	1	0,47	3,45	5	1,10	17,24	1	1,30	3,45	0	0,00	0,00	13	3,02	44,83	29	0,97
Belga	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,47	100,00	2	0,07
Brasileira	858	60,08	50,03	218	62,29	12,71	116	54,21	6,76	281	61,62	16,38	31	40,26	1,81	9	22,50	0,52	202	46,98	11,78	1.715	57,26
Espanhola	123	8,61	45,72	28	8,00	10,41	16	7,48	5,95	50	10,96	18,59	9	11,69	3,35	1	2,50	0,37	42	9,77	15,61	269	8,98
Francesa	3	0,21	75,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,22	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,13
Italiana	256	17,93	48,58	54	15,43	10,25	43	20,09	8,16	55	12,06	10,44	20	25,97	3,80	2	5,00	0,38	97	22,56	18,41	527	17,60
Polonesa	5	0,35	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	5	0,17
Portuguesa	80	5,60	43,24	21	6,00	11,35	19	8,88	10,27	22	4,82	11,89	6	7,79	3,24	1	2,50	0,54	36	8,37	19,46	185	6,18
Síria	37	2,59	37,00	19	5,43	19,00	7	3,27	7,00	20	4,39	20,00	1	1,30	1,00	0	0,00	0,00	16	3,72	16,00	100	3,34
Romena	5	0,35	62,50	0	0,00	0,00	1	0,47	12,50	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,47	25,00	8	0,27
Russa	7	0,49	50,00	1	0,29	7,14	0	0,00	0,00	5	1,10	35,71	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,23	7,14	14	0,47
Libanesa	2	0,14	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,07
Japonesa	1	0,07	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,03
Egípcia	2	0,14	66,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,22	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,10
USA	0	0,00	0,00	1	0,29	33,33	0	0,00	0,00	1	0,22	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,23	33,33	3	0,10
Dinamarquesa	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,47	50,00	1	0,22	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,07
Inglês	1	0,07	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,44	50,00	1	1,30	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,13
Sem Declarar	34	2,38	30,36	6	1,71	5,36	8	3,74	7,14	11	2,41	9,82	8	10,39	7,14	27	67,50	24,11	18	4,19	16,07	112	3,74
Total	1.428	100,00	47,68	350	100,00	11,69	214	100,00	7,15	456	100,00	15,23	77	100,00	2,57	40	100,00	1,34	430	100,00	14,36	2.995	100,00

Quadro preparado pelo autor.

Quadro 10 – A nacionalidade dos responsáveis por curso (seção masculina – turnos diurno e noturno)

Curso	Mecânica		Marcenaria		Tecelagem		Mat. Aplicada		Química		Ferroviário		Aperfeiçoamento EFS		Vocacional		Desenho		Plástica		Total	
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	%
Alemã	11	1,04	11	2,63	4	1,19	13	2,50	0	0,00	7	0,81	3	0,62	3	0,34	8	1,42	2	0,77	62	1,13
Austriaca	1	0,09	1	0,24	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,41	2	0,23	5	0,89	0	0,00	11	0,20
Belga	0	0,00	1	0,24	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02
Brasileira	577	54,64	228	54,55	179	53,12	305	58,54	46	48,42	629	72,63	297	61,11	647	73,77	328	58,16	156	59,77	3.392	61,89
Espanhola	80	7,58	17	4,07	40	11,87	49	9,40	3	3,16	46	5,31	9	1,85	57	6,50	39	6,91	13	4,98	353	6,44
Francesa	1	0,09	1	0,24	3	0,89	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	0,09
Italiana	169	16,00	71	16,99	66	19,58	89	17,08	12	12,63	116	13,39	65	13,37	103	11,74	113	20,04	61	23,37	865	15,78
Polonesa	1	0,09	5	1,20	0	0,00	1	0,19	0	0,00	0	0,00	2	0,41	3	0,34	3	0,53	0	0,00	15	0,27
Portuguesa	44	4,17	21	5,02	7	2,08	21	4,03	8	8,42	42	4,85	22	4,53	36	4,10	30	5,32	7	2,68	238	4,34
Síria	27	2,56	11	2,63	4	1,19	6	1,15	6	6,32	2	0,23	3	0,62	16	1,82	4	0,71	6	2,30	85	1,55
Romena	0	0,00	0	0,00	1	0,30	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,23	1	0,18	0	0,00	4	0,07
Argentina	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,38	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,18	0	0,00	3	0,05
Suíça	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,19	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,18	0	0,00	2	0,04
Uruguiaia	1	0,09	0	0,00	0	0,00	3	0,58	0	0,00	3	0,35	0	0,00	0	0,00	4	0,71	0	0,00	11	0,20
Russa	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	1,05	4	0,46	2	0,41	3	0,34	1	0,18	0	0,00	11	0,20
Armenia	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,23	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04
Sueca	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,35	0	0,00	0	0,00	3	0,53	0	0,00	6	0,11
Húngara	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,41	0	0,00	0	0,00	1	0,38	3	0,05
Libanesa	2	0,19	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,38	3	0,05
Grega	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,38	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04
Japonesa	7	0,66	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	7	0,13
USA	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	1,05	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02
S/Declarar	135	12,78	51	12,20	33	9,79	29	5,57	18	18,95	12	1,39	79	16,26	5	0,57	23	4,08	14	5,36	399	7,28
Total	1.056	100,00	418	100,00	337	100,00	521	100,00	95	100,00	866	100,00	486	100,00	877	100,00	564	100,00	261	100,00	5.481	100,00

Quadro preparado pelo autor.

Quadro 11 – Nacionalidade por cursos – total dos matriculados(seção masculina – turnos diurno e noturno)

Curso	Mecânica		Marcenaria		Tecelagem		Mat. Aplicada		Química		Ferroviário		Aperfeiçoamento EFS		Vocacional		Desenho		Plástica		Total	
	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total	Qtde	% total
Alemã	11	0,20	11	0,20	4	0,07	13	0,24	0	0,00	7	0,13	3	0,05	3	0,05	8	0,15	2	0,04	62	1,13
Austríaca	1	0,02	1	0,02	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04	2	0,04	5	0,09	0	0,00	11	0,20
Belga	0	0,00	1	0,02	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02
Brasileira	577	10,53	228	4,16	179	3,27	305	5,56	46	0,84	629	11,48	297	5,42	647	11,80	328	5,98	156	2,85	3.392	61,89
Espanhola	80	1,46	17	0,31	40	0,73	49	0,89	3	0,05	46	0,84	9	0,16	57	1,04	39	0,71	13	0,24	353	6,44
Francesa	1	0,02	1	0,02	3	0,05	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	5	0,09
Italiana	169	3,08	71	1,30	66	1,20	89	1,62	12	0,22	116	2,12	65	1,19	103	1,88	113	2,06	61	1,11	865	15,78
Polonesa	1	0,02	5	0,09	0	0,00	1	0,02	0	0,00	0	0,00	2	0,04	3	0,05	3	0,05	0	0,00	15	0,27
Portuguesa	44	0,80	21	0,38	7	0,13	21	0,38	8	0,15	42	0,77	22	0,40	36	0,66	30	0,55	7	0,13	238	4,34
Síria	27	0,49	11	0,20	4	0,07	6	0,11	6	0,11	2	0,04	3	0,05	16	0,29	4	0,07	6	0,11	85	1,55
Romena	0	0,00	0	0,00	1	0,02	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04	1	0,02	0	0,00	4	0,07
Argentina	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	0	0,00	3	0,05
Suíça	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	0	0,00	2	0,04
Uruguaia	1	0,02	0	0,00	0	0,00	3	0,05	0	0,00	3	0,05	0	0,00	0	0,00	4	0,07	0	0,00	11	0,20
Russa	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	4	0,07	2	0,04	3	0,05	1	0,02	0	0,00	11	0,20
Arménia	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04
Sueca	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,05	0	0,00	0	0,00	3	0,05	0	0,00	6	0,11
Húngara	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04	0	0,00	0	0,00	1	0,02	3	0,05
Libanesa	2	0,04	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	3	0,05
Grega	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,04
Japonesa	7	0,13	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	7	0,13
USA	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02
S/Declarar	135	2,46	51	0,93	33	0,60	29	0,53	18	0,33	12	0,22	79	1,44	5	0,09	23	0,42	14	0,26	399	7,28
Total	1.056	19,27	418	7,63	337	6,15	521	9,51	95	1,73	866	15,80	486	8,87	877	16,00	564	10,29	261	4,76	5.481	100,00

Quadro preparado pelo autor.

Os quadros 12, 13 e 14 apresentam os dados com o perfil ocupacional, dos responsáveis pelas alunas da instituição, distribuídos por curso. Nesse sentido foram declaradas 106 profissões diferentes. Desconsiderando aqueles que não forneceram a profissão, correspondentes a 8,38% do total, as primeiras 20 profissões concentram acima de 85% das matrículas efetuadas, ou seja, 2.322 matrículas. As 422 matrículas restantes, correspondentes a 15% do total, estão distribuídas, ou diluídas, em mais de 80% do universo de profissões. Além disso, 44% do universo de 2.322 matrículas (1.029) estão concentradas em apenas seis das 20 profissões (Negociante/Comerciante, Funcionário Público, Proprietário/Capitalista, Professor, Dentista e Industrial), ou seja, as demais 56% das matrículas estão diluídas entre as 14 profissões restantes (70%), sendo que, destas, a profissão “Ferroviário” representa 20%, resultando 80% das matrículas sendo distribuídas entre 13 profissões. Visto de outra forma, 49% do total de matrículas estão concentradas em apenas sete das 104 profissões. Outro dado interessante, relacionado com aquelas seis profissões citadas, diz respeito ao curso de preferência das alunas: “Confecção” foi o curso com maior procura em quatro das seis profissões, só perdendo para “Pintura” quando as profissões são “Dentista” e “Industrial”. “Pintura” é a segunda colocada entre os cursos escolhidos para as demais profissões, exceto quando a profissão é “Negociante/Comerciante”, perdendo, então, para o curso “Vocacional”, por diferença de 0,15%.

As alunas, cujos responsáveis declararam como profissão “Negociante/Comerciante”, tinham aparentemente menor interesse pelos cursos “Costura” e “Desenho”, visto que, respectivamente 1,01% e 0,43% do universo de matrículas daquela profissão optaram por cursá-los. Como já dito, “Costura” deve ter sido englobado por “Confecção”, e “Desenho” pode ter sido absorvido por “Pintura”. Outro curso com menor procura foi o de “Flores e Chapéus” escolhido por menos de 7% das alunas. Esses três cursos foram também de baixa procura pelas outras 5 profissões.

O curso mais procurado pelas alunas cujos responsáveis se declararam operários foi “Confecção”, com 46,92%, seguido de “Vocacional”, com 16,11%, “Flores e Chapéus”, com 12,32%, “Costura”, com 10,90%, “Rendas e Bordados”, com 9,48%, e, “Pintura”, com 4,27%. “Desenho”, sem nenhuma matrícula, foi o curso menos procurado.

Para as alunas dependentes de lavradores, os cursos mais procurados foram “Confecção”, com 46,71%; “Vocacional”, com 19,76%; “Rendas e Bordados”, com 15,57%; “Flores e Chapéus”,

com 9,58%; “Pintura”, com 7,78%; “Costura”, com 0,60%, e “Desenho” que não teve nenhuma interessada.

Para as alunas dependentes das domésticas, que representavam 5,44% do total dos responsáveis, o curso de maior interesse foi “Confecção”, com 55,21%; em seguida “Pintura”, com 19,02%; “Rendas e Bordados”, com 9,20%; “Vocacional” com 8,59%; “Flores e Chapéus”, com 7,36%; “Costura” com 0,61%, e, “Desenho”, novamente não teve nenhuma aluna interessada.

As filhas dos funcionários públicos tiveram preferência, 41,29%, pelo curso de “Confecção”; 21,94% “Pintura”; 15,48% “Vocacional”; 11,61% “Rendas e Bordados”; 5,81% “Flores e Chapéus”; 2,58% “Costura”, e, 1,29% “Desenho”, o menos procurado.

A preferência das alunas cujos responsáveis se declararam proprietários e/ou capitalistas recaiu sobre o curso “Confecção”, com 47,19%; 17,98% preferiram “Pintura”; 13,48% “Rendas e Bordados”; 11,24% “Flores e Chapéus”; 7,87% “Vocacional”; 2,25% “Costura”; e, “Desenho” com nenhuma matrícula.

As alunas cujos responsáveis eram mecânicos preferiram o curso “Confecção”, com 53,75%; “Vocacional” 21,25%; “Pintura” 16,25%; “Flores e Chapéus” 3,75%; “Rendas e Bordados” 1,25%; o curso de “Desenho” não teve nenhuma matrícula.

Para as alunas cujos responsáveis se declararam “Dentista” e “Industrial”, as preferências recaíram para o curso “Pintura”, com, respectivamente: 33,33% e 40,74%; em seguida “Confecção” com, respectivamente, 30% e 25,95%; na seqüência estão os cursos “Vocacional”, com 20,00% para as filhas de dentistas; e, “Rendas e Bordados”, com 14,81% para as filhas de industriais; ainda, 16,67% das alunas filhas de dentistas escolheram “Rendas e Bordados”; e, 11,11% das filhas de industriais escolheram o curso “Vocacional”. As filhas de industriais escolheram, também, com 7,41%, o curso “Desenho”; os cursos “Costura” e “Flores e Chapéus”, nas duas profissões, e “Desenho” para as filhas de dentistas, não foram procurados.

Quadro 12 – Perfil ocupacional dos responsáveis por curso (seção feminina – turnos diurno e noturno)

Cursos	Confecção			Rendas e Bordados			Flores e Chapéus			Vocacional			Costura			Desenho			Pintura			Total	
	Qtde	% Curso	% Prof.	Qtde	% Curso	% Prof.	Qtde	% Curso	% Prof.	Qtde	% Curso	% Prof.	Qtde	% Curso	% Prof.	Qtde	% Curso	% Prof.	Qtde	% Curso	% Prof.	Qtde	%
Negociante Comerciante	324	22,69	46,89	90	25,71	13,02	48	22,43	6,95	110	24,12	15,92	7	9,09	1,01	3	7,50	0,43	109	25,35	15,77	691	23,07
Ferroviário	161	11,27	52,27	33	9,43	10,71	17	7,94	5,52	62	13,60	20,13	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	35	8,14	11,36	308	10,28
Sem Declarar	99	6,93	39,44	33	9,43	13,15	14	6,54	5,58	23	5,04	9,16	10	12,99	3,98	27	67,50	10,76	45	10,47	17,93	251	8,38
Operário	99	6,93	46,92	20	5,71	9,48	26	12,15	12,32	34	7,46	16,11	23	29,87	10,90	0	0,00	0,00	9	2,09	4,27	211	7,05
Lavrador	78	5,46	46,71	26	7,43	15,57	16	7,48	9,58	33	7,24	19,76	1	1,30	0,60	0	0,00	0,00	13	3,02	7,78	167	5,58
Doméstica	90	6,30	55,21	15	4,29	9,20	12	5,61	7,36	14	3,07	8,59	1	1,30	0,61	0	0,00	0,00	31	7,21	19,02	163	5,44
Func.Público	64	4,48	41,29	18	5,14	11,61	9	4,21	5,81	24	5,26	15,48	4	5,19	2,58	2	5,00	1,29	34	7,91	21,94	155	5,18
Proprietário Capitalista	42	2,94	47,19	12	3,43	13,48	10	4,67	11,24	7	1,54	7,87	2	2,60	2,25	0	0,00	0,00	16	3,72	17,98	89	2,97
Mecânico	43	3,01	53,75	1	0,29	1,25	3	1,40	3,75	17	3,73	21,25	3	3,90	3,75	0	0,00	0,00	13	3,02	16,25	80	2,67
Pedreiro	38	2,66	59,38	6	1,71	9,38	4	1,87	6,25	10	2,19	15,63	2	2,60	3,13	0	0,00	0,00	4	0,93	6,25	64	2,14
Carpinteiro	29	2,03	52,73	10	2,86	18,18	2	0,93	3,64	4	0,88	7,27	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	10	2,33	18,18	55	1,84
Tecelão	20	1,40	50,00	9	2,57	22,50	3	1,40	7,50	2	0,44	5,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	6	1,40	15,00	40	1,34
Marceneiro	10	0,70	26,32	9	2,57	23,68	5	2,34	13,16	9	1,97	23,68	0	0,00	0,00	1	2,50	2,63	4	0,93	10,53	38	1,27
Motorista	16	1,12	42,11	6	1,71	15,79	1	0,47	2,63	12	2,63	31,58	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,70	7,89	38	1,27
Professor	23	1,61	62,16	4	1,14	10,81	0	0,00	0,00	2	0,44	5,41	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	8	1,86	21,62	37	1,24
Escriturário	14	0,98	40,00	5	1,43	14,29	4	1,87	11,43	10	2,19	28,57	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,47	5,71	35	1,17
Eletricista	23	1,61	67,65	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	7	1,54	20,59	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,93	11,76	34	1,14
Alfaiate	14	0,98	45,16	3	0,86	9,68	2	0,93	6,45	3	0,66	9,68	1	1,30	3,23	1	2,50	3,23	7	1,63	22,58	31	1,04
Dentista	9	0,63	30,00	5	1,43	16,67	0	0,00	0,00	6	1,32	20,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	10	2,33	33,33	30	1,00
Pintor	17	1,19	58,62	3	0,86	10,34	3	1,40	10,34	5	1,10	17,24	1	1,30	3,45	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	29	0,97
Industrial	7	0,49	25,93	4	1,14	14,81	0	0,00	0,00	3	0,66	11,11	0	0,00	0,00	2	5,00	7,41	11	2,56	40,74	27	0,90
Sapateiro	21	1,47	77,78	0	0,00	0,00	2	0,93	7,41	1	0,22	3,70	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,70	11,11	27	0,90
Ferreiro	13	0,91	56,52	1	0,29	4,35	4	1,87	17,39	3	0,66	13,04	2	2,60	8,70	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	23	0,77
Barbeiro	9	0,63	45,00	0	0,00	0,00	4	1,87	20,00	4	0,88	20,00	3	3,90	15,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	20	0,67
Corretor	9	0,63	50,00	1	0,29	5,56	2	0,93	11,11	1	0,22	5,56	1	1,30	5,56	1	2,50	5,56	3	0,70	16,67	18	0,60
Contador	6	0,42	35,29	3	0,86	17,65	0	0,00	0,00	4	0,88	23,53	2	2,60	11,76	0	0,00	0,00	2	0,47	11,76	17	0,57
Farmacêutico	11	0,77	64,71	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,22	5,88	0	0,00	0,00	2	5,00	11,76	3	0,70	17,65	17	0,57
Artista	6	0,42	40,00	2	0,57	13,33	5	2,34	33,33	1	0,22	6,67	1	1,30	6,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	15	0,50
Açougueiro	6	0,42	46,15	1	0,29	7,69	0	0,00	0,00	6	1,32	46,15	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	13	0,43

Chapeleiro	10	0,70	83,33	1	0,29	8,33	0	0,00	0,00	1	0,22	8,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	12	0,40
Gravador	5	0,35	41,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	1,30	8,33	0	0,00	0,00	6	1,40	50,00	12	0,40
Militar	6	0,42	60,00	0	0,00	0,00	1	0,47	10,00	2	0,44	20,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,23	10,00	10	0,33
Oleiro	4	0,28	40,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,44	20,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,93	40,00	10	0,33
Técnico	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,88	40,00	1	1,30	10,00	0	0,00	0,00	5	1,16	50,00	10	0,33
Carroceiro	4	0,28	44,44	1	0,29	11,11	2	0,93	22,22	0	0,00	0,00	1	1,30	11,11	0	0,00	0,00	1	0,23	11,11	9	0,30
Funileiro	6	0,42	66,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,44	22,22	1	1,30	11,11	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	9	0,30
Jardineiro	4	0,28	44,44	1	0,29	11,11	2	0,93	22,22	1	0,22	11,11	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,23	11,11	9	0,30
Agricultor	3	0,21	37,50	1	0,29	12,50	1	0,47	12,50	1	0,22	12,50	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,47	25,00	8	0,27
Comerciário	6	0,42	75,00	2	0,57	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	8	0,27
Empreiteiro	3	0,21	37,50	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,44	25,00	3	3,90	37,50	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	8	0,27
Seleiro	7	0,49	87,50	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	1,30	12,50	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	8	0,27
Escrivão	5	0,35	71,43	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,44	28,57	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	7	0,23
Tipógrafo	4	0,28	57,14	0	0,00	0,00	1	0,47	14,29	2	0,44	28,57	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	7	0,23
Viajante	3	0,21	42,86	1	0,29	14,29	1	0,47	14,29	1	0,22	14,29	1	1,30	14,29	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	7	0,23
Construtor	3	0,21	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,70	50,00	6	0,20
Costureira	2	0,14	33,33	1	0,29	16,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,70	50,00	6	0,20
Encanador	6	0,42	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	6	0,20
Padeiro	1	0,07	16,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,66	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,47	33,33	6	0,20
Fotógrafo	0	0,00	0,00	1	0,29	20,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	1,30	20,00	0	0,00	0,00	3	0,70	60,00	5	0,17
G Noturno	0	0,00	0,00	3	0,86	60,00	0	0,00	0,00	2	0,44	40,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	5	0,17
Zelador	1	0,07	20,00	3	0,86	60,00	0	0,00	0,00	1	0,22	20,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	5	0,17
Advogado	2	0,14	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,44	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,13
Agrimensor	4	0,28	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,13
Ajustador	1	0,07	25,00	3	0,86	75,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,13
Bancário	3	0,21	75,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,22	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,13
Feitor	2	0,14	50,00	2	0,57	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,13
Serrador	3	0,21	75,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,22	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,13
Téc.Fiação	1	0,07	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	1,30	25,00	1	2,50	25,00	1	0,23	25,00	4	0,13
Ambulante	0	0,00	0,00	1	0,29	33,33	2	0,93	66,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,10
Aplainador	1	0,07	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,44	66,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,10
Conferente	2	0,14	66,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	1,30	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,10
Fazendeiro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,47	33,33	1	0,22	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,23	33,33	3	0,10
Op. Cinema	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,70	100,00	3	0,10

Min. Evangélico	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,47	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,03
Modelador	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,23	100,00	1	0,03
Ourives	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,47	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,03
Parteira	1	0,07	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,03
Peixeiro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,22	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,03
Químico Prático	1	0,07	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,03
Relojoeiro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,47	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,03
Sacristão	1	0,07	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,03
Tintureiro	0	0,00	0,00	1	0,29	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,03
Torneiro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,22	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,03
Vidraceiro	1	0,07	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,03
Total	1.428	100,00	47,68	350	100,00	11,69	214	100,00	7,15	456	100,00	15,23	77	100,00	2,57	40	100,00	1,34	430	100,00	14,36	2.995	100,00
106																						2.573	85,91

Quadro preparado pelo autor.

Quadro 13 – Profissões com grande concentração de matrículas (seção feminina – turnos diurno e noturno)

Profissões	Negociante Comerciante			Funcionário Público			Proprietário Capitalista			Professor			Dentista			Industrial			Total	
	Qtde	% Prof	% Cur	Qtde	% Prof	% Cur	Qtde	% Prof	% Cur	Qtde	% Prof	% Cur	Qtde	% Prof	% Cur	Qtde	% Prof	% Cur	Qtde	%
Cursos	324	46,89	69,08	64	41,29	13,65	42	47,19	8,96	23	62,16	4,90	9	30,00	1,92	7	25,93	1,49	469	45,58
Confecção	90	13,02	67,67	18	11,61	13,53	12	13,48	9,02	4	10,81	3,01	5	16,67	3,76	4	14,81	3,01	133	12,93
Rendas e Bordados	48	6,95	71,64	9	5,81	13,43	10	11,24	14,93	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	67	6,51
Flores e Chapéus	110	15,92	72,37	24	15,48	15,79	7	7,87	4,61	2	5,41	1,32	6	20,00	3,95	3	11,11	1,97	152	14,77
Vocacional	7	1,01	53,85	4	2,58	30,77	2	2,25	15,38	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	13	1,26
Costura	3	0,43	42,86	2	1,29	28,57	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	7,41	28,57	7	0,68
Desenho	109	15,77	57,98	34	21,94	18,09	16	17,98	8,51	8	21,62	4,26	10	33,33	5,32	11	40,74	5,85	188	18,27
Pintura	691	100,00	67,15	155	100,00	15,06	89	100,00	8,65	37	100,00	3,60	30	100,00	2,92	27	100,00	2,62	1.029	100,00

Quadro preparado pelo autor.

Quadro 14 - Profissões com grande concentração de matrículas – total geral (seção feminina – turnos diurno e noturno)

Profissões	Negociante Comerciante			Funcionário Público			Proprietário Capitalista			Professor			Dentista			Industrial			Total	
	Qtde	% Prof	% TG	Qtde	% Prof	% TG	Qtde	% Prof	% TG	Qtde	% Prof	% TG	Qtde	% Prof	% TG	Qtde	% Prof	% TG	Qtde	%
Cursos	324	46,89	31,49	64	41,29	6,22	42	47,19	4,08	23	62,16	2,24	9	30,00	0,87	7	25,93	0,68	469	45,58
Confecção	90	13,02	8,75	18	11,61	1,75	12	13,48	1,17	4	10,81	0,39	5	16,67	0,49	4	14,81	0,39	133	12,93
Rendas e Bordados	48	6,95	4,66	9	5,81	0,87	10	11,24	0,97	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	67	6,51
Flores e Chapéus	110	15,92	10,69	24	15,48	2,33	7	7,87	0,68	2	5,41	0,19	6	20,00	0,58	3	11,11	0,29	152	14,77
Vocacional	7	1,01	0,68	4	2,58	0,39	2	2,25	0,19	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	13	1,26
Costura	3	0,43	0,29	2	1,29	0,19	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	7,41	0,19	7	0,68
Desenho	109	15,77	10,59	34	21,94	3,30	16	17,98	1,55	8	21,62	0,78	10	33,33	0,97	11	40,74	1,07	188	18,27
Pintura	691	100,00	67,15	155	100,00	15,06	89	100,00	8,65	37	100,00	3,60	30	100,00	2,92	27	100,00	2,62	1.029	100,00

Quadro preparado pelo autor.

Os quadros 15, 16 e 17 apresentam os dados com o perfil ocupacional, dos responsáveis pelos alunos da instituição, distribuídos por curso. Nesse sentido foram declaradas 123 profissões diferentes. Considerando aqueles que não forneceram a profissão, correspondentes a 11,77% do total, as primeiras 16 profissões concentram 85% das matrículas efetuadas, ou seja, 4.657 matrículas. As 824 matrículas restantes, correspondentes a 15% do total, estão distribuídas, ou diluídas, em mais de 87% do universo de profissões. Além disso, 77,6% do universo de 4.012 matrículas (3.113), estando desconsiderados nestes valores aqueles que não forneceram a profissão, estão concentradas nas primeiras seis das 15 profissões (Ferroviário, Negociante/Comerciante, Operário, Lavrador, Funcionário Público, Carpinteiro). Visto de outra forma, 64,4% do total de matrículas estão concentradas em apenas seis das 122 profissões. Entre as primeiras 21 profissões aparecem também “Proprietário/Capitalista” e “Industrial”, respectivamente na 13ª e 21ª posições.

Os alunos, cujos responsáveis declararam como profissão “Ferroviário” – 18,26% do total das matrículas – tinham, aparentemente, maior interesse pelos cursos “Ferroviário” e “Aperfeiçoamento EFS”, visto que, respectivamente, 34,67% e 19,58%, do universo de matrículas dos filhos daqueles profissionais, optaram por cursá-los. Outros cursos com grande procura foram o “Vocacional” e o “Mecânica” com, respectivamente, 15,68% e 12,99%. Assim, para mais de 67% dos filhos de ferroviários, os cursos preferidos foram: “Ferroviário”, “Aperfeiçoamento EFS”, e, “Mecânica”. Desconsiderando os alunos do curso de aperfeiçoamento pois já eram funcionários da ferrovia, a quase totalidade dos demais matriculados, nos outros dois cursos, possivelmente tivessem como objetivo trabalhar também na ferrovia. Os cursos com menor procura foram: “Química Agrícola” – 0,40%; “Tecelagem” – 0,60%; “Plástica” – 2,40%” e “Marcenaria” – 2,80%.

Os alunos, cujos responsáveis declararam como profissão “Negociante/Comerciante” – 12,66% do total das matrículas - tinham aparentemente, menor interesse pelos cursos “Aperfeiçoamento EFS” e “Tecelagem”, visto que, respectivamente 2,16% e 4,32% do universo de matrículas dos filhos daqueles profissionais optaram por cursá-los. Outro curso com menor procura foi o de “Química Agrícola”, escolhido por menos de 3,75% dos alunos. Essa pequena procura pode ser explicada devido ao curso ter sido oferecido durante apenas 4 anos. Por outro lado, “Mecânica” foi o curso preferido por 26,22% dos filhos dos negociantes/comerciantes, seguido pelo curso “Vocacional” com 20,61%, estando as demais matrículas diluídas pelos outros cursos da seguinte forma: “Ferroviário” – 10,95%; “Marcenaria” – 10,23%; “Desenho” – 9,51%; “Matemática Aplicada” – 7,35%; “Plástica” – 4,90%.

Os cursos mais procurados pelos alunos cujos responsáveis se declararam operários – 11,46% do total das matrículas - foram “Mecânica”, com 23,89%, seguido de “Matemática Aplicada”, com 14,81%, “Vocacional”, com 13,85%, “Tecelagem”, com 11,94%, “Desenho”, com 10,83%, “Marcenaria”, com 10,51%, “Ferroviário”, com 8,44%, “Plástica”, com 3,50%. “Aperfeiçoamento EFS” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 1,27% e 0,96%, foram os menos procurados.

Para os alunos dependentes de lavradores – 6,68% do total das matrículas - os cursos mais procurados foram “Mecânica”, com 22,95%; “Vocacional”, com 20,22%; “Tecelagem”, com 15,30%; “Matemática Aplicada”, com 12,02%; “Ferroviário”, com 9,56%; “Marcenaria”, com 7,92%, “Desenho” e “Plástica”, ambos com 4,64% cada um. “Aperfeiçoamento EFS” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 2,19% e 0,55%, foram os menos procurados. Estranha-se que filhos de lavradores não tenham priorizado o curso de química agrícola.

Os filhos dos funcionários públicos - 4,43% do total das matrículas - manifestaram as seguintes preferências: 18,93%, pelo curso “Vocacional”; 16,87%, “Mecânica”; 13,58%, “Ferroviário”; 12,76%, “Desenho”; 11,52%, “Marcenaria”; 9,88%, “Matemática Aplicada”; 8,23%, “Plástica”, 5,35%, “Aperfeiçoamento EFS”. “Química Agrícola” e “Tecelagem”, com, respectivamente, 2,47% e 0,41%, foram os menos procurados.

Para os alunos dependentes dos carpinteiros, que representavam 3,30% do total das matrículas, o curso de maior interesse foi “Desenho”, com 17,68%; em seguida “Mecânica” e “Ferroviário”, ambos com 16,02% cada; “Aperfeiçoamento EFS”, com 13,26%; “Plástica” com 9,94%; “Vocacional”, com 9,39%; “Marcenaria”, com 8,84%, e, “Tecelagem”, com 4,42%. “Matemática Aplicada” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 3,87% e 0,55%, foram os menos procurados.

Para os alunos dependentes das domésticas, que representavam 2,57% do total das matrículas, o curso de maior interesse foi “Ferroviário”, com 20,57%; em seguida “Mecânica”, com 18,44%; “Vocacional”, com 17,73%; “Desenho” com 11,35%; “Matemática Aplicada”, com 9,93%; “Tecelagem” com 7,80%, “Marcenaria”, com 7,09%, e, “Plástica”, com 3,55%. “Aperfeiçoamento EFS” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 2,84% e 0,71%, foram os menos procurados.

Os alunos cujos responsáveis eram marceneiros – 2,24% do total das matrículas - preferiram o curso “Desenho”, com 21,95%; “Ferroviário”, 21,14%; “Mecânica”, 12,20%; “Vocacional”, 10,57%; “Marcenaria”, 9,76%; “Plástica”, 8,94%; “Matemática Aplicada”, 8,13%; e, “Aperfeiçoamento EFS”, com 4,88%. “Tecelagem” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 1,63% e 0,81%, foram os menos procurados.

Os alunos cujos responsáveis eram mecânicos – 2,23% do total das matrículas - preferiram o curso “Mecânica”, com 25,41%; “Matemática Aplicada”, 18,85%; “Desenho”, 15,57%; “Vocacional”, 13,11%; “Ferroviário”, 12,30%; “Marcenaria”, 6,56%; “Tecelagem” e “Plástica”, ambos com 3,28%. “Aperfeiçoamento EFS” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 1,64% e 0%, foram os menos procurados.

Os alunos cujos responsáveis eram pedreiros – 2,23% do total das matrículas - preferiram o curso “Mecânica” e “Vocacional”, com 17,21% cada; “Desenho”, 16,39%; “Ferroviário”, 11,48%; “Plástica”, 10,66%; “Matemática Aplicada”, 9,84%; “Marcenaria”, 9,02%; “Tecelagem”, 5,74%. “Aperfeiçoamento EFS” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 2,46% e 0%, foram os menos procurados.

Os alunos cujos responsáveis eram ferreiros – 1,77% do total das matrículas - preferiram o curso “Ferroviário”, com 21,65%; “Aperfeiçoamento EFS”, 19,59%; “Matemática Aplicada”, 11,43%; “Mecânica”, 13,40%; “Vocacional”, 10,31%; “Desenho”, 7,22%; “Marcenaria”, 6,19%, e “Tecelagem”, com 4,12%. “Plástica” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 2,06% e 1,03%, foram os menos procurados.

Os alunos cujos responsáveis eram alfaiates – 1,57% do total das matrículas - preferiram o curso “Vocacional”, com 25,58%; “Mecânica”, 20,93%; “Ferroviário”, 19,77%; “Desenho”, 6,98%; “Marcenaria”, “Matemática Aplicada”, “Aperfeiçoamento EFS”, e “Plástica”, com 5,81% cada. “Tecelagem” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 2,33% e 1,16%, foram os menos procurados.

A preferência dos alunos cujos responsáveis se declararam proprietários e/ou capitalistas – 1,39% do total das matrículas - recaiu sobre o curso “Mecânica”, com 18,42%; 15,79% preferiram “Desenho” e “Ferroviário”; 13,16%, “Matemática Aplicada”; 11,84%, “Vocacional”; 10,53%,

“Marcenaria”; 5,26%, “Tecelagem”; e, 3,95%, “Química Agrícola”. “Plástica” e “Aperfeiçoamento EFS” com 2,63% cada, foram os cursos menos procurados.

Os alunos cujos responsáveis eram sapateiros – 1,26% do total das matrículas - preferiram o curso “Mecânica”, com 33,33%; “Marcenaria”, 14,49%; “Matemática Aplicada”, “Vocacional”, e “Ferroviário”, cada um com 11,59%; “Desenho”, 10,14%; “Tecelagem” e “Aperfeiçoamento EFS”, ambos com 2,90%. “Plástica” e “Química Agrícola”, com, respectivamente, 1,45% e 0%, foram os menos procurados.

Os alunos cujos responsáveis eram pintores – 1,15% do total das matrículas - preferiram o curso “Mecânica”, com 25,40%; “Vocacional”, 20,63%; “Ferroviário”, 17,46%; “Marcenaria” e “Plástica”, ambos com 11,11%; “Matemática Aplicada”, 7,94%; “Aperfeiçoamento EFS”, 4,76%, e “Desenho” com 1,59%. “Tecelagem” e “Química Agrícola”, ambos com 0% foram os menos procurados.

Quadro 15 – Perfil ocupacional dos responsáveis por curso (seção masculina – turnos diurno e noturno)

Cursos	Mecânica			Marcenaria			Tecelagem			Mat Aplicada			Química Agrícola			Ferroviário			Aperfeiçoamento			Vocacional			Desenho			Plástica			Total	
	Qtde	%Cur	%Prof	Qtde	%Cur	%Prof	Qtde	%Cur	%Prof	Qtde	%Cur	%Prof	Qtde	%Cur	%Prof	Qtde	%Cur	%Prof	Qtde	%Cur	%Prof	Qtde	%Cur	%Prof	Qtde	%Cur	%Prof	Qtde	%			
Ferroviário	130	12,31	12,99	28	6,70	2,80	6	1,78	0,60	49	9,40	4,90	4	4,21	0,40	347	40,07	34,67	196	40,33	19,58	157	17,90	15,68	60	10,64	5,99	24	9,20	2,40	1.001	18,26
Negoc/Comerc	182	17,23	26,22	71	16,99	10,23	30	8,90	4,32	51	9,79	7,35	26	27,37	3,75	76	8,78	10,95	15	3,09	2,16	143	16,31	20,61	66	11,70	9,51	34	13,03	4,90	694	12,66
S/Declarar	96	9,09	14,88	43	10,29	6,67	73	21,66	11,32	67	12,86	10,39	20	21,05	3,10	37	4,27	5,74	126	25,93	19,53	74	8,44	11,47	73	12,94	11,32	36	13,79	5,58	645	11,77
Operário	150	14,20	23,89	66	15,79	10,51	75	22,26	11,94	93	17,85	14,81	6	6,32	0,96	53	6,12	8,44	8	1,65	1,27	87	9,92	13,85	68	12,06	10,83	22	8,43	3,50	628	11,46
Lavrador	84	7,95	22,95	29	6,94	7,92	56	16,62	15,30	44	8,45	12,02	2	2,11	0,55	35	4,04	9,56	8	1,65	2,19	74	8,44	20,22	17	3,01	4,64	17	6,51	4,64	366	6,68
Func.Público	41	3,88	16,87	28	6,70	11,52	1	0,30	0,41	24	4,61	9,88	6	6,32	2,47	33	3,81	13,58	13	2,67	5,35	46	5,25	18,93	31	5,50	12,76	20	7,66	8,23	243	4,43
Carpinteiro	29	2,75	16,02	16	3,83	8,84	8	2,37	4,42	7	1,34	3,87	1	1,05	0,55	29	3,35	16,02	24	4,94	13,26	17	1,94	9,39	32	5,67	17,68	18	6,90	9,94	181	3,30
Doméstica	26	2,46	18,44	10	2,39	7,09	11	3,26	7,80	14	2,69	9,93	1	1,05	0,71	29	3,35	20,57	4	0,82	2,84	25	2,85	17,73	16	2,84	11,35	5	1,92	3,55	141	2,57
Marceneiro	15	1,42	12,20	12	2,87	9,76	2	0,59	1,63	10	1,92	8,13	1	1,05	0,81	26	3,00	21,14	6	1,23	4,88	13	1,48	10,57	27	4,79	21,95	11	4,21	8,94	123	2,24
Mecânico	31	2,94	25,41	8	1,91	6,56	4	1,19	3,28	23	4,41	18,85	0	0,00	0,00	15	1,73	12,30	2	0,41	1,64	16	1,82	13,11	19	3,37	15,57	4	1,53	3,28	122	2,23
Pedreiro	21	1,99	17,21	11	2,63	9,02	7	2,08	5,74	12	2,30	9,84	0	0,00	0,00	14	1,62	11,48	3	0,62	2,46	21	2,39	17,21	20	3,55	16,39	13	4,98	10,66	122	2,23
Ferreiro	13	1,23	13,40	6	1,44	6,19	4	1,19	4,12	14	2,69	14,43	1	1,05	1,03	21	2,42	21,65	19	3,91	19,59	10	1,14	10,31	7	1,24	7,22	2	0,77	2,06	97	1,77
Alfaiate	18	1,70	20,93	5	1,20	5,81	2	0,59	2,33	5	0,96	5,81	1	1,05	1,16	17	1,96	19,77	5	1,03	5,81	22	2,51	25,58	6	1,06	6,98	5	1,92	5,81	86	1,57
Prop/Capital	14	1,33	18,42	8	1,91	10,53	4	1,19	5,26	10	1,92	13,16	3	3,16	3,95	12	1,39	15,79	2	0,41	2,63	9	1,03	11,84	12	2,13	15,79	2	0,77	2,63	76	1,39
Sapateiro	23	2,18	33,33	10	2,39	14,49	2	0,59	2,90	8	1,54	11,59	0	0,00	0,00	8	0,92	11,59	2	0,41	2,90	8	0,91	11,59	7	1,24	10,14	1	0,38	1,45	69	1,26
Pintor	16	1,52	25,40	7	1,67	11,11	0	0,00	0,00	5	0,96	7,94	0	0,00	0,00	11	1,27	17,46	3	0,62	4,76	13	1,48	20,63	1	0,18	1,59	7	2,68	11,11	63	1,15
Tecelão	10	0,95	16,39	2	0,48	3,28	20	5,93	32,79	6	1,15	9,84	0	0,00	0,00	7	0,81	11,48	3	0,62	4,92	11	1,25	18,03	2	0,35	3,28	0	0,00	0,00	61	1,11
G Livro	9	0,85	15,25	9	2,15	15,25	3	0,89	5,08	3	0,58	5,08	3	3,16	5,08	10	1,15	16,95	3	0,62	5,08	5	0,57	8,47	11	1,95	18,64	3	1,15	5,08	59	1,08
Eletricista	11	1,04	27,50	2	0,48	5,00	0	0,00	0,00	5	0,96	12,50	0	0,00	0,00	5	0,58	12,50	0	0,00	0,00	15	1,71	37,50	2	0,35	5,00	0	0,00	0,00	40	0,73
Agricultor	5	0,47	12,82	0	0,00	0,00	4	1,19	10,26	5	0,96	12,82	1	1,05	2,56	8	0,92	20,51	1	0,21	2,56	7	0,80	17,95	7	1,24	17,95	1	0,38	2,56	39	0,71
Barbeiro	8	0,76	20,51	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	6	1,15	15,38	3	3,16	7,69	7	0,81	17,95	1	0,21	2,56	9	1,03	23,08	2	0,35	5,13	3	1,15	7,69	39	0,71
Industrial	9	0,85	25,71	2	0,48	5,71	0	0,00	0,00	1	0,19	2,86	5	5,26	14,29	4	0,46	11,43	0	0,00	0,00	1	0,11	2,86	12	2,13	34,29	1	0,38	2,86	35	0,64
Ajustador	8	0,76	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	7	1,34	21,88	0	0,00	0,00	10	1,15	31,25	4	0,82	12,50	2	0,23	6,25	1	0,18	3,13	0	0,00	0,00	32	0,58
Motorista	4	0,38	13,33	3	0,72	10,00	0	0,00	0,00	1	0,19	3,33	1	1,05	3,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	13	1,48	43,33	6	1,06	20,00	2	0,77	6,67	30	0,55
Carroceiro	8	0,76	28,57	1	0,24	3,57	1	0,30	3,57	4	0,77	14,29	0	0,00	0,00	8	0,92	28,57	0	0,00	0,00	3	0,34	10,71	3	0,53	10,71	0	0,00	0,00	28	0,51
Escriturário	3	0,28	10,71	3	0,72	10,71	4	1,19	14,29	2	0,38	7,14	0	0,00	0,00	3	0,35	10,71	4	0,82	14,29	5	0,57	17,86	2	0,35	7,14	2	0,77	7,14	28	0,51
Fundidor	0	0,00	0,00	1	0,24	4,17	0	0,00	0,00	3	0,58	12,50	0	0,00	0,00	3	0,35	12,50	7	1,44	29,17	3	0,34	12,50	7	1,24	29,17	0	0,00	0,00	24	0,44
Artista	5	0,47	21,74	10	2,39	43,48	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	1,05	4,35	0	0,00	0,00	1	0,21	4,35	4	0,46	17,39	1	0,18	4,35	1	0,38	4,35	23	0,42
Torneiro	1	0,09	4,35	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,77	17,39	0	0,00	0,00	6	0,69	26,09	4	0,82	17,39	5	0,57	21,74	3	0,53	13,04	0	0,00	0,00	23	0,42
Viajante	9	0,85	39,13	1	0,24	4,35	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,35	13,04	0	0,00	0,00	5	0,57	21,74	3	0,53	13,04	2	0,77	8,70	23	0,42

Seleiro	7	0,66	36,84	0	0,00	0,00	1	0,30	5,26	2	0,38	10,53	0	0,00	0,00	2	0,23	10,53	2	0,41	10,53	3	0,34	15,79	1	0,18	5,26	1	0,38	5,26	19	0,35
Construtor	7	0,66	38,89	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	1,05	5,56	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,23	11,11	5	0,89	27,78	3	1,15	16,67	18	0,33
Oleiro	4	0,38	22,22	1	0,24	5,56	1	0,30	5,56	5	0,96	27,78	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,34	16,67	3	0,53	16,67	1	0,38	5,56	18	0,33
Padeiro	5	0,47	35,71	2	0,48	14,29	0	0,00	0,00	1	0,19	7,14	1	1,05	7,14	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,46	28,57	1	0,18	7,14	0	0,00	0,00	14	0,26
Chapeleiro	4	0,38	30,77	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	6	1,15	46,15	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,18	7,69	2	0,77	15,38	13	0,24
Corretor	5	0,47	38,46	3	0,72	23,08	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,46	30,77	1	0,18	7,69	0	0,00	0,00	13	0,24
Professor	2	0,19	16,67	2	0,48	16,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	2,11	16,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,11	8,33	3	0,53	25,00	2	0,77	16,67	12	0,22
Jardineiro	3	0,28	27,27	1	0,24	9,09	0	0,00	0,00	3	0,58	27,27	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,23	18,18	0	0,00	0,00	2	0,77	18,18	11	0,20
Ourives	5	0,47	45,45	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,58	27,27	0	0,00	0,00	1	0,12	9,09	0	0,00	0,00	2	0,23	18,18	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	11	0,20
Citricultor	0	0,00	0,00	2	0,48	20,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	6	0,69	60,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,35	20,00	0	0,00	0,00	10	0,18
Comerciário	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,59	20,00	2	0,38	20,00	0	0,00	0,00	1	0,12	10,00	2	0,41	20,00	1	0,11	10,00	1	0,18	10,00	1	0,38	10,00	10	0,18
G Noturno	2	0,19	20,00	4	0,96	40,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,23	20,00	0	0,00	0,00	2	0,77	20,00	10	0,18
Caldeireiro	1	0,09	11,11	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,23	22,22	4	0,82	44,44	2	0,23	22,22	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	9	0,16
Empreiteiro	3	0,28	42,86	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,58	42,86	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,11	14,29	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	7	0,13
Farmacêutico	0	0,00	0,00	1	0,24	14,29	2	0,59	28,57	0	0,00	0,00	1	1,05	14,29	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,23	28,57	0	0,00	0,00	1	0,38	14,29	7	0,13
Modelador	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,82	57,14	1	0,11	14,29	2	0,35	28,57	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	7	0,13
Costureira	1	0,09	16,67	2	0,48	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	2,11	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,18	16,67	0	0,00	0,00	6	0,11
Militar	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,30	16,67	1	0,19	16,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,62	50,00	1	0,11	16,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	6	0,11
Dentista	1	0,09	20,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,23	40,00	1	0,18	20,00	1	0,38	20,00	5	0,09
Escrivão	1	0,09	20,00	2	0,48	40,00	0	0,00	0,00	2	0,38	40,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	5	0,09
Relojoeiro	2	0,19	40,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	1,05	20,00	1	0,12	20,00	0	0,00	0,00	1	0,11	20,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	5	0,09
Cobrador	3	0,28	75,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,19	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,07
Engenheiro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,71	100,00	0	0,00	0,00	4	0,07
Garçon	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,35	75,00	0	0,00	0,00	1	0,11	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,07
Mestre Tecelagem	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	1,19	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,07
Sacristão	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,35	75,00	0	0,00	0,00	1	0,11	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,07
Soldador	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,23	50,00	1	0,21	25,00	1	0,11	25,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,07
Açougueiro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,19	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,21	33,33	0	0,00	0,00	1	0,18	33,33	0	0,00	0,00	3	0,05
Armador	1	0,09	33,33	1	0,24	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,11	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,05
Carvoeiro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,30	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,12	33,33	1	0,21	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,05
Condutor	0	0,00	0,00	2	0,48	66,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,11	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,05
Contador	1	0,09	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,23	66,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,05
Encanador	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,23	66,67	0	0,00	0,00	1	0,38	33,33	3	0,05
Enfermeiro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,59	66,67	1	0,19	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,05
Porteiro	2	0,19	66,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,18	33,33	0	0,00	0,00	3	0,05
Serralheiro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,53	100,00	0	0,00	0,00	3	0,05

Esculpidor	1	0,09	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,02			
Feitor	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,19	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,02			
Ferralheiro	1	0,09	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,02			
Fotógrafo	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,18	100,00	0	0,00	0,00	1	0,02			
Frentista	1	0,09	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,02			
Frezador	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,21	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,02			
G Civil	1	0,09	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,02			
G Fabri Tex	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,18	100,00	0	0,00	0,00	1	0,02			
Gravador	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,30	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,02			
Lavadeira	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,38	100,00	1	0,02			
Marmorista	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,38	100,00	1	0,02			
Médico	1	0,09	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,02			
Mest Fiação	1	0,09	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,02			
Operador	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,38	100,00	1	0,02			
Pespontador	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,12	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,02			
Q.Prático	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,11	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,02			
Reformador	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,21	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,02			
Servente	1	0,09	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,02			
Sorveteiro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,11	100,00	0	0,00	0,00	1	0,02			
Torrador de café	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,12	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,02			
Vaqueiro	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,38	100,00	1	0,02			
Total	1056	100,00	19,27	418	100,00	7,63	337	100,00	6,15	521	100,00	9,51	95	100,00	1,73	866	100,00	15,80	486	100,00	8,87	877	100,00	16,00	564	100,00	10,29	261	100,00	4,76	5.481	100,00
123																														5.481	100,00	

Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 16 – Profissões com grande concentração de matrículas (seção masculina – turnos diurno e noturno)

Profissões	Ferroviário			Negociante Comerciante			Operário			Lavrador			Func.Público			Carpinteiro			Doméstica			Total	
	Qtde	% Prof	% Cur	Qtde	% Prof	% Cur	Qtde	% Prof	% Cur	Qtde	% Prof	% Cur	Qtde	% Prof	% Cur	Qtde	% Prof	% Cur	Qtde	% Prof	% Cur	Qtde	% Prof
Mecânica	130	12,99	20,25	182	26,22	28,35	150	23,89	23,36	84	22,95	13,08	41	16,87	6,39	29	16,02	4,52	26	18,44	4,05	642	19,73
Marcenaria	28	2,80	11,29	71	10,23	28,63	66	10,51	26,61	29	7,92	11,69	28	11,52	11,29	16	8,84	6,45	10	7,09	4,03	248	7,62
Tecelagem	6	0,60	3,21	30	4,32	16,04	75	11,94	40,11	56	15,30	29,95	1	0,41	0,53	8	4,42	4,28	11	7,80	5,88	187	5,75
Mat Aplicada	49	4,90	17,38	51	7,35	18,09	93	14,81	32,98	44	12,02	15,60	24	9,88	8,51	7	3,87	2,48	14	9,93	4,96	282	8,67
Química Agrícola	4	0,40	8,70	26	3,75	56,52	6	0,96	13,04	2	0,55	4,35	6	2,47	13,04	1	0,55	2,17	1	0,71	2,17	46	1,41
Ferroviário	347	34,67	57,64	76	10,95	12,62	53	8,44	8,80	35	9,56	5,81	33	13,58	5,48	29	16,02	4,82	29	20,57	4,82	602	18,50
Aperfeiçoamento	196	19,58	73,13	15	2,16	5,60	8	1,27	2,99	8	2,19	2,99	13	5,35	4,85	24	13,26	8,96	4	2,84	1,49	268	8,24
Vocacional	157	15,68	28,60	143	20,61	26,05	87	13,85	15,85	74	20,22	13,48	46	18,93	8,38	17	9,39	3,10	25	17,73	4,55	549	16,87
Desenho	60	5,99	20,69	66	9,51	22,76	68	10,83	23,45	17	4,64	5,86	31	12,76	10,69	32	17,68	11,03	16	11,35	5,52	290	8,91
Plástica	24	2,40	17,14	34	4,90	24,29	22	3,50	15,71	17	4,64	12,14	20	8,23	14,29	18	9,94	12,86	5	3,55	3,57	140	4,30
Total	1.001	100,00	30,76	694	100,00	21,33	628	100,00	19,30	366	100,00	11,25	243	100,00	7,47	181	100,00	5,56	141	100,00	4,33	3.254	100,00

Quadro elaborado pelo autor.

Quadro 17 - Profissões com grande concentração de matrículas – total geral (seção masculina – turnos diurno e noturno)

Profissões	Ferroviário			Negociante Comerciante			Operário			Lavrador			Func.Público			Carpinteiro			Doméstica			Total	
	Qtde	% Prof	% TG	Qtde	% Prof	% TG	Qtde	% Prof	% TG	Qtde	% Prof	% TG	Qtde	% Prof	% TG	Qtde	% Prof	% TG	Qtde	% Prof	% TG	Qtde	% Prof
Mecânica	130	12,99	4,00	182	26,22	5,59	150	23,89	4,61	84	22,95	2,58	41	16,87	1,26	29	16,02	0,89	26	18,44	0,80	642	19,73
Marcenaria	28	2,80	0,86	71	10,23	2,18	66	10,51	2,03	29	7,92	0,89	28	11,52	0,86	16	8,84	0,49	10	7,09	0,31	248	7,62
Tecelagem	6	0,60	0,18	30	4,32	0,92	75	11,94	2,30	56	15,30	1,72	1	0,41	0,03	8	4,42	0,25	11	7,80	0,34	187	5,75
Mat Aplicada	49	4,90	1,51	51	7,35	1,57	93	14,81	2,86	44	12,02	1,35	24	9,88	0,74	7	3,87	0,22	14	9,93	0,43	282	8,67
Química Agrícola	4	0,40	0,12	26	3,75	0,80	6	0,96	0,18	2	0,55	0,06	6	2,47	0,18	1	0,55	0,03	1	0,71	0,03	46	1,41
Ferroviário	347	34,67	10,66	76	10,95	2,34	53	8,44	1,63	35	9,56	1,08	33	13,58	1,01	29	16,02	0,89	29	20,57	0,89	602	18,50
Aperfeiçoamento	196	19,58	6,02	15	2,16	0,46	8	1,27	0,25	8	2,19	0,25	13	5,35	0,40	24	13,26	0,74	4	2,84	0,12	268	8,24
Vocacional	157	15,68	4,82	143	20,61	4,39	87	13,85	2,67	74	20,22	2,27	46	18,93	1,41	17	9,39	0,52	25	17,73	0,77	549	16,87
Desenho	60	5,99	1,84	66	9,51	2,03	68	10,83	2,09	17	4,64	0,52	31	12,76	0,95	32	17,68	0,98	16	11,35	0,49	290	8,91
Plástica	24	2,40	0,74	34	4,90	1,04	22	3,50	0,68	17	4,64	0,52	20	8,23	0,61	18	9,94	0,55	5	3,55	0,15	140	4,30
Total	1.001	100,00	30,76	694	100,00	21,33	628	100,00	19,30	366	100,00	11,25	243	100,00	7,47	181	100,00	5,56	141	100,00	4,33	3.254	100,00

Quadro elaborado pelo autor.

Os quadros 18 e 19 fornecem informações sobre a distribuição urbana, referente à nacionalidade, dos responsáveis pelas alunas e alunos. Neste sentido, 17 nacionalidades diferentes foram apontadas pelas alunas e 22 pelos alunos, destacando-se, respectivamente, a brasileira, com 58,1% e 61,89%; a italiana, com 17,46% e 15,76%; a espanhola, com 8,98% e 6,44%; a portuguesa, com 5,91% e 4,34%; e a Síria, com 3,34% e 1,55%.

Dentre as alunas e alunos moradores do Centro, os descendentes de brasileiros representavam, respectivamente, 60,91% e 66,79%; de italianos 18,33% e 17,95%; de portugueses 6,17% e 4,07%; de espanhóis 5,93% e 4,07%; e as de sírios 4,21% e 1,99%. Por outro lado, considerando apenas descendentes de brasileiros e moradores do centro, 59,02% eram do sexo feminino e 42,57% do masculino; 17,99% e 28,04%, respectivamente, moravam no Além Linha; 10,80% e 12,71% moravam no Além Ponte; 5,57% e 7,87% moravam em outras cidades; 3,33% e 3,86% moravam no Cerrado; 2,24% e 4,42% não declararam bairro de moradia; e 1,03% e 0,53% moravam em Pinheiros/Lajeado. Dos descendentes de italianos, 59,08% e 44,86% moravam no Centro; 18,36% e 32,37% moravam no Além Linha; 10,71% e 8,90% moravam no Além Ponte; 5,93% e 6,01% moravam em outras cidades; 2,87% e 4,05% não declararam bairro de moradia; 2,49% e 3,47% moravam no Cerrado, e 0,57% e 0,35% moravam em Pinheiros/Lajeado. Dentre os descendentes de portugueses, 58,76% e 36,97% se declararam moradores do Centro; 25,99% e 34,03% do Além Linha; 5,65% e 11,34% do Além Ponte e outros 5,65% e 8,40% do Cerrado; 2,26% e 3,78% não declararam bairro de moradia, e, 1,69% e 5,46% moravam em outras cidades. Dos descendentes de espanhóis, 37,17% e 24,93% moravam no Centro; 34,94% e 39,09% moravam no Além Ponte, conhecido como o reduto dos espanhóis; 14,13% e 19,25% no Além Linha; 7,43% e 9,92% em outras cidades; 3,72% e 0,00% em Pinheiros/Lajeado, bairro próximo do Além Ponte; e 2,60% e 4,82% não declararam bairro de moradia. Dentre os descendentes de sírios, 71% e 50,59% se declararam moradores do Centro; 19% e 12,94% do Além Linha; 4% e 10,59% do Além Ponte e outros 4% e 14,12% de outras cidades; 2% e 2,35% não declararam local de residência.

Das alunas e alunos moradores do Além Linha: descendentes de brasileiros representavam, respectivamente, 58,07% e 64,65%; descendentes de italianos 17,81% e 19,03%; descendentes de portugueses 8,53% e 5,51%; descendentes de espanhóis 7,05% e 4,62%; e descendentes de sírios 3,53% e 0,75%.

Responsáveis moradores do Além Ponte tiveram suas nacionalidades computadas da seguinte forma: descendentes de brasileiros, do sexo feminino e masculino representavam, respectivamente, 51,09% e 59,21%; os descendentes de italianos, 15,22% e 10,59%; os descendentes de portugueses, 2,72% e 3,71%; os descendentes de espanhóis, 25,54% e 18,98%; e os descendentes de sírios, 1,09% e 1,24%.

Dentre as alunas e alunos moradores do Pinheiros/Lajeado, descendentes de brasileiros representavam, respectivamente, 56,25% e 72,00%; os descendentes de italianos, 9,38% e 12,00%; as descendentes de espanhóis, 31,25%; .

Alunas e alunos moradores do Cerrado: descendentes de brasileiras representavam, respectivamente, 68,24% e 64,85%; descendentes de italianos, 15,29% e 14,85%; descendentes de portugueses, 11,76% e 9,90%; os descendentes de espanhóis, 3,47%; e os descendentes de sírios, 3,96%.

Das moradoras e moradores de outras cidades, os descendentes de brasileiros representavam, respectivamente, 59,51% e 67,77%; os descendentes de italianos, 19,02% e 13,20%; os descendentes de portugueses, 1,84% e 3,30%; os descendentes de espanhóis, 12,27% e 8,88%; e os descendentes de sírios, 2,45% e 3,05%.

Dentre aquelas e aqueles que não declararam endereço de moradia, os descendentes de brasileiros representavam, respectivamente, 31,97% e 30,00%; os descendentes de italianos, 12,30% e 7,00%; os descendentes de portugueses, 3,28% e 1,80%; os descendentes de espanhóis, 5,74% e 3,40%; e os descendentes de sírios, 1,64% e 0,40%. Não declararam nacionalidade, 48,60% e 55,60%.

Quadro 18 – distribuição urbana dos responsáveis (seção feminina – turnos diurno e noturno)

Resumo (1929 - 1941) - Nacionalidade e residência - feminino - todos os cursos																							
	Centro			Além Linha			Além Ponte			Pinheiros			Cerrado			Outras cidades			Sem Declarar			Total	
	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	%
Alemã	5	0,30	50,00	3	0,56	30,00	1	0,27	10,00	0	0,00	0,00	1	1,18	10,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	10	0,33
Austriaca	12	0,71	54,55	0	0,00	0,00	5	1,36	22,73	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	5	3,07	22,73	0	0,00	0,00	22	0,73
Brasileira	1027	60,91	59,02	313	58,07	17,99	188	51,09	10,80	18	56,25	1,03	58	68,24	3,33	97	59,51	5,57	39	31,97	2,24	1.740	58,10
Dinamarquesa	0	0,00	0,00	2	0,37	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,07
Egípcia	3	0,18	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,10
Espanhola	100	5,93	37,17	38	7,05	14,13	94	25,54	34,94	10	31,25	3,72	0	0,00	0,00	20	12,27	7,43	7	5,74	2,60	269	8,98
Francesa	4	0,24	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,13
Inglesa	0	0,00	0,00	2	0,37	50,00	2	0,54	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,13
Italiana	309	18,33	59,08	96	17,81	18,36	56	15,22	10,71	3	9,38	0,57	13	15,29	2,49	31	19,02	5,93	15	12,30	2,87	523	17,46
Japonesa	1	0,06	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,03
Libanesa	2	0,12	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,07
Norte Americana	2	0,12	66,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,82	33,33	3	0,10
Polonesa	4	0,24	57,14	3	0,56	42,86	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	7	0,23
Portuguesa	104	6,17	58,76	46	8,53	25,99	10	2,72	5,65	0	0,00	0,00	10	11,76	5,65	3	1,84	1,69	4	3,28	2,26	177	5,91
Romena	2	0,12	25,00	0	0,00	0,00	4	1,09	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	1,64	25,00	8	0,27
Russa	13	0,77	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	13	0,43
S/Declarar	27	1,60	25,23	17	3,15	15,89	4	1,09	3,74	1	3,13	0,93	3	3,53	2,80	3	1,84	2,80	52	42,62	48,60	107	3,57
Síria	71	4,21	71,00	19	3,53	19,00	4	1,09	4,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	2,45	4,00	2	1,64	2,00	100	3,34
Total	1.686	100,00	56,29	539	100,00	18,00	368	100,00	12,29	32	100,00	1,07	85	100,00	2,84	163	100,00	5,44	122	100,00	4,07	2.995	100,00

Quadro preparado pelo autor.

Quadro 19 – distribuição urbana dos responsáveis (seção masculina – turnos diurno e noturno)

Resumo (1929 - 1941) - Nacionalidade e residência - masculino - todos os cursos																							
	Centro			Além Linha			Além Ponte			Pinheiros			Cerrado			Outras cidades			Sem Declarar			Total	
	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	% bairro	% Nac	Qtde	%
Alemã	22	1,02	35,48	31	2,11	50,00	2	0,28	3,23	0	0,00	0,00	1	0,50	1,61	1	0,25	1,61	5	1,00	8,06	62	1,13
Argentina		0,00	0,00	1	0,07	33,33	1	0,14	33,33	0	0,00	0,00	1	0,50	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,05
Armênia	1	0,05	50,00	0	0,00	0,00	1	0,14	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,04
Austríaca	4	0,19	36,36	1	0,07	9,09	5	0,69	45,45	0	0,00	0,00	1	0,50	9,09	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	11	0,20
Belga	1	0,05	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,02
Brasileira	1444	66,79	42,57	951	64,65	28,04	431	59,28	12,71	18	72,00	0,53	131	64,85	3,86	267	67,77	7,87	150	30,00	4,42	3.392	61,89
Espanhola	88	4,07	24,93	68	4,62	19,26	138	18,98	39,09	0	0,00	0,00	7	3,47	1,98	35	8,88	9,92	17	3,40	4,82	353	6,44
Francesa	2	0,09	40,00	1	0,07	20,00	2	0,28	40,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	5	0,09
Grega	2	0,09	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	2	0,04
Húngara	0	0,00	0,00	3	0,20	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,05
Italiana	388	17,95	44,86	280	19,03	32,37	77	10,59	8,90	3	12,00	0,35	30	14,85	3,47	52	13,20	6,01	35	7,00	4,05	865	15,78
Japonesa	0	0,00	0,00	4	0,27	57,14	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,60	42,86	7	0,13
Libanesa	2	0,09	66,67	0	0,00	0,00	1	0,14	33,33	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	3	0,05
Norte Americana	1	0,05	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,02
Polonesa	12	0,56	80,00	3	0,20	20,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	15	0,27
Portuguesa	88	4,07	36,97	81	5,51	34,03	27	3,71	11,34	0	0,00	0,00	20	9,90	8,40	13	3,30	5,46	9	1,80	3,78	238	4,34
Romena	2	0,09	50,00	0	0,00	0,00	2	0,28	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	4	0,07
Russa	8	0,37	72,73	3	0,20	27,27	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	11	0,20
S/Declarar	38	1,76	9,52	33	2,24	8,27	29	3,99	7,27	4	16,00	1,00	3	1,49	0,75	14	3,55	3,51	278	55,60	69,67	399	7,28
Síria	43	1,99	50,59	11	0,75	12,94	9	1,24	10,59	0	0,00	0,00	8	3,96	9,41	12	3,05	14,12	2	0,40	2,35	85	1,55
Sueca	5	0,23	83,33	0	0,00	0,00	1	0,14	16,67	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	6	0,11
Suíça	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,14	50,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	1	0,20	50,00	2	0,04
Uruguaia	11	0,51	100,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00	11	0,20
Total	2.162	100,00	39,45	1.471	100,00	26,84	727	100,00	13,26	25	100,00	0,46	202	100,00	3,69	394	100,00	7,19	500	100,00	9,12	5.481	100,00

Quadro preparado pelo autor.

CONCLUSÃO

Um Estado bem constituído é fiador da civilização. A civilização se opera pelo desenvolvimento da cultura do povo. E ao lado da cultura intelectualista precisa florescer e preponderar à cultura técnica, a formação profissional à base do manualismo. Ninguém ignora que os povos que exercem a supremacia mundial firmaram o seu poderio pela exploração manufatureira e pelo apego aos trabalhos manuais e às indústrias. As escolas profissionais abrem suas portas para as gerações novas que precisam se adestrar nas habilidades manuais. Esta é a empolgante finalidade da educação cujo progresso São Paulo impulsiona com desvelo. (SILVEIRA, 1937).

A proposta de fornecer subsídios para entender a origem, a instalação, a evolução e as mudanças ocorridas no ensino de uma das oito escolas profissionais mais antigas do estado de São Paulo, a *Escola Profissional Mixta de Sorocaba*, aconteceu através de buscas e análises nos documentos existentes no muito bem elaborado Centro de Memória, detentor e guardião do ensino ministrado pela instituição. Neste sentido, o Centro de Memória tem passado por constantes atualizações, e assim deve acontecer sempre que for necessário, em função do surgimento e descoberta de novos documentos que a ele são anexados.

Percebe-se, pelos estudos realizados, que diversos membros da elite sorocabana tiveram participação na nascente indústria ferroviária e nas instituições que visavam a qualificação dos cidadãos através da instrução popular, demonstrado o forte poderio político da época, período em que sempre existiam representantes da região no Senado; e, econômico, através de cafeicultores, citricultores, comerciantes e industriais conhecidos nacionalmente. Ressalte-se que este poderio está expresso em 1929, ano da instalação da escola, através da política, inclusive com Julio Prestes então governador do Estado; da economia, sendo Sorocaba o segundo maior centro industrial do Estado, atrás somente da Capital; e, da densidade demográfica, sendo a 5ª cidade mais populosa do Estado. Com este quadro, a implementação da escola parece compor um modelo que deveria ser implementado em locais previamente estabelecidos e com objetivo muito bem delineado, ou seja, escolas de nível secundário, que funcionariam no período diurno, para a minoria, e outras, diurnas e noturnas, para os filhos dos trabalhadores. Assim, a instalação acontece no momento em que se consolida uma nova proposta de qualificação, baseada na especialização do trabalhador em uma

única operação, na sua moralização e ajuste à sociedade de classes, e, em cursos que pudessem fornecer, em curto espaço de tempo, mão-de-obra preparada às indústrias. Observa-se, ainda, a grande importância da instituição para esse modelo de ensino, pelo funcionamento de uma estação de rádio que permitia a comunicação com os gestores do ensino no estado; pelo Gabinete Dentário; pelo Dispensário de Puericultura; pelo Núcleo da Corporação Escolar de Bandeirantes; pelo internato instalado a partir de 1951; e, além destes, em 1939, os 716 alunos e alunas representavam 10% das matrículas de todas as escolas profissionais existentes.

Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba, denominação original da instituição, criada pela Lei nº 1860, de 30 de Dezembro de 1921, só foi instalada em 1929. Um dos possíveis motivos para a demora de quase oito anos da instalação da escola pode ser a reforma da instrução pública ocorrida em 1925. Neste sentido, segundo Moraes (1990, p. 226), “a omissão maior situava-se na não instalação das inúmeras escolas criadas. A lei ‘pecava por omissão’. Se o problema era de verbas, bastava adotar o regime norte-americano do ‘*self-government*’, ou seja, oficializar a seção industrial das escolas, ‘dando-lhes a amplitude precisa para vir a constituir a verdadeira fonte de receita necessária à manutenção da casa’.” De outra forma, o diálogo entre políticos e moradores locais, normalmente pautado por pedidos efetuados por estes, revela a forma como se fazia política: se efetivamente a decisão de instalar a escola foi motivada pelo diálogo, a política serviria para atender pedidos efetuados por eleitores, muitas vezes influentes em suas regiões; ou, se a decisão de instalação era fato consumado antes de o pedido ser feito, a política serviria para determinar o momento e a forma de como essa decisão seria transferida às populações. Em qualquer situação está implícita a necessidade de dar maior visibilidade à obra e ao autor da mesma.

A instituição teve ao longo de sua existência várias denominações diferentes, chegando, inclusive, a perder o nome de seu patrono. Neste aspecto, a supressão do nome Fernando Prestes, assim como o da praça matriz da cidade, está ligada com a revolução de 30 e a necessidade dos novos governantes em aniquilar politicamente grupos que possuíssem respaldo popular e que pudessem atrapalhar os novos projetos para a nação. Por outro lado, a expressão “*Mixta*” trazida pela instituição durante muitos anos, como parte de seu nome, pode indicar a necessidade de transformação cultural exigida pela nova ordem capitalista. Neste sentido, mesmo considerando-se as razões de ordem cultural no que diz respeito às relações homem/mulher, pode-se entender que as inovações relacionadas à mulher, trazidas para o ensino profissional, visavam discipliná-la e prepará-la como mulher independente, operária e consumidora, em função de um novo modelo de

trabalhador, e de mercado, que também estava sendo formado, trabalhador este que passaria, a partir daquele momento, a maior parte do seu tempo fora do lar. Para atingir tal objetivo, paradoxalmente, seria necessário manter regras culturais existentes, impedindo que alunos e alunas se relacionassem no interior da escola, mantendo, para isto, entradas ou prédios independentes. Assim, a instituição foi instalada na Rua Barão do Rio Branco, esquina com a Rua Álvaro Soares, ruas centrais da cidade, contendo dois andares e que anteriormente havia abrigado uma empresa beneficiadora de algodão, pertencente a Mateus Maylasky, e, posteriormente um hotel. A casa possuía duas entradas, sendo uma reservada ao setor masculino, pela Rua Barão do Rio Branco, e a outra, reservada ao setor feminino, pela Rua José Bonifácio, atrás da escola. Em 1930, a seção feminina foi transferida para a Rua Monsenhor João Soares, no “sobradão” do “Barão de Mogi Mirim enquanto a masculina permaneceu no prédio original.” (MORAES; ALVES, 2002, p. 150).

A análise das 8.476 matrículas efetuadas durante o período analisado revela que 90% dos alunos não concluíam os cursos, motivados pela necessidade do trabalho e oferta de empregos existentes, principalmente disponibilizados pela ferrovia. Mesmo após o ano de 1934, com a introdução do curso “*Vocacional*”, o número de concluintes não aumentou. Neste sentido pode-se deduzir que o curso não foi criado como forma de evitar a evasão, mas de adequação do interessado ao curso que exigisse as características demonstradas pelo aluno. E, mais, o curso desenvolvido em cooperação com a Estrada de Ferro Sorocabana, como era o curso “*Aperfeiçoamento de Ferroviários*”, destinado aos funcionários da empresa, conseguiu diplomar apenas 15% dos alunos matriculados. Assim, apenas 817 alunos foram diplomados em seus respectivos cursos. Neste sentido, algumas questões se fazem pertinentes: apenas as necessidades financeiras, associadas ao surgimento de oportunidades de trabalho, explicariam tão alto índice de evasão? Ou, ainda, responderia a escola às expectativas dos discentes e suas famílias? Do total de matrículas, 65% eram do sexo masculino e 57,5% estudavam no período diurno; do total de diplomados, 61% eram deste mesmo sexo. Com relação à origem dos alunos, 86% moravam em Sorocaba e mais de 6,5% vinham de outras cidades demonstrando a penetração regional conseguida pela instituição; o *Centro* da cidade era o maior fornecedor de alunos com 45,2%, *Além Linha* forneceu 23,8% e *Além Ponte* 13% dos matriculados. Outro dado bastante representativo diz respeito ao fato de que as mulheres representavam pouco mais de 1/3 das matrículas efetuadas. Estaria este número relacionado à cultura da época, ao “destino” das mulheres como os mais antigos diziam, ou seja, “elas não precisam estudar, nasceram para casar”? Com relação às alunas, 53,7% do total de matrículas

“preferiram” os cursos diurnos. Estaria esta “preferência” relacionada com as restrições à presença de mulheres fora de casa à noite?

Destaca-se a baixa preferência pelo curso “Tecelagem”, cabendo perguntar: porque este curso ofertado ao setor masculino da escola e supostamente condizente com uma fatia do mercado de trabalho local, era pouco demandado pelos alunos? Eram os profissionais relacionados à ferrovia melhores remunerados? Ou a oferta de vagas destinadas aos profissionais atuantes na indústria têxtil era inferior à oferta da ferrovia? Ou, ainda, questões culturais influenciavam minimamente nas escolhas? Outro fator que chama a atenção, na seção masculina, é a maior incidência de matrículas nos cursos diurnos. Questiona-se: seriam os alunos da escola provenientes de famílias com melhor renda, que poderiam dispensar o trabalho dos filhos? Ou haveria restrições no mercado de trabalho local para jovens? Ou, ainda, haveria impedimentos para se oferecer, no período noturno, alguns cursos que só apareceram no período diurno?

Outro aspecto revelador diz respeito à pouca importância dada às disciplinas de cunho geral ou teórica. Percebeu-se, para os cursos noturnos masculinos e femininos, que as disciplinas teóricas não tinham avaliação alguma, sugerindo que as aulas eram estritamente práticas, enfatizando a área de trabalho escolhida, e, que convergiam para uma das características marcantes da formação do trabalhador taylorista, qual seja, a separação entre a teoria e a prática. Assim, nomes de disciplinas como “Prática”, “Oficina”, ou o próprio nome do curso, como “Desenho” ou “Plástica” recebiam avaliações. Mesmo para os cursos diurnos, as disciplinas oferecidas, como a Matemática, em substituição à Aritmética, Ginástica, Higiene e Geografia e História, entre outras, que só foram aparecer em 1935 ou depois, sugerem ser elas suporte ou apoio às disciplinas práticas. Quando comparadas às disciplinas oferecidas pelo, por exemplo, *Liceu Sorocabano*, escola também secundária, onde apareciam, 30 anos antes, Português e Latim, Francês e Inglês, Aritmética e Geometria, Álgebra e Trigonometria, História, Elementos de Ciências Naturais (Química, Física e História Natural), Escrituração Mercantil, Geografia e Cosmografia, Educação Moral e Cívica, compreendendo o estudo das Constituições Estadual e Federal, e Conhecimentos Práticos do Direito Pátrio, pode-se afirmar que o objetivo da Escola Profissional *Mixta* de Sorocaba era o de instruir os seus alunos, sem se preocupar com a formação integral. Percebeu-se, também, que no processo de ensino-aprendizagem a instituição fez uso das séries metódicas, fornecendo aos alunos folhas de instrução que continham etapas, modelos e medidas de como desenvolver as tarefas solicitadas.

Com relação à nacionalidade dos responsáveis pelos alunos e alunas, os brasileiros representam, respectivamente, 62% e 57,26%, seguidos pelos italianos, com 15,67% e 17,60%, espanhóis, com 6,44% e 8,98%, portugueses, com 4,34% e 6,18%, sírios, com 1,55% e 3,34%, e, para a seção masculina, 1,15% eram alemães. Assim, respectivamente, 93,96% e 92,55% das matrículas, cujos responsáveis se declararam imigrantes, eram oriundos da Itália, Espanha, Portugal e Síria. Aqueles que não declararam a origem representam, respectivamente, 7,28% e 3,74%. Entre aqueles que não atingiram 1%, correspondentes à seção feminina, sobressaem-se os austríacos, com 0,97%, os russos, com 0,47%, e os alemães, com 0,33%.

Sobre o perfil ocupacional dos responsáveis pelas alunas da instituição, foram declaradas 106 profissões diferentes. Desconsiderando aqueles que não forneceram a profissão, correspondentes a 8,38% do total, as primeiras 20 profissões concentram acima de 85% das matrículas efetuadas, ou seja, 2.322 matrículas. As 422 matrículas restantes, correspondentes a 15% do total, estão distribuídas, ou diluídas, em mais de 80% do universo de profissões. Além disso, 44% do universo de 2.322 matrículas (1.029) estão concentradas em apenas seis das 20 profissões (Negociante/Comerciante, Funcionário Público, Proprietário/Capitalista, Professor, Dentista e Industrial), ou seja, as demais 56% das matrículas estão diluídas entre as 14 profissões restantes (70%), sendo que, destas, a profissão “Ferroviário” representa 20%, resultando 80% das matrículas sendo distribuídas entre 13 profissões. Visto de outra forma, 49% do total de matrículas estão concentradas em apenas sete das 104 profissões. Com relação aos alunos, os responsáveis declaram 123 profissões diferentes. Considerando aqueles que não forneceram a profissão, correspondentes a 11,77% do total, as primeiras 16 profissões concentram 85% das matrículas efetuadas, ou seja, 4.657 matrículas. As 824 matrículas restantes, correspondentes a 15% do total, estão distribuídas, ou diluídas, em mais de 87% do universo de profissões. Além disso, 77,6% do universo de 4.012 matrículas (3.113), estando desconsiderados nestes valores aqueles que não forneceram a profissão, estão concentradas nas primeiras seis das 15 profissões (Ferroviário, Negociante/Comerciante, Operário, Lavrador, Funcionário Público, Carpinteiro). Visto de outra forma, 64,4% do total de matrículas estão concentradas em apenas seis das 122 profissões. Entre as primeiras 21 profissões aparecem, também, “Proprietário/Capitalista” e “Industrial”, respectivamente na 13ª e 21ª posições. Percebe-se, nas seções masculina e feminina, uma grande concentração de matrículas para um universo pequeno de profissões. Neste sentido e considerando que na época a ascendência dos pais sobre os filhos costumava ser grande, pode-se hipotetizar que o sexo dos discentes, tanto quanto as

relações de gênero e as oportunidades de trabalho de então podem ter exercido influência na destinação das matrículas.

Dentre as alunas e alunos moradores do Centro, os descendentes de brasileiros representavam, respectivamente, 60,91% e 66,79%; de italianos 18,33% e 17,95%; de portugueses 6,17% e 4,07%; de espanhóis 5,93% e 4,07%; e as de sírios 4,21% e 1,99%. Por outro lado, considerando apenas descendentes de brasileiros e moradores do centro, 59,02% eram do sexo feminino e 42,57% do masculino; 17,99% e 28,04%, respectivamente, moravam no Além Linha; 10,80% e 12,71% moravam no Além Ponte; 5,57% e 7,87% moravam em outras cidades; 3,33% e 3,86% moravam no Cerrado; 2,24% e 4,42% não declararam bairro de moradia; e 1,03% e 0,53% moravam em Pinheiros/Lajeado. Dos descendentes de italianos, 59,08% e 44,86% moravam no Centro; 18,36% e 32,37% moravam no Além Linha; 10,71% e 8,90% moravam no Além Ponte; 5,93% e 6,01% moravam em outras cidades; 2,87% e 4,05% não declararam bairro de moradia; 2,49% e 3,47% moravam no Cerrado, e 0,57% e 0,35% moravam em Pinheiros/Lajeado. Dentre os descendentes de portugueses, 58,76% e 36,97% se declararam moradores do Centro; 25,99% e 34,03% do Além Linha; 5,65% e 11,34% do Além Ponte e outros 5,65% e 8,40% do Cerrado; 2,26% e 3,78% não declararam bairro de moradia, e, 1,69% e 5,46% moravam em outras cidades. Dos descendentes de espanhóis, 37,17% e 24,93% moravam no Centro; 34,94% e 39,09% moravam no Além Ponte, conhecido como o reduto dos espanhóis; 14,13% e 19,25% no Além Linha; 7,43% e 9,92% em outras cidades; 3,72% e 0,00% em Pinheiros/Lajeado, bairro próximo do Além Ponte; e 2,60% e 4,82% não declararam bairro de moradia. Dentre os descendentes de sírios, 71% e 50,59% se declararam moradores do Centro; 19% e 12,94% do Além Linha; 4% e 10,59% do Além Ponte e outros 4% e 14,12% de outras cidades; 2% e 2,35% não declararam local de residência.

Pode-se perceber que mesmo tendo sido significativas as mudanças ocorridas no sistema educacional do Estado de São Paulo, a inovação que mais repercutiu no treinamento dos operários surgiu no setor privado através dos cursos ferroviários. Neste aspecto, durante o período analisado pelo trabalho em tela foram registradas 1.352 matrículas – 866 para o curso de “Ferroviários” e 486 para o curso de “Aperfeiçoamento EFS” - correspondendo a 25% do universo de matrículas da seção masculina. Quando são consideradas as matrículas dos cursos de “Mecânica” e “Ferraria e Fundação”, também fornecedores de mão-de-obra para a ferrovia, o índice sobe para 47%. Os cursos de “Ferroviários” e de “Aperfeiçoamento EFS” foram oferecidos a partir de 1931.

A fala de abertura deste capítulo remete ao idealismo dos responsáveis pela educação profissional, porém, ao confrontar os dados de crescimento da cidade com os alunos atendidos, percebe-se que a instituição não conseguiu atender toda a demanda. Neste sentido, em 1929 a população urbana de Sorocaba estava estimada em 30.000 habitantes, assim, naquele ano, 1,97% dessa população teve acesso à escola profissional. Quando se considera o total da população - 55.000 habitantes - o percentual cai para 1,07%. No final do período estudado, em 1940, a população sorocabana estava estimada em 70.835, ou seja, havia crescido quase 29% enquanto a oferta de vagas na instituição, considerando a média de matrículas do período estudado, ficou próxima dos 20%.

O assunto aqui abordado não se esgota com este trabalho. Temas como as exposições efetuadas pela instituição, os métodos de ensino e aprendizagem nela praticados podem ser melhor explorados, o acompanhamento e destino dos egressos, além da busca por respostas às questões aqui formuladas, poderão ser desenvolvidos e contribuirão para o entendimento da efetiva representação da escola na sociedade local e regional.

REFERÊNCIAS

ALEIXO IRMÃO, José. **A Perseverança III e Sorocaba: 1869-1889**. Reimpresso. Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1999. v.1. 413p.

_____. **A Perseverança III e Sorocaba: 1889-1930**. Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1994. v.2. 600p.

_____. **A Perseverança III e Sorocaba: 1931-1954**. Sorocaba, SP: Fundação Ubaldino do Amaral, 1995. v.3. 314p.

ALMEIDA, Aluísio. **Sorocaba – 3 séculos de história**. Itu, SP: Ottoni, 2002. 416p.

ANANIAS, Mauricéia. **As escolas para o povo em Campinas: 1860-1889 – origens, ideário e contexto**. 2000. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia – Unicamp, Campinas, 2000.

AUVRAY, Kátia. **Cidade dos esquecidos – a vida dos hansenianos num antigo leprosário do Brasil**. Itu, SP: Ottoni, 2005. 208p.

AZEVEDO, Fernando. A descentralização e a dualidade de sistemas. In: *A cultura brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996. Cap. III, p. 607-652.

BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no Império – comércio de animais e desenvolvimento urbano**. São Paulo, SP: Annablume; Fapesp, 2002. 308p.

BONADIO, Geraldo. **Sorocaba – a cidade industrial**. Sorocaba, SP: Linograf Gráfica, 2004. 300p.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento**. 2003. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia – Unicamp, Campinas, 2003.

CABRAL, Francisco; DIAZ, Margarita. **Relações de gênero**. Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar. Belo Horizonte: MG. Secretaria Municipal de Educação de BH; Fundação Odebrecht. 1999. p. 142-150. Disponível em: World Wide Web: www.reprolatina.net/website_portugues/html/ref_bibliog/pdf/sexo_genero.pdf
Acesso em: 07 de jun. 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente – Campos Salles. In: FAUSTO, Boris (org.). Cap. I, **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: DIFEL – Difusão Editorial, 1977. T. III.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987. 196p.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Modos de educação, gênero e relações escola-família.** Cadernos de Pesquisa, v.34, n. 121, p. 41-58, jan/abr.2004. Disponível em: World Wide Web: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a03n121.pdf> Acesso em : 07 de jun. 2007.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república e outros ensaios.** Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003. 66p.

_____. **Reformas da instrução pública.** In: 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000. 606p.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república – momentos decisivos.** São Paulo, SP: Editora UNESP, 1998. 490p.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento.** Disponível em: World Wide Web: <http://flacso.org.br/data/biblioteca/392.pdf> Acesso em: 19 de jan. 2007.

_____. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil.** São Paulo, SP: Revista Brasileira de Educação, n.14, p. 89-107, mai/ago, 2000. Disponível em: World Wide Web: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27501406.pdf> Acesso em: 07 de jun. 2007.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo, SP: Editora da UNESP, Brasília, DF: FLACSO, 2000. 244p.

DINIZ, Rodolfo Ernesto da Silva. **A evolução territorial do município de Sorocaba.** Sorocaba, SP: Paratodos Gráfica e Editora, 2002. 276p.

FERRETTI, Celso João; SILVA JR, João dos Reis. **Competências e Prática Social: o trabalho como organizador e estruturador das reformas educacionais brasileiras no Ensino Médio e na Educação Profissional de Nível Técnico e sua concretização nas instituições escolares nos primeiros anos do século XXI.** FAPESP - Relatório Técnico e Científico Final: Processo 03/01563-7. 2006. 179p.

FRIOLI, Adolfo. **Sorocaba: registros históricos e iconográficos.** Sorocaba, SP: Laserpint Editorial Ltda., 2003. 134p.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Escola Técnica Nacional, 1961, 2 vols.

GARCIA, José Roberto. **O período de pré-instalação da Escola Técnica Estadual Fernando Prestes: o processo de urbanização da cidade de Sorocaba.** Revista de estudos universitários – vol. 32, n. 1, Junho de 2006. Sorocaba, SP: Uniso. p. 31-47.

GASPAR, Antonio Francisco. **Histórico do início, fundação, construção e inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana: 1870 – 1875.** Sorocaba, SP: Paratodos Gráfica e Editora, 2003. 241p.

LAURINDO, Arnaldo. **50 Anos de Ensino Profissional – Estado de São Paulo: 1911-1961.** São Paulo, SP: Editora Gráfica Irmãos Andrioli, 1962. 2 Vol.

LE GOFF, Jaques. **Memória e História**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1979.

_____. **Documento/Monumento**. In: História e Memória. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

LOVE, Joseph. **O poder dos Estados, análise regional**. In: FAUSTO, Boris (Org.). Cap. II, História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro, RJ: DIFEL – Difusão Editorial, 1977. T. III.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **O Ideário Republicano e a Educação – uma contribuição à história das instituições**. Campinas, SP: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2006. 241p.

_____. **Ações Empresariais e Formação Profissional – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial**. São Paulo, SP: São Paulo em Perspectiva, 14(2), 2000.

_____. **A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo – 1873 a 1934**. 1990. Tese (Doutorado). Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, São Paulo, SP, 1990.

_____. **O Ideário republicano e a educação – o Colégio “Culto à Ciência” de Campinas (1869 – 1892)**. 1981. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da USP, São Paulo, SP, 1981.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene (Org.). **Contribuição à pesquisa do ensino técnico no estado de São Paulo: inventário de fontes documentais**. São Paulo: Centro Paula Souza. 2002.

_____. **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo: uma história em imagens (Álbum Fotográfico)**. São Paulo: Centro Paula Souza. 2002.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **A Escola Profissional de São Carlos**. São Carlos, SP: Editora UFSCAR, 1998. 149p.

OLIVEIRA, Afonso Celso de. **Tudo começou na Escola Profissional – o ensino industrial em Sorocaba como matriz da formação para o trabalho no Brasil e na América Latina**. Sorocaba, SP: Academia Sorocabana de Letras: Prefeitura Municipal de Sorocaba: SEC: FACED: Conselho Municipal de Cultura, 1995. 50p.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Qualificação da força de trabalho: a experiência das Escolas Profissionais do Estado de São Paulo – 1911 / 1942**. Revista História, Ensino e Pesquisa – ano 1, nº 2, Agosto / 1985. Porto Alegre, RS: Editora Livraria Sulina, 1985. p. 142-145.

_____. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)**. Campinas, SP: Editora HUCITEC, Editora da UNICAMP, 1988. 207p.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1988.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. **Educação, trabalho e juventude: Os Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional e o perfil do jovem ferroviário**. Acesso em 07 de jun. 2007.

Disponível em World Wide Web:

<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao11/materia02/texto02.pdf>>

SANTOS, Alexandre Guimarães dos. **Relatório dos Serviços executados pelo Posto de Higiene de Sorocaba – 1929**. Disponível em: World Wide Web: http://memoria.fua.org.br/intendencia_municipal_1929/ Acesso em: out. 2006.

SANTOS, Elina O. **A industrialização de Sorocaba: bases geográficas**. São Paulo, SP: Humanitas FFLCH/USP, 1999. 183p.

SANTOS RIBEIRO, Maria Luisa. **História da educação brasileira – a organização escolar**. 17. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

SBRANA, Viviane Marques Rocha. **Ensino profissionalizante feminino – história da primeira escola pública profissionalizante mista em Sorocaba: Escola Profissional “Coronel Fernando Prestes”**. QUAESTIO: revista de estudos de educação – ano 5, n. 2, nov. 2003. Sorocaba, SP: Uniso. p. 193-197.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra; São Paulo, SP: Editora de Universidade de São Paulo, 1984.

SILVA, Paulo Celso da. **De novelo de linha à Manchester Paulista – fábrica têxtil e cotidiano no início do século XX em Sorocaba**. Sorocaba, SP: Neide Maria Perez da Silva, 2000. 120p.

SILVEIRA, Horácio A da. **Relatório 1936 – Superintendência da Educação Profissional e Doméstica**. Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública – Estado de São Paulo, Publicação n. 9. 1937.

_____. **A Escola Técnica Superior**. Publicação da Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, Estado de SP, 1940, *In*: Laurindo, Arnaldo. 50 Anos do Ensino Profissional – Estado de São Paulo.

STRAFORINI, Rafael. **No caminho das tropas**. Sorocaba, SP: TCM - Comunicação, 2001. 130p.

VIANNA, Cláudia Pereira; RIDENTI, Sandra Unbehaum. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002**. Cadernos de Pesquisa, v.34, n.121, p. 77-104, jan/abr 2004. Disponível em: World Wide Web: www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf Acesso em: 07 de jun. 2007.

_____. **Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito**. *In*. AQUINO, Julio Groppa. Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 93-106.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez Editora; CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000. 460p.

WERNECK, Bráulio. **Almanach Ilustrado de Sorocaba, 1914: repositório histórico, literário e recreativo, com ilustrações**. Taquarituba, SP: Gril Gráfica, 2006. 270p.

ZUCCHI, Bianca Barbagallo. **A criação da Escola de Ferroviários da Companhia Sorocabana**. Acesso em: 07 de jun. 2007. Disponível na World Wide Web: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao04/materia02/criacaoescola.pdf>

Sites acessados:

A criação da Escola de Ferroviários da Companhia Sorocabana. Disponível em: World Wide Web: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao04/materia02/criacaoescola.pdf>> Acesso em: 07 de jun. 2007.

A grande família – Vergueiro. Árvore genealógica. Disponível em: World Wide Web: <http://www.jbcultura.com.br/gde_fam/pafg01.htm> Acesso em: mai. 2007.

Educação, trabalho e juventude: Os Centros Ferroviários de Ensino e Seleção Profissional e o perfil do jovem ferroviário. Acesso em: 07 de jun. 2007. Disponível em: World Wide Web: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao11/materia02/texto02.pdf>>

Fernando Prestes de Albuquerque. Wikipedia, a enciclopédia livre. Acesso em: 22 de fev. 2007. Disponível em: World Wide Web: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Prestes_de_Albuquerque>

Governadores do Estado de São Paulo - Galeria dos Governadores. Governo do Estado de São Paulo. Acesso em fev. 2007. Disponível na World Wide Web: <<http://www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br/07govs/govs.htm>>

Júlio Prestes. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Acesso em: 22 de fev.2007. Disponível em: World Wide Web: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_julio Prestes.htm>

Júlio Prestes. Wikipedia, a enciclopédia livre. Disponível em: World Wide Web: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Júlio_Prestes> Acesso em: 22 de fev. 2007.

Modos de educação, gênero e relações escola-família. Cadernos de Pesquisa, v.34, n. 121, p. 41-58, jan/abr.2004. Disponível em: World Wide Web: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a03n121.pdf>> Acesso em: 07 de jun. 2007.

O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. São Paulo, SP: Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 89-107, mai/ago, 2000. Disponível em: World Wide Web: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/275/27501406.pdf>> Acesso em: 07 de jun. 2007.

O ensino industrial-manufatureiro no Brasil: origem e desenvolvimento. Disponível em: World Wide Web: <<http://flacso.org.br/data/biblioteca/392.pdf>> Acesso em: 19 de jan. 2007.

O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. Cadernos de Pesquisa, v.34, n.121, p. 77-104, jan/abr 2004. Disponível em: World Wide Web: <www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf> Acesso em: 07 de jun. 2007.

Os Deputados e Senadores da República Velha – Câmara dos Deputados (1891-1930). Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Acesso em: fev. 2007. Disponível em: World Wide Web: <<http://www.al.sp.gov.br/web/legislativo/parlamento/capitulo2/parte10.pdf>>

Projeto Memória. História de Sorocaba. Disponível em: World Wide Web: <http://memoria.fua.org.br> Acesso em: jun. 2007.

Relações de Gênero. Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar. Secretaria Municipal de Educação de BH; Fundação Odebrecht. BH: Gráfica Editora Rona. 1999. p. 142-150. Acesso em: 07 de jun. 2007. Disponível em: World Wide Web: www.reprolatina.net/website_portugues/html/ref_bibliog/pdf/sexo_genero.pdf

Relatório dos Serviços executados pelo Posto de Higiene de Sorocaba – 1929. Disponível em: World Wide Web: http://memoria.fua.org.br/intendencia_municipal_1929/ Acesso em out. 2006.

Senado de São Paulo – República Velha (1891-1928). Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: World Wide Web: <http://www.al.sp.gov.br/web/legislativo/parlamento/capitulo2/parte11.pdf> Acesso em: fev. 2007.

Anexo A – Livro Registro de Matrículas

Matricula d							
Numero de Matricula	Numero de ordem no anno	NOMES	EIDADES			NATURALIDADE	FILIAÇÃO
			Dia	Mez	Anno		
63	4	Archimedes G. Silva	27	Janeiro	921	Sorocaba	Domingos Silva
64	5	Augusto Rodrigues de Carvalho	22	Novembro	921	Portugal	Pedro Rodrigues de
65	6	Carlos Lucchini	14	Maior	921	Sorocaba	José Lucchini
66	7	Cezario de Barros	29	Julho	920	Sorocaba	José Sebastião de S.
67	8	Ezequiel A. Albertini	4	Janeiro	922	Laranjal	Raimundo Albert
68	9	Heitor Rezende Cava	22	Outubro	921	Sorocaba	José Cava
69	10	Herminio Bardes	20	Novembro	921	Peterfelig	Antonio Bardes
70	11	Isaac Carlos	16	Setembro	921	Rofle	João Carlos
71	12	João Evangelista de Carvalho	14	Junho	921	Sorocaba	José Basilio de
72	13	José Baptista de Almeida	10	Junho	921	Sorocaba	José Baptista de
73	14	José de Almeida	21	Junho	920	Sorocaba	Baptista de Almeida

José de Almeida 3

da Escola Profissional Secundaria Mista "Cl. Fernando Prestes"

RESIDENCIA	EPOCAS DAS INSCRIÇÕES						ANNO DO CURSO	ELIMINAÇÃO		Observações
	Na matricula primitiva			Na matricula do anno lectivo				Datas	Causas	
	Dia	Mez	Anno	Dia	Mez	Anno				
N. Rua Com. Catterer 208	1	"	936	1	Febrero	936	1 ^a		Característica	
C. Vila José Miguel 546	1	"	936	1	"	936	"		" "	
N. " S. Domingos 4m	1	"	936	1	"	936	"		" "	
C. Sac. Redução 77	1	"	936	1	"	936	"		" "	
N. " Souza Norass 94	1	"	936	1	"	936	"		" "	
C. " Cl. Joazeiro Padilha 21	1	"	936	1	"	936	"		" "	
C. " Aparecida 7 ^a Trav. 101	1	"	936	1	"	936	"	23-11-936	faltante	
P. Veterantura	1	"	936	1	"	936	"	30-5-936	por falta	
N. Rua Amalino Mataozzo 45	1	"	936	1	"	936	"		" "	
C. " Liberdade 11	1	"	936	1	"	936	"		" "	
C. Vila Cruz Rua 75	1	"	936	1	"	936	"		" "	
C. " Padre Luiz 467	1	"	936	1	"	936	"		" "	
C. Mayriestz	1	"	936	1	"	936	"		" "	
? Rua Aparecida 7 ^a Trav. 321	1	"	936	1	"	936	"		" "	
C. " Sta. Antonio 404	1	"	936	1	"	936	"		" "	
C. Rua Cezario Matta 358	1	"	936	1	"	936	"		" "	
N. " de Tanque 42	1	"	936	1	"	936	"		" "	
N. " Aparecida 2 ^a Trav. 410	1	"	936	1	"	936	"	13-4-936	por falta	
" " " " 309	1	"	936	1	"	936	"		" "	

Anexo B - Boletim

Curso de Ferroviários de Sorocaba.		85	
Estrada de Ferro Sorocabana.		Ficha n.º 5	
3º Ance	N.º de matrícula 17	1936	
Alumno Athayde Rodrigues Machado	Secção especializada	P.P.	
Nascido em 2 de Abril	de 1919 em Sorocaba.	S.S.	
Filho de Benedicto Rodrigues Machado	e de d. Francisca Pedrosa	D.N.º	
Naturalidade do pae Brasileiro	profissão Ferroviario	S.S.	
Repetente? Não	Matric. primitiva em 1 de Fevereiro	de 1934	
Residência do alumno	Rua Dr. Joaquim Martins 211		
Prova de Conhecimentos: N.º	Classificação	Ficha medica: N.º	Classificação
Prova Psychotechnica: N.º	Classificação	Ficha social: N.º	Classificação
Admissão: N.º de ordem	Categoria	Ficha geral: N.º	
O Director			
Observações			

Curso de Ferroviários de Sorocaba.		85	
Estrada de Ferro Sorocabana.		Ficha n.º 5	
3º Ance	N.º de matrícula 17	1936	
Alumno ATHAYDE RODRIGUES MACHADO	Secção especializada	P.P.	
Nascido em 2 de ABRIL	de 1919 em SOROCABA	S.S.	
Filho de BENEDICTO RODRIGUES MACHADO	e de d. FRANCISCA PEDROSO	D.N.º	
Naturalidade do pae BRASILEIRO	profissão FERROVIARIO	S.S.	
Repetente? NÃO	Matric. primitiva em 1 de FEVEREIRO	de 1934	
Residência do alumno	Rua Dr. Joaquim Martins 211		
Prova de Conhecimentos: N.º	Classificação	Ficha medica: N.º	Classificação
Prova Psychotechnica: N.º	Classificação	Ficha social: N.º	Classificação
Admissão: N.º de ordem	Categoria	Ficha geral: N.º	
O Director			
Observações			

Anexo B1 - Boletim

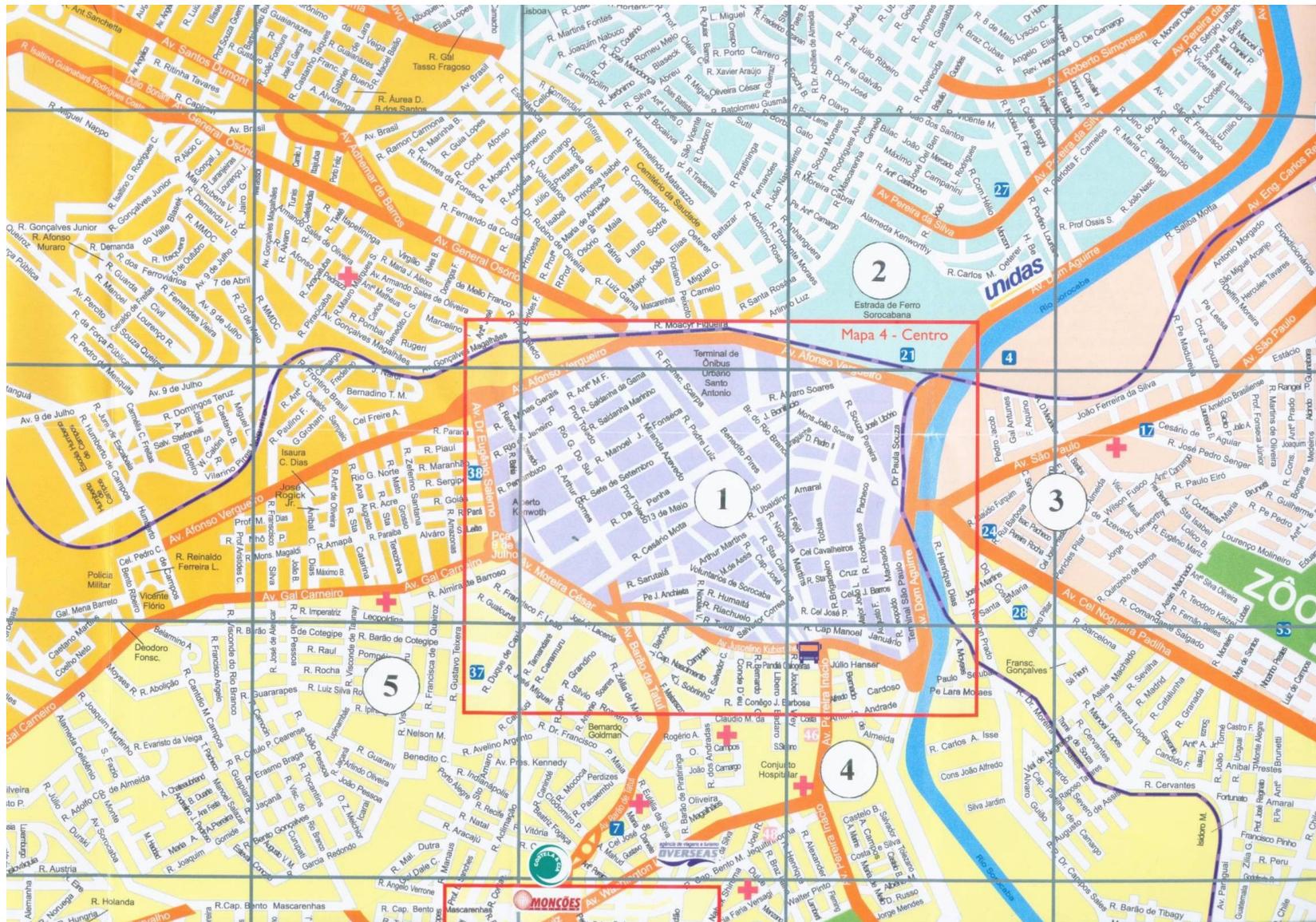
NOTAS														
	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Media de Aplicação	1.º Exame	2.º Exame	MEDIA GERAL
Didática	80	79	75	70	78	87	83	87	82	82	82,8			
Português	50	65	55	40	50	70	40	50	40	40	49,5	50	40	45
Arithmetica	10	40	80	40	20	10	40	30	20	40	33	20	40	30
Desenho				45	15	50	15	30	45	83	43,28	83	49	46,14
Mat. Tech.	45	45	25	30	40	30	35	25	30	40	36,5	40	40	40
Phys. Mec.														
Electrot.	60	50	50	50	80	40	40	40	60	49,0	40	60	50	49,5
Higiene	0		60	60	40		50	50	43,33	60	50	55	47,16	
Org. Ferrv.														
geral	40	50	50	50	50	55	55	60	55	50	56,5	50	50	59,75
											43,33			45,57
														46,5
MEDIA	41	41	51	50	39	52	45	40	51			39	51	

FALTAS				DIARIAS			
Mezes	DIAS		Total	Base	Dias	Total a receber	
Janeiro				1500	15	22	500
Fevr.	6-12-24-5		4	1200	26	31	200
Março	4-13-20-		3	1100	27	27	00
Abril	-22-8-		2	1200	28	33	600
Mai	4-22-13-14-16-19		6	1200	24	28	800
Junho	1-15		2	1100	18	17	800
Julho	6-13-20-25		4	1200	27	30	400
Agosto	1-13-21		4	1100	25	27	500
Setemb.	12-14-22-4		4	1200	26	31	200
Outubro	2-5-7-24		4	1200	26	31	200
Novemb.	5-9-12-21-28-30		6	1200	25	30	000
Dezemb.	7		1	1200	13	15	600
				Total Geral			

NOTAS														
	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Media de Aplicação	1.º Exame	2.º Exame	MEDIA GERAL
Didática	80	79	75	70	78	87	83	87	82	82	82,8			
Português	50	65	50	40	50	70	40	50	40	40	49,5	50	40	45
Arithmetica	10	40	80	40	20	10	40	30	20	40	33	20	40	30
Desenho				45	15	50	15	30	45	83	43,28	83	49	46,14
Mat. Tech.	45	45	25	30	40	30	35	25	30	40	36,50	40	40	40
Phys. Mec.														
Electrot.	60	50	50	50	80	40	40	40	60	49,0	40	60	50	49,5
Higiene	0		60	60	40		50	50	43,33	60	50	55	47,16	
Org. Ferrv.														
geral	40	50	50	50	50	55	55	60	55	50	56,50	50	50	59,75
											43,33			45,57
														46,50
MEDIA	41	41	51	50	39	52	45	40	51			39	51	

FALTAS				DIARIAS			
Mezes	DIAS		Total	Base	Dias	Total a receber	
Janeiro				1500	15	22	500
Fevr.	5-12-6-24		4	1200	26	31	200
Março	4-13-20-		3	1100	27	27	00
Abril	8-22		2	1200	28	33	600
Mai	4-12-13-14-16-19		6	1200	24	28	800
Junho	1-15		2	1100	18	17	800
Julho	25-6-18-30		4	1200	27	30	400
Agosto	11-20-13-24		4	1100	25	27	500
Setemb.	15-12-14-24-		4	1200	26	31	200
Outubro	3-12-24-5-		4	1200	26	31	200
Novemb.	5-7-14-21-28-30		5	1200	25	30	000
Dezemb.	7-		1	1200	13	15	600
				Total Geral			

Anexo C – Planta da Cidade



Legenda: 1. Centro; 2. Além Linha; 3. Além Ponte; 4. Pinheiros; 5. Cerrado. Fonte: Adaptado de Mapa Turístico Oficial de Sorocaba 2006.

Anexo D – Relação entre as ruas e os bairros da cidade

Relação entre as ruas e as regiões da cidade		
Antiga	Bairro	Rua Atual
01 de Maio	Centro	Fagundes Varela
03 de Dezembro	A Ponte	João Alfredo, Conselheiro
22 de Julho	A Ponte	Isaac Pacheco
23 de Maio	A Linha	Mascarenhas Camelo, Gen
25 de Agosto	A Ponte	João Ferreira da Silva
Abilio Gomes	A Linha	Rubino de Oliveira, Dr
Aero Clube, Av	A Linha	Santos Dumont, Av
Aldeia	Centro	Araçoiaba
Alhambra	A Ponte	Pereira Rocha, Dr; José Tavares, Cel
Amarela, Chácara	A Ponte	Bom Jesus, Largo do
Amargura, da	Centro	José Bonifácio
Argus	Centro	Rio Grande do Sul
Arrelia	A Ponte	Américo Brasiliense
Asilo	Centro	Santa Cruz, Alameda
Augusta	Cerrado	
Aurora	A Ponte	Constantino Senger
Azevedo Sampaio	Centro	
Bandeirantes	Centro	Leopoldo Machado
Barcelona de Baixo	A Ponte	Paraguai, Av; Cervantes
Barcelona de Cima	A Ponte	Barcelona
Batuíra	Cerrado	Evaristo da Veiga
Beco da Penha	Centro	Alberto Kenworthy
Beco do Caracante	Centro	Gonçalves Ledo
Beco do Equador	Centro	Anita Garibaldi
Beco do Inferno	Centro	Leite Penteado
Beco do Tanque	A Ponte	Alvares de Azevedo
Belarmino, Estrada do	A Ponte	Argentina
Belarmino, R	A Ponte	José Garibaldi
Bica	Centro	Voluntários de Sorocaba
Bica do Leão	Centro	Aquidaban
Biquinha	Centro	Tamandaré
Boa Morte	A Ponte	Rui Barbosa
Boa Vista	Centro	Nogueira Martins
Boa Vista	A Linha	Pedroso de Barros
Boa Vista de Baixo	Centro	Senador Feijó
Bom Jesus	Centro	Antonio Alvarenga, D
Bom Jesus	A Ponte	Péricles Pilar
Buraco da Onça	A Ponte	Almeida Falcão
Cadeia	Centro	R Barão do Rio Branco
Camargo	A Linha	Bartazar Fernades
Caminho Fundo	A Linha	Adhemar de Barros, Dr
Campo	A Ponte	Teodoro Kaisal
Capela, Largo da	Cerrado	Divino, Largo do
	A Ponte	Alcindo Guanabara

Caputera		
Carimás	A Linha	Hermes da Fonseca, Marechal
Casinhas	Centro	R Barão do Rio Branco
Ceci	Cerrado	Raul Pompéia
Cemitério	A Linha	Hermelino Matarazzo, Com
Cemitério, Largo do	A Linha	Pedro de Toledo, Pça
Clara	A Linha	Frei Caneca
Clóvis	Centro	Manoel Januário, Cap.
Comércio	Centro	R Souza Pereira
Conselho	Centro	Ubaldo do Amaral, Dr
Constituição, da	Centro	Cel. Cavalheiros
Cotovelo	A Linha	Frederico Ozanan
Direita	Centro	Braguinha, Dr
Dráusio	A Linha	Souza Moraes
Elias Monteiro, Pça	Centro	Elias Monteiro, Pça
Embaré	Cerrado	Tocantins
Esperança	A Linha	Piratinga
Estação	Centro	Benjamim Constant
Estaçãozinha	Centro	José Manoel, Pe
Fábrica	A Ponte	Santa Maria
Farroupilha	Cerrado	Bento Gonçalves
Figueira	Cerrado	João Pessoa
Flora	Lageado/Pinheiros	Bernardo Guimarães
Flores	Centro	João Soares, Monsenhor
Floriano Peixoto	Centro	Penha
Fonseca, Av	Centro	
Fraternidade	A Linha	
Ginásio	Centro	Bahia
Glória	Cerrado	Coelho Neto
Guarani	Cerrado	Imperatriz Leopoldina
Hospital	Centro	Alvaro Soares, Dr
Igualdade	A Linha	
Independência, Largo da	Centro	Nove de Julho, Pça
Instrução, Largo da	A Linha	Monte Castelo, Largo
Ipiranga	Centro	Artur Gomes
Itararé	Centro	Brigadeiro Tobias
Jardim	Centro	Cesário Mota
Jardim dos Bichos	Centro	Frei Baraúna, Pça
José Manoel, Pe	Centro	Pça Ferreira Braga
José Martins	A Ponte	
José Vaz Guimarães	Centro	
Jucurupava	Centro	José Loureiro, Cel
Lagoa	Centro	Eugênio Salerno, Dr
Lagoa	A Linha	Ananguera
Laranjeiras	Cerrado	José de Alencar
Largo da Linha	Centro	Pça Elias Monteiro
	Cerrado	Vila Leão

Largo Jardim		
Lavapés	A Ponte	Felipe Betti; Tobias Barreto
Liberdade	A Linha	
Linha, Largo da	Centro	Elias Monteiro, Pça
Luis Gama	A Linha	Pça da Bandeira
Machado	Centro	
Margem (Rio Sorocaba)	Centro	Ypu;
Marrocos	A Ponte	João Tomé de Souza
Marta, Av	A Linha	Augusto Severo, Al
Martins	A Ponte	Honduras
Matadouro	A Linha	Fernandes Camacho
Matadouro	A Ponte	Pedro Jacob
Matriz	Centro	Benedito Pires, Cel
Mayrink	A Linha	Bartolomeu Gusmão
Miragaia	A Linha	Rodrigues Alves
Morros	A Ponte	Nogueira Padilha, Cel
Mosteiro	Centro	São Bento
Mosteiro, Largo do	Centro	São Bento, Largo do
Municipal, Av	Cerrado	Padre Luiz
Natale Alfieri	A Ponte	Padre Lessa
Nhozinho Prestes	A Ponte	Assis Machado
Nova	Centro	Cavaleiros, Cel
Olaria	A Linha	Arlindo Luz, Dr
Olaria, Largo	A Linha	Frank Speers, Pça
Olga, R	A Linha	Frei Galvão
Olga, Vila, Chácara	Cerrado	Santa Ana
Oliveiras, Largo das	Cerrado	Vera Cruz, Pça
Orissanga	A Linha	Jeronimo da Veiga
Paço	Centro	Pedro II, D
Palmeiras	Lageado/Pinheiros	Casimiro de Abreu
Pantojo	Centro	Estação
Pereira Rocha, Dr	A Ponte	Pereira Rocha, Dr
Peri	Cerrado	Rocha Pombo
Perseverança	A Linha	
Pinga-Pinga	A Linha	Pedro Álvares Cabral
Pinheiros	A Ponte	Campos Sales
Piques	Centro	Azevedo Sampaio, Dr, Com Oetterer
Piscina	Centro	Afonso Vergueiro, Av. Dr
Ponte	Centro	Quinze de Novembro
Porto dos Cavalos	A Ponte	Frank Kenworthy
Prazeres, dos	Centro	Treze de Maio
Prestes, dos	A Ponte	Quinzinho de Barros
Prosperidade	A Linha	
Quitanda	Centro	Maylaski
Redenção	Centro	José Dias, Cap.
Ribas, Conselheiro	Cerrado	Visconde de Cairu
	Centro	Souza Pereira, Nogueira Martins

Rosário		
Sales Gomes	A Ponte	
Santos Dumont	Cerrado	Francisca de Queiroz
São Benedito	Centro	
São Francisco	A Ponte	Dr Gaspar Ricardo
São João	A Linha	Floriano Peixoto; Voluntários da Pátria
São Joaquim	Lageado/Pinheiros	Vicente de Carvalho, Castro Alves
São José	Centro	Vila Amélia
São Luiz	A Ponte	Fonseca Junior, Prof
São Paulo	A Ponte	Barros França, Major
São Paulo, Estrada de	A Ponte	Madureira, Pe
São Roque	A Linha	Gal Osório
São Vicente de Paula	A Linha	São Vicente
Siqueira Campos	A Ponte	Av São Paulo
Sobradinho	A Linha	José Gaspar, Dom
Soranz	Centro	Afonso Penna, Dr
Sta Ana	Cerrado	Joaquim Murtinho
Sta Gertrudes	Centro	Artur Fajardo, Pça; J A Ferreira Prestes
Sta Rita	A Linha	Guerrazzi, Pe
Sta Rosa	Cerrado	Catulo da Paixão Cearense; Erasmo Braga
Sta Tereza	A Linha	Gabriel de Lara
Sto Agostinho	Cerrado	Visconde de Taunay
Sto Antonio	A Linha	Francisco Scarpa
Suissa	A Linha	Atanasio Soares
Tanque	A Ponte	Ataliba Borges
Tanquinho	Lageado/Pinheiros	Salvador Correa
Teatro	Centro	Brigadeiro Tobias
Timbiras	A Linha	Osório Maia
Tiradentes	A Linha	
Torrefação	Centro	Voluntário Menaldo
Tropas, das	Centro	Paula Souza
Tropas, das	Centro	Sete de Setembro
Tupi	A Linha	Maria de Almeida, Profa
Usina, da	Lageado/Pinheiros	Pandiá Calógeras
V Arthura	A Ponte	
V Augusta	Cerrado	
V Campos	A Linha	
V Caracante	Centro	
V Hingst	A Ponte	
V J Sorocabano	A Linha	
V Leão	Cerrado	
V Marina Dias	Lageado/Pinheiros	
V Nova	Centro	
V Romano	Cerrado	
V São Domingos	A Ponte	
V São Francisco	A Ponte	
	Centro	

V São José		
V Soares	Cerrado	
V Soranz	Centro	
V Sta Rita	A Linha	
V Sto Antonio	Centro	
Valinhos	A Linha	Prudente de Moraes
Varnhagem	Centro	Rio de Janeiro
Velódromo	Centro	Moreira César
Via Sacra	Centro	Varnhagem
Violas	Centro	Sarutaiá
Vista Alegre	A Linha	Dolores Bueno
Vivian	Centro	Riachuelo
Voluntário Altino	A Ponte	Ataliba Borges
Votorantim	A Ponte	Newton Prado

Fonte: Almanaque de Sorocaba do ano de 1950; Almeida (2002, p. 189). Quadro preparada pelo autor.

Anexo E - Carta de Oscar Lindhon de Oliveira

São Paulo, 11 de junho 1969

Atendendo solicitações sua por carta, com data de 31 de Maio de 1969, já hoje recebida, passo a informar o seguinte: Estive 5 anos e meio como professor de matemática da Escola profissional Julio Cardoso de Franca onde coloquei adquiri certa experiência; fui pois indicado como diretor da escola profissional de Sorocaba, onde estive de Abril de 1929 até Janeiro de 1930. Nesse período tive oportunidade de estudar com Dr. Gonçalo Ricardo a formação dos cursos ferroviários que se efetivou em 1934. Removido de Sorocaba para Ribeirão Preto em 1930, fui instalado a escola Francisco Garcia onde fiquei até 1934. Quando fui para o Centro Ferroviário, de chefia do Dr. Roberto Mauje. Em 1938 fui nomeado Inspetor geral do Ensino e como tal me aposentei.

atenciosamente
Subscrovo-me

Oscar L. Oliveira

Anexo F – Mapa de Movimentos

- DE -
SOROCABA

Mappa do movimento
Mez de *Julho*

COFAS - S. PAULO

N.º	PROFESSORES (Nomes por extenso)	INICIO DO EXERCICIO NO GRUPO OU ESCOLA			CARGOS	CLASSE OU ESCOLA	FA Licença
		Dia	Mez	Anno			
1	Oscar Lindholm Oliveira	27	5	1929	Director		
<i>Cursos diurnos femininos</i>							
2	D. Rosa de Castro Ferraz	8	6	1929	Mestra de		
3	D. Maria de Lourdes Dias	1	7	1929	Ajudante	Corte e Costuras 1.º e 2.º	
4	D. Dalila Scherepel	27	6	1929	Ajudante	3.º anno	
5	S. Graziella Pereira Leitão	8	6	1929	Mestra de	Rendas e Bordados	
6	D. Maria Amalia Mascarenhas	22	6	1929	Ajudante	1.º e 2.º anno	
7	D. Indiana Coimbra Bertocci	8	6	1929	Mestra	Flores e Chapéus	
8	D. Ottilde Machado de Almeida	22	6	1929	Ajudante	1.º e 2.º anno	
<i>Cursos diurnos masculinos</i>							
9	Olympio Antonio da Silva	1	7	1929	Mestre de	Fundição	
10	Pedro Hermelin	1	7	1929	Ajudante	"	1.º anno mechanica
11	Pedro Hermelin	1	7	1929	Mestre	Ferraria	
12	Alfredo Silva	1	7	1929	Ajudante	"	
13	Horacio Magalhães	30	5	1929	Mestre	Mechanica	
14	Elpidio Cleiss	1	7	1929	Ajudante	1.º anno adiantado e 2.º anno	
15	Esterom Arduino	8	7	1929	Mestre	Entalhasão	
16	Credo Negrelli	8	6	1929	Mestre	Serneckaria	1.º anno
17	Sylvio Vichi	31	5	1929	Mestre	Marcenaria	
18	Curipides Sbrana	15	7	1929	Ajudante	1.º anno adiantado e 2.º anno	
19	Armando dos Santos Leal	9	7	1929	Professor	Chemica Agricola	
<i>Cursos Nocturnos</i>							
20	D. Rosa de Castro Ferraz	8	6	1929	Mestra de	Corte e Costuras	
21	D. Indiana Coimbra Bertocci	8	6	1929	Ajudante	1.º e 2.º anno	
22	D. Maria de Lourdes Porto	1	6	1929	Mestra de	Desenhos Pintura Feminina	
23	Antonio Funes	27	5	1929	Professor	Mathematica e Mecanica App.	
24	Mario Germano Barreiros	7	6	1929	Mestre de	Leccionhe Profissional	
25	José Magdu	1	7	1929	Mestre de	Tecelagem	
26	Ernesto Biancalana	8	7	1929	Mestre de	Pratica e Escultura	
27	Armando dos Santos Leal	9	7	1929	Professor	Chemica	TOTAL

Anexo G – Mapa de Movimentos

INSTRUÇÃO PUBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Mapa de movimento da Escola Profissional Horta de Loureca.

Município de Loureca. Mês de Maio de 1930. (23 dias letivos)

DISTRICTO ESCOLAR

N.º	NOME	CARGO	CLASSE OU ESCOLA	HORARIO	FALTAS		SALARIO	ALUMNOS						OBSERVAÇÕES				
					Presença	Ausência		Matr. Insc.	Matr. Exp.	Matr. Rec.	Matr. Ext.	Matr. Tot.	Matr. Rec.		Matr. Ext.	Matr. Tot.		
1	Raulino Godoy	Director			2	1	21											
2	Salita Schreck	Professora			1	2	23											
3	Marina de Souza Ramos Dias	Ajudante	arte e costura		3	3	23	61	20	50	50	51,54	99,49					
4	Marina de Souza Ramos Dias	"	1.º e 2.º anno		3	3	23											
5	Joanna Pereira Resto	Professora	Rebair e Bordados		1	1	14	50	50	50	50	46,00	85,71					
6	Marina Augusta Horacio	Ajudante	1.º e 2.º anno		3	3	23	50	70	50	50	50,82	89,15					
7	Clotilde Machado de Almeida	"	1.º e 2.º anno		3	3	23	50	70	50	50	50,82	89,15					
8	Juliana da Cruz Horacio	Professora	2.º anno		3	3	23	50	70	50	50	50,82	89,15					
9	Alypio Aukun da Silva	Professora	Arquitetura		3	3	23	50	70	50	50	50,82	89,15					
10	Ruy Pinto	Ajudante	1.º Anno		3	3	23	50	70	50	50	50,82	89,15					
11	Edoardo Pinheiro	Professora	Arquitetura		3	3	23	50	70	50	50	50,82	89,15					
12	Alfredo Silva	Ajudante	Arquitetura		3	3	23	50	70	50	50	50,82	89,15					
13	Marcelo Magalhães	Professora	Mechanica 1.º e 2.º anno		1	1	22	52	0	30	40	46,33	77,1					
14	Edoardo Silva	Professora	Mechanica 2.º anno		1	1	22	52	0	30	40	46,33	77,1					
15	Edoardo Silva	Ajudante	Mechanica		1	1	22	52	0	30	40	46,33	77,1					
16	Edoardo Silva	Professora	Arquitetura		3	3	23	50	70	50	50	50,82	89,15					
17	Edoardo Silva	Professora	Arquitetura		3	3	23	50	70	50	50	50,82	89,15					
18	Edoardo Silva	Professora	Arquitetura		3	3	23	50	70	50	50	50,82	89,15					
19	Jose Schreck	Director	Mechanica		1	1	22	52	0	30	40	46,33	77,1					
20	Edoardo Silva	Professora	Mechanica		1	1	22	52	0	30	40	46,33	77,1					
21	Jose Schreck	Director	Mechanica		1	1	22	52	0	30	40	46,33	77,1					
22	Edoardo Silva	Professora	Mechanica		1	1	22	52	0	30	40	46,33	77,1					
23	Salita Schreck	Professora	Arquitetura		1	1	12	62	50	40	62	64,00	92,75					
24	Marina de Souza Ramos Dias	Ajudante	2.º anno		1	1	12	62	50	40	62	64,00	92,75					
25	Marina de Souza Ramos Dias	Professora	Arquitetura		1	1	12	62	50	40	62	64,00	92,75					

Ague: Loureca 31 3 1930

Jose Schreck Director

TOTAS E MEDIAS

Notas por categoria: Aproximações até 100 centesimas.

Anexo H – Resumo do Mapa de Movimentos

RESUMO

Escola Profissional SECUNDÁRIA MISTA "CEL. FERNANDO PRESTES" de SOROCABA

Localização — Rua BARÃO DO RIO BRANCO N. 228.-

Data da instalação: 8 de JUNHO de 1929.-

Prédio — Estadual, particular ou municipal? PARTICULAR

HORARIO	}	Das	às	horas	classes
		Das	às	horas	classes
		Das	às	horas	classes

CURSOS	MATRICULA GERAL			MATRICULA ACTUAL		
	M.	F.	TOTAL	M.	F.	TOTAL
DIURNOS:						
a) Vocacional	99	62	161	75	42	117
b) Profissional	79	63	142	62	52	114
c) Aperfeiçoamento	---	---	---	---	---	---
d) Ferroviarios	88	---	88	84	---	84
e) Curso Livre de Educação Domestica ..	---	---	---	---	---	---
SOMMA	266	125	391	221	94	315
NOCTURNOS:						
a) E. N. A. A.	156	120	276	102	90	192
b) Ferroviarios APERFEIQ. EPS.	48	---	48	22	---	22
c) Curso Livre de Educação Domestica ..	---	---	---	---	---	---
d)	---	---	---	---	---	---
e)	---	---	---	---	---	---
SOMMA	204	120	324	124	90	214
Estabelecimento — TOTAL	470	245	715	345	184	529

O Escripturario, SUBSTITUTA: *Bither A. Dampaio*

Confere. SOROCABA, 14 de OUTUBRO de 1929.-

SOROCABA, 14 de OUTUBRO de 1929.-

O Director, *[Signature]*

Anexo I – Resumo do Mapa de Movimentos

RESUMO

Escola Profissional SECUNDÁRIA MISTA "CEL. FERNANDO FREITAS" de SOCOCABA.-

Localização — Rua PARÃO DO RIO BRANCO N. 223.-

Data de instalação: 8 de JUNHO de 19 39.-

Prédio — Estadual, particular ou municipal? PARTICULAR

HORARIO

	Das	às	horas	classes
	Das	às	horas	classes
	Das	às	horas	classes

CURSOS	MATRICULA GERAL			MATRICULA ACTUAL		
	M.	F.	TOTAL	M.	F.	TOTAL
DIURNOS:						
a) Vocacional	99	62	161	74	42	116
b) Profissional	79	63	142	58	52	110
c) Aperfeiçoamento	—	—	—	—	—	—
d) Ferroviários	80	—	80	81	—	81
e) Curso Livre de Educação Domestica	—	—	—	—	—	—
SOMMA	256	125	381	213	94	307
NOCTURNOS:						
a) E. N. A. A.	156	120	276	97	87	184
b) Ferroviários <u>APERFEIÇ., SFS.-</u>	48	—	48	18	—	18
c) Curso Livre de Educação Domestica	—	—	—	—	—	—
d)	—	—	—	—	—	—
e)	—	—	—	—	—	—
SOMMA	204	120	324	115	87	202
Estabelecimento — TOTAL	460	245	705	328	181	509

O Escripturario, Enther A. Sampaio Contere. SOCOCABA 12 de DEZEMBRO de 1939

SOCOCABA 12 de DEZEMBRO de 1939.- O Director, bal.

Anexo J – Relação dos Professores, Mestres e Auxiliares

Nome	Forma de contrato	Data de nomeação	Disciplina
Professores - Aulas Gerais			
Job Aires Dias	Efetivo	23/05/1929	Português, Ed. Cívica
Antonio Funes	Contratado	27/05/1929	Matemática e Mec. Aplic.
Ernesto Biancalana	Efetivo	08/07/1929	Plástica
Armando dos Santos Leal	Contratado	09/07/1929	Química Agrícola
Irene Georgette	Contratada	11/07/1929	Economia Doméstica
Diógenes de Almeida Marins	Contratado	01/03/1931	Matemática
José Clóvis de Andrade	Contratado	01/03/1931	Química
Vicente Bella	Contratado	01/03/1932	Matemática
Marília de Dirceu Ferreira da Silva	Contratada	27/04/1932	Desenho
Celso de Camargo	Contratado	01/06/1932	Português e Ed. Cívica
Avelino de Lemos Junior	Contratado	01/02/1934	Higiene
Ítalo de Bologna	Contratado	01/02/1934	Tecnologia
Jarbas Trigo	Contratado	01/02/1934	Organização Ferroviária
José Golube	Contratado	01/02/1934	Técnica
Luiz Domingos Sobrinho	Contratado	01/02/1934	Técnica Ferroviária
Paulo Breda	Contratado	01/02/1934	Eletrotécnica
Edy da Cunha Pereira	Comissionada	07/02/1934	Matemática
Rubens de Faria e Souza	Comissionado	07/02/1934	Matemática
Virginia Silveira Godoy	Contratada	07/02/1934	Português
Maria Conceição de Arruda (Subst)	Contratada	01/09/1934	Português
Zenith Freire Ferreira	Contratada	21/09/1935	Economia Doméstica
Mario de Almeida (Substituto)	Contratado	01/10/1934	Português
Zilah Dias de Melo (substituta)	Interina	18/08/1936	Economia Doméstica
Wanda dos Santos (prof. ajudante)	Contratada	12/04/1937	Economia Doméstica
Edmundo Krug (substituto)	Interino	21/08/1937	Desenho
Henriqueta da Cunha Simões (Subst.)	Efetiva	12/03/1937	Aulas Gerais
Luiz de Almeida Marins	Efetivo	15/02/1938	Educação Física
Horário Ribeiro (substituto)	Efetivo	17/02/1938	Aulas Gerais
Camilo Badin (substituto)	Efetivo	12/03/1938	Aulas Gerais
Walter Costa	Contratado	02/12/1938	Desenho
Maria Aparecida Rosas (substituta)	Efetiva	27/07/1939	Aulas Gerais
Álvaro Baddini (substituto)	Efetivo	02/12/1939	Aulas Gerais
Magdalena de Faria e Souza (substit)	Efetiva	18/01/1940	Aulas Gerais
Virginia Moreira Coelho (substituta)	Efetiva	18/01/1940	Aulas Gerais
Mario Pinheiro Rosa (substituto)	Efetivo	23/07/1940	Aulas Gerais
Mestres Gerais (seção técnica)			
Horácio Magalhães	Contratado	30/05/1929	Mecânica
Sylvio Vicchi	Contratado	31/05/1929	Marcenaria
Maria de Lourdes Porto	Contratada	01/06/1929	Desenho e Pintura
Mario Germano Barreiros	Contratado	07/06/1929	Desenho

Credo Negrelli	Contratado	08/06/1929	Tornearia
Graziella Pereira Leitão	Contratada	08/06/1929	Rendas e Bordados
Indiana Coimbra Bertocci	Contratada	08/06/1929	Flores e Chapéus
Rosa de Castro Ferraz	Contratada	08/06/1929	Corte e Costura
José Haydu	Contratado	01/07/1929	Tecelagem
Pedro Hermelin	Contratado	01/07/1929	Ferraria
Olímpio Antonio da Silva	Efetivo	03/07/1929	Fundição
Estevam Arduino	Contratado	08/07/1929	Entalhação
Pedro Hermelin	Contratado	23/07/1929	Ferraria
Francisco Gomes (substituto)	Contratado	01/08/1929	Tornearia
Julieta da Cruz Moraes	Contratada	29/10/1929	Flores
Domingos Marcelini	Efetivo	01/02/1930	Marcenaria
João Doretto	Contratado	01/02/1930	Desenho
Julieta da Cruz Moraes	Contratada	01/02/1930	Flores e Chapéus
Pedro Volpi (mestre)	Contratado	01/02/1930	Mecânica
Irene Ramos Soares	Contratada	01/03/1930	Economia Doméstica
João Baptista de Araújo	Contratado	01/04/1930	Desenho
Lauro Pacheco	Contratado	01/08/1930	Tornearia
Albertina Schoenarcker	Contratada	05/09/1930	Confecção
Firmino Minelli	Efetivo	20/03/1931	Tornearia
Marília Dirceu Ferreira Silva	Contratada	01/03/1932	Desenho e Pintura
José de Souza (mestre auxiliar)	Efetivo	09/05/1932	Mecânica
Américo de Martini	Contratado	01/04/1933	Tecelagem
Antonio Buch Baron	Contratado	01/02/1934	Geral Oficina
Antonio Comin (substituto)	Efetivo	25/09/1936	Fundição
Yolanda Ricca (substituta)	Efetiva	23/04/1937	Bordados
Esther de Al. Sampaio (mestre subs)	Efetiva	15/05/1937	Confecção
Marina Ribeiro (substituta)	Efetiva	21/08/1937	Flores
Haydee Stevaux (mestre substituta)	Efetiva	24/07/1939	Bordado
Conceição Ribeiro (mestre subs)	Efetiva	17/09/1939	Flores
Giovanni Tullio Dal Pian (mestre subs)	Contratado	01/02/1940	Tecelagem
Guiomar Gomes Ludovico(mestre sub)	Efetivo	08/06/1940	Confecção
Lourenço Giudice (mestre)	Efetivo	21/09/1940	Marcenaria
Plínio Pavia (mestre auxiliar)	Interino	19/11/1940	Mecânica
Auxiliares de mestres (ajudantes)			
Dalila Scherepel	Contratada	25/06/1929	Confecções
Clotilde Machado de Al. Ribeiro	Contratada	27/06/1929	Flores
Maria Amália Mascarenhas	Contratada	27/06/1929	Bordados
Alfredo Silva	Contratado	01/07/1929	Ferraria
Maria de Lourdes Dias	Contratada	01/07/1929	Corte e Costura
Elpidio Cleis	Contratado	12/07/1929	Mecânica
Eurípides Sbrana	Contratado	23/07/1929	Marcenaria
Luiz Pinto	Contratado	04/09/1929	Fundição
Maria Ignez Klefenz	Contratada	01/02/1930	Confecção
Rosa Lisboa	Contratada	01/02/1930	Economia Doméstica

Antonio Bisso	Efetivo	28/07/1930	Ferraria
Antonio Bisso	Contratado	01/08/1930	Ferraria
José de Souza	Contratado	01/03/1932	Mecânica
Olga de Barros Carvalho	Contratada	01/06/1932	Corte e Costura
Carlos Pinto da Silva	Contratado	01/02/1934	Torneiro
Firmino Damasceno	Contratado	01/02/1934	Ferreiro
Juvenal Baracho	Contratado	01/02/1934	Oficina
Elza Alvez Cruz (auxiliar)	Contratada	05/05/1936	Dispensário Puericultura
Haydee Astioli	Contratada	16/05/1939	Confecção
Diversos			
José Scherepel	Contratado	01/09/1929	Lustrador
Luiz de Oliveira	Contratado	01/04/1930	Forneiro
Tubalkaim Padilha	Contratado	29/09/1930	Forneiro
Firmino Minelli	Contratado	01/03/1931	Torneiro
José Notariani	Contratado	21/05/1935	Lustrador
Vicente Gonçalves Miranda	Contratado	01/04/1936	Modelador
Tarcizio Garcia Mendes	Efetivo	04/04/1939	Lustrador
Antonio José Cosmin	Contratado	04/05/1939	Forneiro
Antonio Martins de Oliveira	Contratado	04/05/1939	Forneiro
Curso de Ferroviários			
Antonio Baron (instrutor)	Contratado	01/02/1931	Oficina
Ismael Ramos de Oliveira (instr Aux)	Contratado	01/02/1931	Oficina
José dos Santos (instrutor auxiliar)	Contratado	01/02/1931	Oficina
José Taraborelli (instrutor auxiliar)	Contratado	01/02/1931	Oficina
Osvaldo Ceribella (instrutor auxiliar)	Contratado	01/02/1931	Oficina
Horácio Magalhães (professor)	Contratado	09/03/1932	Aulas Técnicas
Luiz de Almeida Marins (professor)	Contratado	01/02/1934	Educação Física
Rozendo Schachtener (Professor)	Contratado	01/02/1934	Física Mecânica
Alexandre Milicio (Professor)	Contratado	01/08/1934	Ginástica
Rubens de Faria e Souza (professor)	Comissionado	07/08/1934	Aritmética
Rizzieri Squassoni (professor)	Contratado	01/09/1934	Desenho Tecnológico
Luiz Leony Delpy (professor)	Contratado	04/05/1936	Física Mecânica
Edmundo Krug (professor)	Substituto	05/05/1936	Desenho
Manoel Nogueira Soares (professor)	Contratado	29/11/1938	Higiene
Marcilio Campos Pereira (professor)	Substituto	26/05/1939	Aulas Técnicas
Camilo Badin (professor)	Substituto	13/06/1939	Português
Miguel Fuentes (professor)	Contratado	01/08/1939	Tecnologia
Miguel Fuentes Zamora (professor)	Contratado	01/08/1939	Tecnologia
Paulo Breda (professor)	Contratado	01/08/1939	Eletrotécnica
Ademar Oliveira Castanho de Barros	Substituto	25/09/1939	Aritmética
Mario Pinheiro Rosa (professor)	Contratado	22/08/1940	Matemática
Paulo do Amaral Rogick (Professor)	Contratado	27/08/1940	Higiene

Escola Noturna de Aprendizado e Aperfeiçoamento			
Ernesto Biancalana (professor)	Contratado	08/07/1929	Plástica
Dalila Scherepel (ajudante)	Contratada	09/09/1929	Confecção
Marília de Dirceu Ferreira da Silva(pr)	Contratada	27/04/1932	Pintura
Horácio Magalhães (professor)	Designado	08/05/1932	Matemática
Américo de Martini (mestre)	Contratado	13/03/1933	Tecelagem
Clotilde Machado de Al. Ribeiro (aj)	Contratada	01/01/1934	Confecção
Jarbas Trigo	Contratado	01/02/1934	Organização Ferroviária
Luiz Domingos Sobrinho	Contratado	01/02/1934	Técnica Ferroviária
Edmundo Krug (professor)	Substituto	05/05/1936	Desenho
José de Souza (ajudante)	Contratado	14/04/1937	Desenho
Maria Ignez Klefenz (mestre)	Designada	20/04/1938	Confecção
Pedro Volpe (professor)	Designado	09/06/1939	Matemática
Haydee Astioli (ajudante)	Contratada	13/06/1939	Confecção
Giovani Tullio Dal Pian (mestre)	Contratado	03/04/1940	Tecelagem
Estevam Arduino (ajudante)	Contratado	06/04/1940	Desenho

Fonte: Mapa de Movimentos. Quadro preparado pelo autor.

Obs.: A coluna “Forma de Contrato” apareceu nos “Mapas de Movimentos” a partir de 1938.